

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

**PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS
BILÍNGUES: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A PROPOSTA E AS AÇÕES**

Débora Gonçalves Ribeiro Dias

SÃO CARLOS - SP

2025

DÉBORA GONÇALVES RIBEIRO DIAS

**PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS
BILÍNGUES: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A PROPOSTA E AS AÇÕES**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) para o Exame de Defesa da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação Especial.

Orientadora: Profª. Dra. Lara Ferreira dos Santos

SÃO CARLOS – SP

2025

Dias, Débora Gonçalves Ribeiro

Perspectivas e desafios na formação de pedagogos
bilingües: um olhar crítico sobre a proposta e as ações /
Débora Gonçalves Ribeiro Dias -- 2025.
130f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Lara Ferreira dos Santos
Banca Examinadora: Mariana de Lima Isaac Leandro
Campos, Vanessa Cristina Paulino, Lodenir Becker
Karnopp, Ana Claudia Balieiro Lodi
Bibliografia

1. Pedagogia bilíngue. 2. Libras. 3. Educação Especial. I.
Dias, Débora Gonçalves Ribeiro. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Débora Gonçalves Ribeiro Dias, realizada em 21/03/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Lara Ferreira dos Santos (UFSCar)

Profa. Dra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos (UFSCar)

Profa. Dra. Vanessa Cristina Paulino (UFSCar)

Profa. Dra. Lodenir Becker Karnopp (UFRGS)

Profa. Dra. Ana Claudia Balieiro Lodi (USP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todos os surdos, estudantes surdos, profissionais da educação de surdos e do ensino bilíngue, que lutam incansavelmente pelo reconhecimento pleno da língua, pela qualidade na educação e pela formação adequada de educadores bilíngues. Seu comprometimento e dedicação em promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade merecem todo o reconhecimento e apoio. Que esta tese contribua para ampliar a conscientização e a valorização da comunidade surda, inspirando mudanças positivas e duradouras em direção a uma educação bilíngue mais justa e acessível.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por, mais uma vez, me conceder um sonho. Nunca imaginei que chegaria até aqui e me tornaria uma doutora surda.

Agradeço à professora Dra. Lara Ferreira dos Santos por sua orientação na pós-graduação. Sua dedicação, conhecimento e apoio foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós - Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da UFSCar, por aceitarem minha condição de aluna surda e por fornecerem o apoio necessário através dos intérpretes durante as aulas e atividades acadêmicas. Sua compreensão e compromisso com a inclusão permitiram que eu participasse plenamente do programa e alcançasse meus objetivos de pesquisa.

Agradeço às professoras presentes na banca examinadora do Exame de Qualificação, que infelizmente não puderam estar presentes na finalização deste trabalho - professoras Cristina Broglia Feitosa de Lacerda e Vanessa Regina de Oliveira Martins -, e também às professoras presentes no Exame de Defesa da Tese - professoras Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, Vanessa Cristina Paulino, Lodenir Becker Karnopp e Ana Claudia Balieiro Lodi. As contribuições de cada uma de vocês foram muito valiosas e fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço a presença dos intérpretes (SeTILS) em todos os momentos de minha formação; foi fundamental para que eu recebesse todo o conteúdo de forma acessível, resultando em uma experiência de aprendizado enriquecedora. E por valorizarem a diversidade e se esforçarem para criar um ambiente inclusivo para todos os estudantes.

Agradeço ao IFSC por permitir que eu realizasse minha pesquisa e conduzisse a coleta de dados e entrevistas em suas dependências. O apoio e disponibilidade fornecidos pelo IFSC foram fundamentais para o sucesso da minha pesquisa. Agradeço sinceramente pela confiança depositada em mim e por abrir as portas para que eu pudesse acessar os recursos necessários e realizar meu trabalho acadêmico de maneira eficiente. Também gostaria de expressar meu agradecimento à coordenadora Profa. Ana Jung, que me auxiliou durante todo o processo, demonstrando profissionalismo em todos os momentos. Pela oportunidade de conduzir minha pesquisa em um ambiente acolhedor e propício ao aprendizado, e pelo apoio e contribuição do IFSC para o avanço do conhecimento e da ciência.

Agradeço ao meu esposo e ao nosso filho coda por me aceitarem e apoiarem em minha decisão de prosseguir com meus estudos. Agradeço profundamente pela paciência, compreensão e encorajamento que eles têm demonstrado. Seu apoio é fundamental para que eu possa seguir em frente com confiança e determinação em busca dos meus objetivos acadêmicos.

Agradeço aos meus pais por acreditarem em mim e por estarem sempre ao meu lado durante toda a minha jornada até me tornar doutora. Seu amor incondicional, apoio e encorajamento foram fundamentais para eu alcançar essa conquista significativa na minha vida acadêmica. Sou extremamente grata pela confiança que depositaram em mim e por me incentivarem a perseguir meus sonhos e objetivos. Estou verdadeiramente orgulhosa de compartilhar essa conquista com vocês, meus pais, que sempre acreditaram em mim, mesmo nos momentos difíceis. Seu amor, orientação e exemplo me inspiraram a ser uma pessoa melhor e a buscar a excelência em tudo o que faço.

Agradeço à minha amiga e intérprete Tatiane Bonfim por suas valiosas contribuições relacionadas à língua portuguesa. Sua expertise e conhecimento linguístico foram fundamentais para aprimorar a qualidade do texto, garantindo a precisão e clareza das informações apresentadas. Além disso, sua dedicação em ajudar e esclarecer dúvidas relacionadas à língua portuguesa foi incrivelmente útil. Agradeço por compartilhar seu tempo, habilidades e experiência para garantir que este trabalho esteja no melhor estado possível. Sua contribuição foi inestimável e sou grata por contar com sua ajuda e apoio durante todo o processo.

Agradeço sinceramente à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) pela concessão do afastamento integral para os meus estudos de doutorado. Sou grata pela oportunidade de me dedicar plenamente à minha pesquisa e aprofundar meus conhecimentos acadêmicos. Essa generosa concessão reflete o compromisso da UTFPR com o desenvolvimento de seus estudantes e o avanço da ciência. Estou honrada e extremamente grata por contar com o apoio da instituição nessa jornada de aprendizado e crescimento. O afastamento integral será fundamental para o meu progresso acadêmico e contribuirá significativamente para a minha formação como pesquisadora.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS BILÍNGUES: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A PROPOSTA E AS AÇÕES

RESUMO

A formação de professores para atuar com estudantes surdos é uma questão central nas discussões sobre educação bilíngue e acessibilidade linguística, especialmente no contexto da graduação em Pedagogia Bilíngue. O objetivo desta tese é analisar criticamente a estrutura e funcionamento do Curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), a partir do Projeto Pedagógico do Curso e das percepções de gestores, professores e alunos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que incluiu a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a realização de entrevistas com gestores, professores e estudantes, buscando compreender suas perspectivas sobre a formação oferecida, os desafios enfrentados e as metodologias pedagógicas adotadas. Os resultados indicam que, embora o curso represente um avanço significativo na formação de professores para o ensino bilíngue, ainda persistem desafios que necessitam ser superados. Destaca-se a necessidade de um melhor equilíbrio entre a teoria e a prática pedagógica, a disponibilização de materiais acessíveis em Libras e a ampliação do número de professores bilíngues fluentes em Libras. Outro ponto relevante, conforme discutido na tese, é a necessidade de fortalecer as relações entre o IFSC, os municípios e o estado. Apesar da qualidade da formação oferecida pelo instituto, as políticas públicas e educacionais da região não reconhecem adequadamente o papel do pedagogo bilíngue nem a educação bilíngue de surdos. Por fim, embora a proposta do curso seja em grande parte adequada, algumas ações precisam ser implementadas para aprimorar a formação dos futuros professores, especialmente para atender às necessidades dos estudantes surdos. Para tanto, é fundamental que haja mobilização e reivindicação por parte da comunidade acadêmica e da comunidade surda, com o objetivo de garantir a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino formal, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Palavras-chave: Formação de professores, Pedagogia Bilíngue, Educação de surdos, Libras, Educação Especial.

PERSPECTIVES AND CHALLENGES IN THE TRAINING OF BILINGUAL PEDAGOGUES: A CRITICAL VIEW AT THE PROPOSAL AND ACTIONS

ABSTRACT

Teacher training for working with deaf students is a central issue in discussions about bilingual education and linguistic accessibility, particularly in the context of a Bilingual Pedagogy undergraduate program. The objective of this thesis is to critically analyze the structure and functioning of the Bilingual Pedagogy program at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Santa Catarina (IFSC), based on the program's Pedagogical Project and the perceptions of administrators, professors, and students. The research adopts a qualitative approach, which included document analysis of the Pedagogical Project of the Course (PPC) and interviews with administrators, teachers, and students, aiming to understand their perspectives on the offered training, the challenges faced, and the pedagogical methodologies adopted. The results indicate that, although the course represents a significant advance in teacher training for bilingual education, there are still challenges that need to be addressed. The need for a better balance between theory and pedagogical practice, the provision of accessible materials in Brazilian Sign Language (Libras), and the expansion of the number of bilingual teachers fluent in Libras are highlighted. Another important issue discussed in the thesis is the need to strengthen the relationships between IFSC, municipalities, and the state. Despite the quality of the training offered by the institute, regional public and educational policies do not adequately recognize the role of the bilingual pedagogue or bilingual education for the deaf. Finally, while the course proposal is largely appropriate, some actions need to be implemented to improve the training of future teachers, particularly to meet the needs of deaf students. To this end, it is crucial that there is mobilization and advocacy from both the academic community and the deaf community, with the goal of ensuring bilingual education for the deaf as a formal mode of education, as established by current legislation.

Keywords: Teacher training, Bilingual Pedagogy, Deaf education, Libras, Special Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras:

Figura 01: Fotografia do IFSC Câmpus Palhoça

Figura 02: Formulário do Google Forms: questionário bilíngue Libras/ Português

Figura 03: Edital nº 010 do processo da Prefeitura Municipal de Florianópolis

Figura 04: Processo de Classificação

Figura 05: Edital nº 35 do processo seletivo do IFSC, de Palhoça - SC

Figura 06: Requisito para cargo de Profissional

Figura 07: Critérios para a Prova de Libras

Figura 08: Print do site pela Secretaria de Educação - SC

Figura 09: Função dentro do cargo de Profissional

Lista de Quadros:

Quadro 01: Certificação da instituição

Quadro 02: Estrutura do curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue - IFSC

Quadro 03: Matriz Curricular do Curso de Pedagogia Bilíngue

Quadro 04: Tipos de Estágio Curriculares Supervisionado

Quadro 05: Caracterização dos estudantes

Quadro 06: Caracterização dos Professores Bilíngues

Quadro 07: Caracterização do Coordenador

Quadro 08: Vários eixos da Disciplina de Libras - IFSC

Quadro 09: Tipos de Estágio Curricular Supervisionado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ALPAS - Associação Lagunense de Pais e Amigos dos Surdos

BDTD - Banco de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET-SC - Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODA - Abreviação para Child of Deaf Adults. Em português, a expressão é traduzida para Filho de Pais Surdos.

COVID-19 - Coronavírus Disease 2019

e-MEC - Sistema eletrônico do Ministério da Educação

EaD - Educação a Distância

EDAC - Educação de Deficientes da Audiocomunicação

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FCM - Faculdade de Ciências Médicas

Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

IFG - Instituto Federal de Goiás

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

ILS - Intérprete de Língua de Sinais

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LAPEBI - Laboratório de Pedagogia Bilíngue Libras/Português

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério Educação

NUPPES - Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação de Surdos

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Plano Pedagógico do Curso

SETILS - Serviço de Tradução e Interpretação Libras/ Língua Portuguesa

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TALES - Tecnologia Assistiva de Leitura para Surdos

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP - Universidade Federal De São Paulo
UTFPR - Universidade Tecnologia Federal do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
 CAPÍTULO 1.....	 22
1.1 Os movimentos políticos, a Língua Brasileira de Sinais e as conquistas legais.....	22
1.2 Educação bilíngue de surdos.....	30
 CAPÍTULO 2.....	 38
2.1 A formação de professores no Brasil: breve contextualização.....	38
2.2. A formação de professores surdos.....	42
2.3 Como surgiram e o que dizem as pesquisas sobre os Cursos de Pedagogia bilíngue.....	47
 CAPÍTULO 3.....	 55
3.1 Histórico e estrutura do IFSC - Câmpus Palhoça.....	60
3.2 Metodologias e recursos utilizados no curso.....	64
3.3 Seleção para ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue.....	65
3.4 Contexto e organização do curso de Pedagogia Bilíngue para Surdos.....	67
3.5 Matriz curricular.....	68
3.7 Trabalho de Conclusão de Curso.....	71
3.8 Perfil do egresso.....	71
 CAPÍTULO 4.....	 72
4.1 Descrição da pesquisa.....	73
4.2 Visita ao local de pesquisa do curso de Pedagogia Bilíngue no IFSC.....	74
4.3 Contextualização do estudo e instrumentos para a coleta de dados.....	75
4.4 Tratamento e apresentação dos dados.....	77
4.5 Características gerais dos participantes.....	77
4.6 Futuras contribuições da pesquisa.....	80
 CAPÍTULO 5.....	 81
5.1 A dimensão bilíngue do Curso.....	81
5.2 As práticas de estágio.....	89
5.3 O professor bilíngue: o egresso e o mercado de trabalho.....	96
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 111
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A.....	122
APÊNDICE B.....	124
ANEXOS.....	126

APRESENTAÇÃO

Minha história e trajetória de pesquisa

"Navegando pelas águas do conhecimento:
Uma jornada pessoal de descoberta, desafios e
inovação na minha trajetória de pesquisa."
(Autor Desconhecido)

Apresento um breve relato sobre mim e minha trajetória. Meu nome é Débora e sou surda¹ de nascença². A descoberta da minha surdez ocorreu aos dois anos de idade, quando na creche a professora me chamava no pátio e eu não respondia. Eu era uma criança cheia de energia, assim como outras crianças que não paravam quietas. A professora da creche solicitou aos meus pais que me levassem ao médico, uma vez que a professora me chamava e eu não escutava. Foi então que, ao visitar um médico, descobriu-se minha surdez. Meus pais não sabiam como me ajudar a ouvir, e o médico me encaminhou para receber atendimento fonoaudiológico e frequentar uma escola especializada em Atendimento Educacional Especializado (AEE) para deficientes auditivos. Além disso, o médico proibiu o uso de gestos como forma de comunicação, influenciado pela ideia do Congresso de Milão, que priorizava o método do oralismo. Mesmo assim, dentro da sala de aula, eu praticava a oralização (treino da fala) e, quando a professora não estava presente, eu me comunicava em língua de sinais com colegas surdos de forma discreta.

Desde os dois anos de idade, eu frequentava duas escolas: uma escola regular com estudantes ouvintes e uma escola especial para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse período, já me esforçava para aprender a falar oralmente, apesar da dificuldade de audição, e conseguia me comunicar bem através da leitura labial. Com o passar dos anos, por volta dos oito anos, comecei a explorar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) com ajuda de colegas surdos, e isso me ajudou muito a compreender a língua portuguesa. Acabei aprendendo duas línguas, vivendo em dois mundos diferentes. Em relação a minha comunicação, utilizo duas modalidades: a oralização para me comunicar com minha família, e a Libras para me comunicar com meu esposo, filho Coda³ e a comunidade surda.

Desde o ensino fundamental até o ensino médio, estudei em uma escola inclusiva e tive dificuldades devido à falta de um intérprete, embora sempre participasse do contraturno

¹ Surdez congênita bilateral profunda e severa

² A mãe teve rubéola durante a gravidez

³ Coda - Abreviação para Child of Deaf Adults. Em português, a expressão é traduzida para Filho de Pais Surdos.

para realizar atividades com a ajuda da professora de AEE. Na época, eu não sabia que tinha o direito de ter um intérprete de Libras. Foi somente durante a faculdade de Pedagogia que consegui lutar para ter um intérprete de Libras.

Em 2005, cursei Pedagogia na modalidade presencial com o intérprete de Libras. No ano seguinte, em 2006, iniciei outro curso, de Licenciatura em Letras com habilitação em Libras na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Esse curso ocorria quinzenalmente aos sábados e fui parte da primeira turma deste programa pioneiro.

Em 2011, passei em um concurso efetivo para lecionar na área de Libras na Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), e desde então tenho exercido essa função.

Entre 2015 e 2018, ingressei e concluí meu mestrado no Curso de Pós-Graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação pela UNICAMP. Minha pesquisa recebeu o título de "Avatar Sinalizador de Libras aplicado em atividade de livro didático: estudo de caso". O objetivo principal da minha pesquisa no mestrado foi investigar como o uso de avatares na língua brasileira de sinais (Libras) poderia auxiliar estudantes surdos a realizar atividades escolares por meio de um livro didático. Além disso, gostaria de destacar que fui a primeira aluna surda a fazer parte do mestrado na Faculdade de Ciências e Médicas - FCM/Unicamp. Os professores, de forma a garantir meu acesso às filmagens dos intérpretes, asseguraram que todas as disciplinas fossem interpretadas em sala de aula. Também tive a oportunidade de fazer parte da equipe do projeto TALEs⁴ em parceria com o CNPq, trabalhando em conjunto com o professor Dr. José Mario e a professora Dra. Ivani Rodrigues.

Logo após a conclusão do mestrado, pensei em prosseguir para um projeto de doutorado na Unicamp, a fim de dar continuidade à pesquisa sobre o Avatar em Libras. No entanto, como o prazo expirou, decidi buscar outra universidade e explorar um tema diferente, já que a outra universidade não tem conhecimentos na área de tecnologia, como é o caso do projeto do avatar. Optei por seguir outro caminho alternativo e tentar uma pesquisa na área da educação de surdos.

Após três anos, em 2021, candidatei-me a programas de doutorado em três universidades. No final, fui aprovada na UFSCar no Programa de Pós Graduação em educação especial. Vale ressaltar que todo esse processo ocorreu durante a pandemia do Coronavírus - COVID-19, o que me trouxe desafios sem precedentes. Com o objetivo de garantir a segurança e a saúde de todos, a Lei nº 13.979/20 estabeleceu medidas para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil.

⁴ TALEs - Tecnologia Assistiva de Leitura para Surdos

Nesse contexto, ingressei no doutorado em uma modalidade remota. Embora inicialmente incerto, esse formato de estudos revelou-se uma oportunidade única de adaptação e aprendizado. Através das ferramentas de comunicação digital, fui capaz de me conectar com colegas e professores, participar de seminários e discussões acadêmicas, e avançar na minha pesquisa, tudo isso no conforto e segurança do meu lar. Embora tenha sido uma experiência desafiadora, a modalidade remota permitiu que eu superasse as barreiras físicas e geográficas, ampliando meu alcance e interagindo com pesquisadores e acadêmicos de todo o mundo. Através dessa jornada virtual, desenvolvi habilidades de autodisciplina, gestão do tempo e adaptação às novas tecnologias, habilidades essas que são valiosas não apenas no contexto acadêmico, mas também para minha futura carreira profissional. Durante todos os semestres, o SeTILS⁵ me acompanhou em todas as disciplinas, assim como minha orientadora, a professora Dra. Lara, que demonstrou paciência.

Enfim, minha pesquisa no doutorado tem como objetivo compreender e analisar um curso de Pedagogia Bilíngue, a fim de contribuir para a formação de professores bilíngues, especialmente os surdos, bem como para as ações pedagógicas desenvolvidas na escola. Isso se torna relevante devido ao crescimento da população universitária alvo da Educação de Surdos.

Minha proposta de pesquisa consiste em compreender o curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade presencial oferecido pelo Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Palhoça. Durante esse processo, pude notar a crescente relevância da Educação Bilíngue em um mundo cada vez mais globalizado e compreendi que a formação de professores bilíngues desempenha um papel fundamental na qualidade da educação proporcionada e no sucesso dos estudantes nesse contexto.

Ao destacar a relevância da formação de professores bilíngues, compreendemos a necessidade de capacitá-los para atuar de forma eficiente em um ambiente educacional multicultural e multilíngue. Essa capacitação envolve não apenas o domínio proficiente dos idiomas em questão, mas também uma compreensão aprofundada dos princípios teóricos e práticos da educação bilíngue (INES, 2017).

A formação de professores bilíngues abrange igualmente a conscientização e o entendimento das questões culturais e sociolinguísticas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Isso implica valorizar as identidades e culturas dos estudantes, além de promover a sensibilidade intercultural.

⁵ SeTILS - Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais da UFSCar

Ademais, é importante que os professores bilíngues recebam formação contínua para acompanhar as evoluções e os avanços na área da Educação Bilíngue de surdos. À medida que novas abordagens pedagógicas e tecnologias educacionais surgem, é fundamental que os professores se mantenham atualizados, aprimorando constantemente suas práticas e habilidades. Discuto as tendências observadas, as correlações identificadas e as implicações desses resultados para o campo de estudo. Além disso, compartilho as limitações do estudo.

A tese está estruturada em cinco capítulos. Após a introdução e a apresentação dos objetivos, o primeiro capítulo, intitulado "Libras e educação de surdos: breve estudo da história e da legislação", apresenta um panorama histórico sobre o surgimento da legislação no contexto da educação bilíngue.

No segundo capítulo, "A formação de professores surdos no ensino superior: histórico e desafios na atualidade", é apresentada uma revisão da literatura que fundamenta a investigação, analisando a presença e a atuação dos professores surdos no ensino superior, bem como os desafios enfrentados por esses profissionais.

O terceiro capítulo, "O contexto do surgimento do curso de pedagogia bilíngue e a proposta do IFSC", traça um histórico da instituição, com ênfase na apresentação dos currículos de formação e dos documentos institucionais do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), destacando os marcos dessa proposta educacional.

No quarto capítulo, "Procedimentos Metodológicos", são detalhadas as estratégias adotadas para a análise documental, a organização dos dados e a caracterização dos perfis dos participantes envolvidos nesta pesquisa.

Já no quinto capítulo, intitulado "Reflexões sobre a formação de professores e a prática na educação bilíngue de surdos", são apresentadas as discussões e reflexões divididas em eixos temáticos, nas quais são expostos os desafios, assim como os aspectos positivos e negativos da formação de professores bilíngues, a partir das perspectivas dos diferentes atores envolvidos nesse contexto.

Nas considerações finais, são apontadas as contribuições desta pesquisa para o campo de estudo, com o desejo de que novas investigações surjam a partir deste trabalho, visando à ampliação das discussões sobre a educação bilíngue de surdos.

INTRODUÇÃO

EXPLORANDO TRILHAS NA JORNADA DA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA BILÍNGUE

A abertura política e de financiamento gerou a colaboração de diversas instituições no país para a concepção e implementação de cursos de licenciatura em Pedagogia Bilíngue.

A Pedagogia Bilíngue tem como objetivo capacitar profissionais bilíngues em Libras e português, preparando-os para atuar na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O curso os vincula a uma abordagem linguística que reconhece as especificidades das pessoas surdas, conforme as diretrizes do Decreto 5.626/2005. Vale ressaltar que o programa proporciona aos estudantes uma variedade de materiais pedagógicos, especialmente direcionados ao público surdo, o que representa um desafio significativo em termos de aprendizado e domínio da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Brasil, 2005).

A partir do Plano Viver sem Limite, Decreto nº 7.612/2011, delineou-se a ampliação da oferta de cursos de licenciatura e bacharelado em Letras/Libras, assim como a criação de cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue. O plano estipulava a criação de 27 cursos de Letras/Libras - Licenciatura e Bacharelado e 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, disponibilizando 690 vagas para que as instituições federais de educação contratem professores, tradutores e intérpretes de Libras. (Brasil, 2011, p.27). Essa iniciativa mobilizou diferentes instituições no país para a concepção e organização de cursos de licenciatura em Pedagogia Bilíngue. Apesar de o documento não fornecer detalhes específicos sobre a criação desses cursos a partir do Plano Viver sem Limite, destaca-se a importância deste plano na promoção da educação bilíngue de surdos no Brasil e na expansão da oferta de cursos nessa área.

Inicialmente, o curso de Pedagogia - Licenciatura na modalidade a distância previa a criação de oito a treze polos, vinculados às instituições: IFG, IFSC, INES, UEPA, UFAM, UFBA, UFC, UFGD, UFLA, UFPB, UFPR, UFRGS, UNIFESP, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia Bilíngue, estabelecido pelo INES em 2015. A finalidade principal era capacitar profissionais surdos e ouvintes para atuarem tanto na docência (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) quanto na gestão escolar em contextos não formais (INES, 2015, p. 9). Além disso, o curso enfatizava o compromisso

com a oferta de uma educação pública e de qualidade, fundamentada em uma abordagem bilíngue que reconhecesse os sujeitos surdos a partir de uma perspectiva cultural.

O estabelecimento do curso no IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue foi orientado pela intenção de abranger todas as necessidades físicas, pedagógicas e tecnológicas, alinhando-se com a missão do IFSC de formar indivíduos para a cidadania e profissão, com ênfase na perspectiva bilíngue. Essa iniciativa também visou contribuir para a expansão do escopo de atuação da instituição pública. Com metas definidas, o Câmpus Palhoça Bilíngue ampliou as oportunidades de aprendizado da Língua de Sinais (IFSC, 2016).

A autora Bär (2019) destaca categorias presentes nos projetos de cursos de licenciatura em Pedagogia Bilíngue de três instituições (IFG, IFSC e INES). Essas categorias abrangem a formação de educadores bilíngues para atuar com alunos surdos e ouvintes, docentes para Educação Infantil e Ensino Fundamental, pedagogos para trabalho multidisciplinar, professores para Ensino Médio e Educação Profissional, além do desenvolvimento de profissionais para gestão educacional. O foco está na atribuição de novos significados aos papéis do professor, destacando sua função como mediador e orientador nos processos de aprendizagem culturalmente diferenciados. Essas categorias refletem os objetivos e diretrizes dos cursos de licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Bär, 2019).

Contextualização dos cursos de Pedagogia Bilíngue para Surdos

O curso de Pedagogia Bilíngue para Surdos, ofertado pelo INES, aborda disciplinas que incluem língua de sinais, cultura surda, métodos de ensino adaptados, tecnologias assistivas e legislação inclusiva. Oferece estágios em instituições que atendem a comunidade surda, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos. A formação prepara profissionais para atuar como mediadores do conhecimento, promovendo a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes surdos em escolas regulares, criando ambientes acessíveis e valorizando suas habilidades e potenciais (INES, 2017).

No contexto atual, a valorização da Pedagogia Bilíngue para Surdos tem crescido, impulsionada por políticas educacionais inclusivas e pela conscientização sobre a importância do respeito à diversidade linguística e cultural. O curso de Pedagogia Bilíngue para Surdos desempenha um papel fundamental na formação de profissionais comprometidos com uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e respeitosa com as diferenças. (PPC, INES, 2017).

Atualmente, em consulta o *site* e-mec⁶, existem três instituições de ensino no Brasil que oferecem cursos de Pedagogia Bilíngue, sendo eles o IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) e o IFG (Instituto Federal de Goiás). Essas instituições têm se destacado na formação de profissionais aptos a atuar na educação bilíngue/inclusiva de estudantes surdos.

O IFSC, por meio de seus diferentes campi, oferece o curso de Pedagogia Bilíngue para Surdos. Esse curso tem como objetivo capacitar profissionais para atuarem de forma eficiente e inclusiva no processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos. A formação no IFSC proporciona aos estudantes conhecimentos teóricos e práticos em língua de sinais, cultura surda, práticas pedagógicas inclusivas e tecnologias assistivas. (IFSC, 2016)

O INES, instituição de referência no ensino para surdos no Brasil, também oferece o curso de Pedagogia Bilíngue. Seu objetivo é formar pedagogos capacitados para trabalhar com a educação de surdos em diferentes contextos, promovendo a inclusão linguística e cultural desses estudantes. O curso no INES é reconhecido por sua qualidade e excelência na formação de profissionais para atuar na área da educação bilíngue. (INES, 2017)

O IFG, por sua vez, oferece o curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue. Esse curso tem como propósito formar profissionais habilitados a trabalhar com a língua brasileira de sinais (Libras) e sua aplicação na educação de surdos. Os estudantes adquirem conhecimentos linguísticos e pedagógicos que os capacitam a desenvolver práticas educacionais inclusivas e bilíngues. (IFG, 2018)

Esses três cursos representam uma importante iniciativa na formação de profissionais especializados em Pedagogia Bilíngue para Surdos. Eles visam suprir a demanda por profissionais capacitados para atuar em um contexto educacional de surdos, valorizando a língua de sinais como primeira língua dos surdos e promovendo o respeito à diversidade linguística e cultural.

No entanto, é importante ressaltar que o *site* do e-MEC não lista especificamente “Pedagogia Bilíngue” como cursos dessas instituições (INES e IFG). Apenas o IFSC oferece o curso de Pedagogia Bilíngue, enquanto outras instituições oferecem cursos de Pedagogia na área de ensino bilíngue ou cursos relacionados, o que pode explicar a discrepância. Pode-se observar o quadro 01 abaixo, que apresenta o título do certificado do curso de Pedagogia Bilíngue de cada instituição após a formação.

⁶ Link para acesso ao site: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

Quadro 01 - Certificação da instituição

Instituição	Certificado de Diploma
IFSC	Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras - Portugues)
INES	Licenciatura em Pedagogia (EaD)
IFG	Licenciatura em Pedagogia Bilíngue

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Esses certificados refletem a diversidade de abordagens e ênfases nos programas de formação oferecidos por cada instituição, destacando as especificidades de cada curso no contexto da Pedagogia Bilíngue.

Justificativa da pesquisa

A educação para surdos tornou-se um importante item da agenda da sociedade atual, com o objetivo de garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário à educação e desenvolvam todo o seu potencial. Nesse contexto, a formação de especialistas qualificados para atuar na área de pedagogia bilíngue para surdos tem papel fundamental.

O curso superior de Pedagogia Bilíngue para surdos oferecido pelo IFSC - Campus Palhoça é uma iniciativa adequada para promover a educação bilíngue de surdos. No entanto, é fundamental entender como essa formação tem contribuído para o desenvolvimento profissional dos estudantes e melhorado a qualidade da educação de surdos.

Esta pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de caso no IFSC - Câmpus Palhoça, para analisar criticamente o Curso de Pedagogia Bilíngue, considerando suas propostas e práticas, a partir do Projeto Pedagógico do Curso e das percepções de gestores, professores e alunos.

Ao compreender os aspectos positivos e os desafios encontrados durante a formação pedagógica bilíngue para surdos, será possível identificar estratégias para melhorar o currículo e os métodos de ensino, bem como promover uma educação de surdos de qualidade.

A pesquisa justifica-se pela escassez de pesquisas nessa área específica e pela necessidade de conhecer melhor a formação no curso superior de pedagogia bilíngue para surdos do IFSC - Campus Palhoça, para contribuir com o aprimoramento dessa formação e, assim, promover a educação bilíngue de surdos nas escolas.

Espera-se que os resultados deste estudo possam subsidiar ações e políticas educacionais voltadas para a formação de profissionais aptos a atuar na área de educação bilíngue de surdos, potencializando e garantindo a igualdade de acesso à educação para todos. Além disso, a pesquisa pode fornecer diretrizes para cursos de formação em Pedagogia Bilíngue, com foco no universitário surdo.

Objetivos

Objetivos Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar criticamente a estrutura e funcionamento do Curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Santa Catarina, considerando suas propostas e práticas, a partir do Projeto Pedagógico do Curso e das percepções de gestores, professores e alunos.

Objetivos Específicos

- I - Compreender a estrutura e o funcionamento do curso superior de formação de professores bilíngues, e como ele se propõe bilíngue;
- II - Investigar a adequação do Curso para universitários surdos;
- III - Identificar como se dão as ações práticas, por meio de estágio;
- IV - Identificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, especialmente os surdos, considerando o lugar da educação bilíngue nas políticas públicas.

CAPÍTULO 1

LIBRAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS: BREVE ESTUDO DA HISTÓRIA E DA LEGISLAÇÃO

*"Desbravando fronteiras com o poder do
bilinguismo: construindo pontes entre culturas e
fortalecendo a educação."
(Autor Desconhecido)*

Propõe-se neste capítulo um resgate histórico acerca da presença Libras na educação de surdos, a partir de discussões sobre os movimentos políticos, para compreendermos a atual proposta da Educação Bilíngue de surdos em relação ao movimento inclusivo. Com esta discussão pretendemos trazer à baila um tema bastante atual e que necessita de aprofundamento: a formação pedagógica de professores para atuação nos anos iniciais da educação de surdos.

Para a elaboração deste capítulo teórico da tese – assim como do subsequente –, realizou-se uma revisão bibliográfica em bases científicas, tais como o Portal de Periódicos da CAPES, o Banco de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico. Essa revisão teve como objetivo levantar estudos recentes que abordassem a pedagogia bilíngue de surdos, a formação de professores e instrutores surdos e, de maneira geral, a educação bilíngue de surdos, com ênfase em publicações dos últimos quinze anos. A partir dos resultados obtidos, priorizaram-se textos e pesquisas produzidos por autores surdos, com o intuito de valorizar a produção científica da comunidade surda.

A história da educação de surdos tem sido marcada por avanços e retrocessos, refletindo mudanças nas políticas educacionais e nas atitudes em relação às pessoas surdas. Inicialmente, a educação de surdos foi negligenciada, com poucas oportunidades de aprendizagem. Todavia, a partir de movimentos relevantes da comunidade surda junto à comunidade científica, algumas conquistas legais foram alcançadas e têm proporcionado mudanças nos contextos social e educacional. É este o tema que traremos a seguir.

1.1 Os movimentos políticos, a Língua Brasileira de Sinais e as conquistas legais

A trajetória da Libras na educação é marcada por movimentos políticos e sociais que visaram o reconhecimento dos direitos linguísticos e educacionais das pessoas surdas. Desde

meados do século XX, movimentos sociais e associações de surdos têm trabalhado para promover a cultura surda e a Libras (Silva, 2013). A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), fundada em 1977, desempenhou um papel fundamental na articulação de demandas e na promoção de eventos e encontros que celebraram a identidade surda e a língua de sinais (Feneis, s.d.).

As décadas de 1980 e 1990 foram um período de intensificação da luta política pela oficialização da Libras. Ativistas, educadores e associações de surdos se mobilizaram e construíram com o poder público o reconhecimento da língua de sinais como língua legítima e primordial para a participação dos surdos na educação e na sociedade (Perlin; Strobel, 2008; Quadros; Karnopp, 2004).

O Documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” elaborado no ano de 1999 é resultado dessa bandeira e, teve um impacto político importante ao fomentar debates e exigir mudanças tanto na legislação quanto na estrutura das escolas, incluindo a reformulação de projetos político-pedagógicos e de formação de professores (Thoma; Klein, 2010, p. 114). No entanto, apesar dessas conquistas, ainda é necessário refletir criticamente sobre o impacto dessas mudanças na promoção de uma verdadeira equidade na educação de surdos.

Segundo Dall'Alba (2022) o Documento foi elaborado às vésperas do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação de Surdos (NUPES), o evento foi um marco para o movimento surdo, destacando a importância do reconhecimento da língua de sinais e dos direitos dos intérpretes.

O documento "A Educação que Nós Surdos Queremos" refletiu as demandas da comunidade surda, incluindo a criação de escolas específicas para surdos e o reconhecimento da língua de sinais como língua oficial pelo poder público. Foi realizada uma passeata, que reuniu cerca de duas mil pessoas, para entregar o documento ao governador do Rio Grande do Sul na época, Olívio Dutra. A comunidade surda demonstrou a força do movimento e sua capacidade de mobilização social (Dall'Alba, 2022).

Percebe-se que, naquele momento, houve um avanço na luta pelos direitos dos surdos, mas também havia questões centrais da educação que ainda requeriam atenção contínua e desenvolvimento. Para Lopes (2007) o movimento surdo trouxe novas perspectivas teóricas para a educação, considerando a surdez não apenas como uma deficiência, mas como uma construção cultural. Isso abriu espaço para novas reflexões sobre identidade, diferença, comunidade e diversidade. A autora afirma que esses eventos proporcionaram debates que permitiram aos pesquisadores desenvolver novas bases epistemológicas para entender a

surdez, introduzindo ideias até então pouco exploradas ou desconhecidas sobre a identidade e a diversidade da comunidade surda.

Ainda tratando do documento "A Educação que Nós Surdos Queremos", observa-se que uma das principais recomendações do movimento surdo à época era a criação de um curso de graduação específico voltado para a Libras, direcionado aos surdos, o que se concretizou apenas décadas mais tarde⁷. No final dos anos de 1990, a Libras ainda não havia sido oficializada como língua, e o movimento surdo lutava por esse reconhecimento.

A Libras foi reconhecida pela Lei nº 10.436 apenas no ano de 2002, e regulamentada pelo Decreto nº 5.626, no ano de 2005. Estes instrumentos legais estabelecem a base para o desenvolvimento de políticas voltadas para as pessoas surdas, reconhecendo a Libras como meio de expressão legítimo das comunidades surdas⁸, garantindo aos surdos o direito de se expressar, se comunicar e ser educado em sua língua (Brasil, 2002; 2005). O Decreto 5.626 particulariza as diretrizes para a implementação da Educação bilíngue de surdos, assegura a presença da Libras no sistema educacional e apresenta encaminhamentos no que se refere à formação de professores, intérpretes de Libras e produção de material didático.

Nota-se que tais conquistas legais se deram como resultado do engajamento das comunidades surdas no país. E ressalta-se um aspecto importante do Decreto, em que a Libras deveria ser incluída também no currículo das licenciaturas e nos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia e Educação Especial, sejam de instituições públicas ou privadas. Tanto em instituição pública como privada tornou-se obrigatória a disciplina de Libras. Por meio deste Decreto, responde-se às muitas das reivindicações dos surdos em relação à educação (Brasil, 2005).

Estes dispositivos legais representam, portanto, marcos significativos para a implementação da Libras na educação de surdos como língua de instrução, e não meramente um recurso linguístico. No entanto, havia desafios consideráveis naquele momento, pois, muitos professores não estavam adequadamente capacitados para mediar o conhecimento por meio da Libras, e a oferta de cursos de formação específica ainda era limitada em algumas regiões do Brasil. Além disso, a falta de materiais didáticos e tecnológicos adequados poderia dificultar o aprendizado dos estudantes surdos. Ademais, preconceitos e barreiras atitudinais

⁷ Este tema será abordado mais à frente.

⁸ Nota-se no texto da Lei (Brasil, 2002) que a Libras não é reconhecida como língua oficial, ao contrário do que se imagina; é assegurado o direito ao seu uso e difusão, todavia o Brasil segue sendo, oficial e legalmente, um país monolíngue.

na sociedade e na comunidade escolar também impediam o desenvolvimento de uma cultura de respeito à diversidade (Brasil, 2002; 2005).

A Libras é de extrema relevância para o desenvolvimento da criança surda; conforme apontam Pinto e Santos (2020), embasadas por Vygotsky (1991); a linguagem é central no desenvolvimento humano, é a base para o pensamento e, também, o meio pelo qual ocorrem as manifestações sociais. Sendo assim, compreende-se que quando uma criança surda recebe os estímulos adequados (e acessíveis) desde bem pequena, reconhece a si mesma e também se reconhece como parte de um grupo social - por isso a importância do contato precoce com uma língua que lhe seja possível - neste caso, a Libras.

De acordo com Rossi (2005), a língua de sinais desempenha um papel fundamental na formação da identidade surda, permitindo que os surdos se comuniquem plenamente e se conectem com sua cultura e comunidade. Através da língua de sinais os surdos podem estabelecer relações sociais significativas e construir sua própria identidade, reconhecendo-se como indivíduos com potencialidades e singularidades surdas. Quando os surdos são isolados em ambientes predominantemente ouvintes, sem contato com outros membros de sua comunidade, sua identidade surda pode ser negada e desvalorizada, contribuindo para a perpetuação do estigma de deficiência e dificultando sua integração social. Portanto, a língua de sinais desempenha um papel essencial na promoção do sentimento de pertencimento e na valorização da identidade surda, mas também contribuindo para o processo de formação subjetiva e humanização dos surdos (Rossi, 2005).

Defendemos, a partir do exposto, que a Educação bilíngue mostra-se o caminho mais adequado para a criança surda, visto que considera a Libras como primeira língua e língua de instrução nos processos educacionais. E, muitas vezes, mostra-se o primeiro espaço em que as crianças surdas, em sua maioria filhas de ouvintes, têm seu primeiro contato com a língua de sinais, tão relevante para o seu desenvolvimento (Capellini; Santos, 2020). Mas para a oferta dessa educação proposta ainda era necessário pensar em formação de profissionais para atuarem nesses espaços.

Diante dessas primeiras conquistas, e das orientações dispostas no Decreto 5.626, em 2006 oferta-se, pela primeira vez na história, um curso de formação em nível superior voltado para profissionais que desejavam atuar na educação de surdos: o curso de licenciatura em Letras-Libras. Tratou-se de uma conquista significativa para a comunidade surda, especialmente porque envolveu a colaboração de várias instituições, incluindo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC).

Com a oferta deste curso em diversas instituições de ensino superior, passou a haver também um aumento da oferta da disciplina de Libras em cursos de licenciatura, atendendo à necessidade de formar professores para intermediar a construção do conhecimento com os estudantes surdos. Todavia, esta oferta ainda se mostra controversa, uma vez que as universidades têm autonomia para determinar a carga horária e o conteúdo a ser ministrado, que podem ser insuficientes ao propósito de embasar a formação de professores para atuação junto a estudantes surdos (Costa; Lacerda, 2015).

Apesar dos avanços e conquistas legais, muito ainda havia por fazer. Estabeleceu-se, neste ínterim, uma discussão entre defensores da educação bilíngue de surdos, aquela em que a Libras figura como língua de instrução nos processos educacionais, e defensores da inclusão escolar, em que se acredita que os estudantes devem estar todos no mesmo espaço de aprendizado, mas não há uma proposta explícita sobre a centralidade da Libras nesse espaço.

Para esta discussão, faz-se necessário primeiramente compreender o conceito de inclusão e o que a legislação orienta.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), representa um marco fundamental para a garantia de direitos às pessoas com deficiência, com foco em promover a autonomia e a dignidade desses sujeitos, assegurando-lhes acesso a uma série de direitos civis, sociais e educacionais. Essa legislação segue as diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, elevando a inclusão à categoria de direito humano e garantindo que pessoas com deficiência possam exercer seus direitos com igualdade. Como destacam Rocha e Oliveira (2022), a LBI é construída com base em uma visão social da deficiência, que se afasta da perspectiva biomédica e reconhece que as barreiras enfrentadas são impostas pela sociedade e não apenas por limitações individuais.

A LBI traz contribuições especialmente significativas no campo da educação da educação de surdos, assim como com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 14.191/2021 e outras. Nesse sentido, a educação inclusiva não é apenas o direito ao acesso, mas ao desenvolvimento integral em um ambiente adequado às necessidades e particularidades dos estudantes, como aponta Rocha e Oliveira (2022). No artigo 28 da Lei supracitada, a mesma garante que haja a: “IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”, o que também já era previsto pelo Decreto 5.626 (Brasil, 2005).

A Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecida pela Lei nº 13.005/2014, é um compromisso do Brasil com a universalização do acesso à educação básica para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa meta determina que a educação seja inclusiva, oferecendo atendimento especializado e adaptado às necessidades individuais para garantir que esses alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais.

Especificamente para a comunidade surda, a Estratégia 4.7 da Meta 4 trata da educação bilíngue, garantindo o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e do português escrito como segunda língua. Esta estratégia orienta a criação de escolas e classes bilíngues que proporcionem um ambiente educacional adequado para o desenvolvimento linguístico e cultural dos alunos surdos. A inclusão de profissionais especializados em Libras, como intérpretes e professores com formação específica, é essencial para assegurar a qualidade do ensino e o acesso pleno ao currículo escolar.

A Estratégia 4.7 busca, portanto, promover uma educação que respeite a identidade e a cultura surda, valorizando a Libras como componente central na formação educacional desses alunos, em consonância à Lei Brasileira de Inclusão. Ao integrar esses recursos e práticas ao sistema educacional, a meta e a estratégia visam garantir uma formação inclusiva e bilíngue, permitindo que os alunos surdos desenvolvam suas habilidades linguísticas e sociais e participem plenamente da sociedade como cidadãos autônomos e informados.

Rocha e Oliveira (2022) ressaltam que, embora esses avanços legais representem conquistas fundamentais para os direitos das pessoas surdas, a realidade nas escolas ainda evidencia desafios, como a escassez de profissionais qualificados e a falta de infraestrutura adequada. Esse contexto revela a importância de políticas públicas efetivas e contínuas para consolidar o modelo inclusivo em prática, garantindo o suporte necessário ao estudante surdo ao longo de sua trajetória educacional (Rocha; Oliveira, 2022).

O acesso à educação bilíngue fortalece a autonomia dos estudantes surdos, permitindo que eles participem ativamente da sociedade, como enfatizado por Franco (2016), ao comentar que a LBI inaugura uma nova fase para a inclusão educacional, na qual pessoas surdas deixam de ser vistas apenas como beneficiárias de ações assistencialistas e passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, capazes de definir seu próprio percurso educacional e social.

Além disso, a LBI também assegura o apoio especializado, conforme previsto no Art. 28, que estabelece a oferta de recursos de tecnologia assistiva e a presença de profissionais capacitados em todos os níveis de ensino. Essa estrutura visa garantir que as barreiras de

comunicação sejam superadas, possibilitando que o estudante surdo tenha acesso pleno ao conteúdo pedagógico. O Art. 3º define ainda o conceito de acessibilidade e determina que o ambiente escolar deve estar adaptado para proporcionar segurança e autonomia, assegurando o uso de Libras e português escrito como línguas complementares no processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2015).

A LBI, o Decreto nº 5.626/2005 e o PNE, em conjunto, traçam um caminho para a educação bilíngue como um direito integral dos surdos, que reconhecem e respeitam sua língua e cultura. No entanto, isso exige um compromisso contínuo e o desenvolvimento de políticas que assegurem a formação contínua de professores, intérpretes e outros profissionais, além de investimentos em materiais adaptados e ambientes acessíveis. Somente com a efetivação desses elementos será possível garantir que a educação bilíngue de surdos seja, de fato, uma prática que promova uma integração verdadeira e respeitosa entre surdos e ouvintes em todos os contextos sociais e educacionais (Rocha; Oliveira, 2022).

Nesse sentido, para apresentar de forma clara o que é inclusão, podemos começar compreendendo-a como um princípio ético e político, voltado para a construção de uma sociedade que acolha e respeite a diversidade. Inclusão implica transformar práticas sociais, culturais e educacionais para garantir que todos os sujeitos, independentemente de suas características, capacidades ou desafios, possam participar ativamente da vida em comunidade, sem enfrentar barreiras de discriminação ou exclusão (Mendes, 2017).

No campo da educação, a inclusão representa um movimento que se consolidou nas últimas décadas com o objetivo de combater a segregação de grupos historicamente marginalizados. A partir dos anos 1990, os conceitos de "escola para todos" e "educação para todos" ganharam destaque nas discussões globais e nacionais, sendo reforçados em conferências mundiais como a de Salamanca em 1994, que propôs a criação de sistemas educacionais que fossem adaptados às necessidades de todos os alunos. A Declaração de Salamanca, por exemplo, tornou-se um marco ao afirmar que as escolas regulares, com uma orientação inclusiva, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos (Mendes, 2017).

A inclusão educacional envolve não só a presença de alunos com deficiência ou necessidades especiais nas escolas comuns, mas a criação de condições para que esses estudantes realmente participem e aprendam. Mendes et al. (2011) ressaltam que o conceito de inclusão vai além da mera inserção física dos estudantes nas escolas regulares. Ele engloba o acesso a recursos pedagógicos, a adaptações curriculares, a métodos de ensino

diferenciados e a apoios especializados, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), necessário para garantir uma experiência educacional significativa e apropriada.

A inclusão escolar, portanto, deve ser vista como um movimento que ultrapassa o âmbito da educação especial, abrangendo diferentes públicos e reconhecendo a escola como espaço para todos. Ao valorizar as particularidades de cada indivíduo, exige da instituição escolar uma reorganização de suas práticas, currículos e modos de avaliação, para que o direito ao aprendizado seja efetivamente garantido a cada estudante (Victor et al., 2017). Isso demanda um comprometimento com a diversidade, compreendendo-a como uma característica positiva e fundamental ao ambiente educacional.

Por fim, é importante destacar que a inclusão não é apenas uma política, mas também uma prática que envolve o desafio constante de eliminar barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas. No contexto da educação brasileira, como evidenciam Victor, Vieira e Oliveira (2017), a inclusão requer um olhar crítico sobre as condições de permanência e participação dos alunos, pois, apesar das políticas que asseguram o direito à matrícula nas escolas comuns, ainda há obstáculos que comprometem o desenvolvimento pleno dos estudantes, como a falta de profissionais capacitados e de materiais didáticos acessíveis.

Embora a comunidade surda faça parte do público alvo da educação especial, um olhar diferenciado sobre esta comunidade se fez necessário, em virtude da especificidade linguística dos surdos e de suas características culturais, tornando inviável manter estudantes surdos “apenas” em escolas inclusivas e/ou regulares, com ajustes visando a acessibilidade. Deste modo, nota-se atualmente um movimento de forte defesa em direção à educação bilíngue pelas comunidades surdas, e algumas tensões em relação à permanência do grupo junto às demais categorias de deficientes na luta pela inclusão escolar.

Dall'Alba (2022) destaca que um dos pontos mais controversos para o movimento surdo foram as declarações de Martinha Claret, diretora de políticas educacionais especiais do MEC, sobre a Cultura Surda. Claret afirmou que, do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não reconhece a existência de uma cultura surda, considerando essa ideia como segregacionista. Para ela, as pessoas surdas são parte da cultura brasileira e não devem ser agrupadas em escolas específicas apenas por serem surdas. Essas declarações geraram grande repercussão e debate na comunidade surda e entre os pesquisadores de linguística e da educação de surdos, evidenciando um conflito entre perspectivas inclusivas e o reconhecimento de identidades culturais distintas.

O debate sobre a educação bilíngue de surdos no Brasil reflete um esforço para alinhar as práticas educacionais com os direitos culturais e linguísticos dessa comunidade. A inclusão, entendida como a presença de todos os estudantes em um mesmo ambiente escolar, enfrenta tensões no caso dos surdos, uma vez que as especificidades linguísticas e culturais deste grupo apontam para a necessidade de ambientes que respeitem e promovam a Libras como língua primeira (Storto; Rocha; Cruz, 2019) e língua de instrução nos processos educacionais. O modelo inclusivo nas escolas regulares, embora importante para a interação social, muitas vezes falha em proporcionar um aprendizado adequado para os estudantes surdos, que requerem um ambiente linguístico acessível e professores capacitados na língua de sinais (Hirata; Dutra; Storto, 2013).

Os defensores da educação bilíngue de surdos sustentam que escolas específicas para surdos, onde a Libras é a língua de instrução e o português escrito é ensinado como segunda língua, representam um espaço mais adequado para o desenvolvimento integral dos alunos surdos. Essas escolas bilíngues não são vistas como segregadoras, mas como espaços onde o aluno surdo é respeitado em sua singularidade linguística e tem a oportunidade de construir sua identidade e seus conhecimentos em uma comunidade que compartilha sua língua e cultura (Megale, 2005; Quadros, 2008).

Além disso, ao considerar o conceito de inclusão para estudantes surdos, é fundamental entender que o simples compartilhamento de espaço com alunos ouvintes, sem adaptações linguísticas adequadas, não garante a igualdade de oportunidades educacionais. Na carta aberta dos primeiros doutores surdos do Brasil, elaborada em 2023, argumenta-se que as escolas bilíngues oferecem um ambiente educacional mais adequado ao permitir que o surdo desenvolva plenamente suas competências em sua língua natural e, simultaneamente, aprenda o português como segunda língua (Storto; Rocha; Cruz, 2019).

Defendemos, portanto, o reconhecimento da educação bilíngue de surdos como modelo válido e eficaz, que promove a autonomia e o desenvolvimento linguístico dos surdos.

1.2 Educação bilíngue de surdos

Conforme discorremos no tópico anterior, a inclusão escolar deixou de ser objetivo das comunidades surdas, que passaram a reivindicar seu direito à educação bilíngue, acompanhando as orientações legais (Brasil, 2005).

Em termos gerais, sem focar especificamente no bilinguismo de surdos, o renomado autor Jim Cummins (2011) aborda as características da educação bilíngue. Ele descreve que essa abordagem envolve o desenvolvimento da linguagem em duas línguas: a língua materna do estudante e uma segunda língua que está sendo ensinada. Cummins defende que a educação bilíngue deve buscar um equilíbrio entre o ensino e a aprendizagem das duas línguas, valorizando tanto a língua e a cultura de origem quanto o idioma-alvo. Essa abordagem integra o conteúdo acadêmico com a língua adicional, permitindo que os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades acadêmicas através dela. Além disso, promove a interação entre estudantes bilíngues, fomenta a cooperação e desenvolve habilidades de comunicação e sociais em ambos os idiomas. O trabalho de Cummins é particularmente relevante no contexto de línguas orais, onde o objetivo é promover a fluência e a proficiência em múltiplas línguas faladas (Cummins, 2011).

No Brasil, o bilinguismo vai além da combinação de português e Língua Brasileira de Sinais (Libras), abrangendo diversas línguas devido à diversidade cultural do país. Isso inclui línguas indígenas, línguas de comunidades imigrantes e idiomas de fronteira. Enquanto a educação bilíngue de surdos foca na Libras como primeira língua e o português como segunda, o bilinguismo no Brasil pode ter abordagens mais variadas e refletir uma multiplicidade de culturas e identidades. Assim, o bilinguismo no Brasil é uma realidade complexa e diversa, distinta da educação bilíngue voltada especificamente para surdos.

Colin Baker (2011) enfatiza a importância de desenvolver as habilidades bilíngue e intercultural dos estudantes. Ele acredita que a educação bilíngue não é simplesmente aprender duas línguas, mas também compreender e valorizar as diversas culturas e perspectivas associadas a cada idioma. Baker argumenta que estudantes bilíngues podem se beneficiar cognitivamente e socialmente desenvolvendo habilidades de pensamento crítico, flexibilidade cognitiva e empatia intercultural. Este posicionamento promove a interculturalidade, incentivando os estudantes a interagir e aprender em contextos multiculturais, enriquecendo suas experiências e ampliando sua compreensão do mundo. Segundo Colin Baker (2011),

[...] o tema educação bilíngue se relaciona aos debates sobre os propósitos e objetivos fundamentais da educação como um todo para indivíduos, comunidades, regiões e nações. Educação bilíngue (...) é um componente dentro de uma estrutura social, econômica, educacional e cultural e política mais ampla (p. 184).

Baker enfatiza ainda a importância de entender a educação bilíngue em um contexto mais amplo e complexo. A educação bilíngue não é apenas ensinar duas línguas, mas também levar em consideração os impactos sociais, econômicos, educacionais e culturais que a educação bilíngue pode ter em uma determinada sociedade ou comunidade.

Além disso, Baker (2011) é conhecido por seu trabalho na aquisição de uma segunda língua e por melhorar nossa compreensão dos estágios de desenvolvimento da linguagem em estudantes bilíngues. Explora os desafios e as recompensas do aprendizado de um segundo idioma e discute estratégias para apoiar o progresso dos estudantes nessa jornada.

Cavalcanti (1999) afirma que no Brasil, o bilinguismo de minorias é recente, pois o país tem uma gama de variações linguísticas e entre elas existem as comunidades surdas que “são criadas em escolas/ instituições e que estão espalhadas pelo país”, e que também sofrem por serem consideradas falantes de “baixo prestígio” do português (Cavalcanti, 1999, p. 387).

De acordo com Stumpf (2006, p. 292),

O bilinguismo é o objetivo visado pela criança surda. Ela deverá adquirir duas línguas: a língua de sinais e a língua de seu país em forma escrita (leitura e escrita). Para atingir esse objetivo, a escola precisa em suas práticas trabalhar de forma diferente, usando uma pedagogia que possibilite ao educando atingir essa meta.

Stumpf ressalta a importância de uma abordagem educacional que reconheça e promova o desenvolvimento bilíngue dos estudantes surdos, garantindo acesso à língua de sinais e à língua escrita do país.

No entanto, as autoras Martins e Soler (2022) ressaltam a importância de considerar a Libras como língua primária e a Língua Portuguesa como língua secundária no contexto do ensino de surdos. Essa abordagem reconhece a centralidade da Libras na formação linguística e identitária dos surdos, enquanto a língua portuguesa é aprendida como uma segunda língua.

Lacerda et al. (2016) explicam que o Decreto 5.626 (Brasil, 2005) estabelece diretrizes fundamentais para a educação de surdos, incluindo a presença de professores bilíngues e professores surdos, especialmente nos anos iniciais da educação – Educação infantil e Ensino fundamental I. Conforme o Decreto, os professores bilíngues ministrarão conteúdos programáticos utilizando a Libras como língua de instrução, enquanto os professores surdos têm um papel central no ensino de Libras para as crianças surdas e para a comunidade escolar. Essa abordagem busca garantir uma educação adequada aos alunos surdos, proporcionando a aprendizagem em uma língua plenamente acessível a eles, além de assegurar o desenvolvimento linguístico, que é a base do processo de ensino. A presença

tanto de professores bilíngues quanto de professores surdos é fundamental para o desenvolvimento da linguagem e o acesso ao conhecimento acadêmico pelas crianças surdas.

Lacerda, Albres e Drago (2013) apresentam uma alternativa envolvendo a implementação da educação bilíngue de surdos em São Paulo. Sua pesquisa se concentra na legislação municipal que abrange escolas de educação bilíngue de surdos e escolas regulares que atendem tanto surdos quanto ouvintes, promovendo assim a inclusão, mas respeitando a condição bilíngue do estudante surdo. Concluíram que a abordagem proposta pela secretaria municipal de São Paulo promoveria uma educação verdadeiramente diversificada, reconhecendo que os surdos têm necessidades e condições diferentes. Como apontam as autoras:

Os documentos analisados indicam que a escolha por uma educação pluralizada, entendendo que os surdos possuem necessidades e condições diferentes, assim como a integração social dessas disciplinas, relacionadas à educação, pode ser tomada de diversas formas (Lacerda; Albres; Drago, 2013, p. 78).

Segundo Lillo-Martin e Chen Pichler (2016), a educação bilíngue de surdos visa garantir a igualdade de acesso à educação, promover o desenvolvimento acadêmico dos estudantes surdos e fortalecer sua identidade e cultura. Esse modelo reconhece a língua de sinais como uma língua natural e completa, permitindo que o estudante surdo se expresse plenamente e adquira conhecimento de forma efetiva. Ao adotar o ensino bilíngue, o programa se adequa às necessidades específicas dos estudantes surdos, proporcionando oportunidades de aprendizado em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, o modelo bilíngue busca promover uma abordagem multicultural em que a diversidade é valorizada e a identidade e a cultura surda são reconhecidas como parte integrante da experiência educacional (Lillo-Martin; Chen Pichler, 2016).

A implantação da educação bilíngue de surdos requer o envolvimento de professores capacitados e sensíveis, que possuam conhecimentos linguísticos e pedagógicos suficientes para trabalhar com estudantes surdos. É importante estabelecer parcerias com a comunidade surda e garantir que ela esteja ativamente envolvida no processo educacional.

Reis e Lima (2022) destacam que a educação bilíngue de surdos deve ser implementada com estrutura e práticas pedagógicas específicas que respeitem e valorizem a Libras e promovam a identidade e a cultura surda. Para garantir um ensino de qualidade, é essencial contar com profissionais bilíngues qualificados e comprometidos em desenvolver plenamente as competências linguísticas e cognitivas dos estudantes surdos. As autoras

apresentam ainda a educação bilíngue como essencial para os surdos, todavia é importante reconhecer que a implementação prática dessa proposta enfrenta desafios significativos. As escolas muitas vezes carecem de recursos adequados e profissionais devidamente treinados para garantir a eficácia do modelo bilíngue. Além disso, a mudança de paradigma educacional proposta requer uma reestruturação significativa das políticas públicas e um compromisso maior por parte do poder público, das escolas, dos professores, familiares e comunidade escolar, para que o respeito à diversidade e o direito à cidadania dos surdos sejam verdadeiramente assegurados.

Vieira-Machado, Rodrigues e Carvalho (2022) destacam que é difícil conjecturar a educação bilíngue de surdos como uma realidade consolidada. Os autores questionam como essa modalidade de educação é vivida pelas diversas comunidades surdas, reconhecendo que a educação bilíngue é promovida principalmente por um grupo de surdos que utilizam a língua de sinais e estão envolvidos na academia. Esse grupo defende fortemente que crianças surdas tenham o direito de usar a Libras desde cedo, enfatizando a importância do acesso linguístico e cultural desde a infância.

Segundo Garrutti-Lourenço (2017), as propostas de educação infantil bilíngue para crianças surdas abrangem não apenas aspectos linguísticos, mas também considerações identitárias, culturais e pedagógicas específicas dessas crianças. É fundamental criar um ambiente que apoie a formação da identidade surda da criança, reconhecendo e valorizando sua cultura. Assim, tais propostas buscam proporcionar um ambiente inclusivo e enriquecedor onde as crianças surdas possam se desenvolver integralmente, respeitando e celebrando sua identidade e cultura surda. Uma educação bilíngue enriquecedora para crianças surdas poderia explorar mais a fundo os desafios e a implementação prática dessas propostas, bem como ampliar o debate sobre diferentes abordagens educacionais bilíngues.

Segundo Nora (2017), a realidade é que algumas escolas estão dispostas a aceitar estudantes surdos e com deficiência auditiva, enquanto outras não. Os professores das escolas regulares são altamente qualificados para desempenhar suas funções, mas possuem menos habilidades e conhecimentos nas áreas da surdez e de estratégias de comunicação e habilidades relacionadas. Como resultado, eles podem não reconhecer as necessidades dos estudantes surdos e podem não fornecer apoio e assistência adequados.

Para garantir ensino de qualidade é fundamental investir na formação dos professores, dotando-os de conhecimentos e habilidades específicas para trabalhar com estudantes surdos.

Em se tratando da formação de professores para a educação de surdos, os profissionais devem estar dispostos a trabalhar com a língua de sinais, conhecer as

necessidades específicas dos surdos e promover uma educação acessível. Como apontou Silva (2019), é fundamental que os professores tenham uma formação abrangente e sólida para que compreendam as peculiaridades da educação de surdos. Isso inclui aprender a língua de sinais, desenvolver estratégias de ensino adequadas, usar recursos visuais e tecnológicos e entender questões culturais e de identidade relacionadas aos surdos.

Alguns estudos (Nora; Silva; 2017; 2019) apontam que a presença de professores surdos nas escolas bilíngues é fundamental para a efetividade do ensino e para a valorização da cultura e identidade surdas. No entanto, há pontos significativos, como a falta de formação específica de professores ouvintes para trabalhar em um ambiente bilíngue e a escassez de materiais didáticos em Libras e adequados. Destaca-se, assim, a necessidade de uma formação inicial robusta em pedagogia bilíngue, que prepare os futuros educadores para enfrentar os desafios recorrentes no contexto educacional. A formação inicial em pedagogia bilíngue pode oferecer respostas aos problemas observados, proporcionando estratégias e metodologias que promovam uma educação de qualidade para estudantes surdos. Isso pode incluir a criação de um currículo que integre a Libras e o português, bem como a promoção de uma consciência crítica sobre a importância da identidade e cultura surdas na formação educacional.

De acordo com Kraemer, Lopes e Zilio (2020), a presença de professores surdos na educação bilíngue de surdos é crucial. Eles atuam como modelos linguísticos e culturais, fortalecendo a identidade e cultura dos estudantes surdos. Compreendem suas necessidades, inspiram e demonstram que os objetivos de aprendizagem podem ser alcançados. Além disso, a proficiência em língua de sinais dos professores surdos facilita a comunicação autêntica, valorizando a língua de sinais e a cultura dos surdos.

Neste sentido, a abordagem bilíngue, segundo os autores Kubaski e Moraes (2009), permite que as crianças surdas se identifiquem com seus pares por meio do uso da língua de sinais, ao mesmo tempo que utilizam o português para integração na cultura ouvinte. Isto promove a comunicação das crianças surdas com outras pessoas surdas em sua língua e com pessoas ouvintes em português, contribuindo assim para a sua integração e integração em ambos os grupos.

Reis (2006) aborda o tema da pesquisa cultural em sua tese, apresentando uma nova perspectiva sobre a representação dos professores surdos. Segundo a autora, é fundamental que o professor surdo esteja presente no contexto educacional, pois sua expressão carrega consigo sua ideologia política, cultura, língua e muitas identidades. Essa diversidade facilita o relacionamento entre dois importantes públicos surdos: professores e estudantes. Reis (2006)

ênfatiza a importância do reconhecimento dos professores surdos na construção de sua identidade cultural, destacando que eles buscam validar uma posição de poder por meio da luta vivenciada com os professores/outros surdos.

Uma das características dessa abordagem pedagógica para a diferenciação é o uso de conteúdos pedagógicos específicos pelos professores de língua de sinais. Isso inclui abordar temas como história surda, cultura, língua de sinais escrita, classificadores, histórias poéticas e identidade surda, relacionando-os com o mundo surdo.

Albres (2014) enfatiza a importância da formação inicial e continuada na área pedagógica, com ênfase no domínio de métodos didáticos específicos. Salientou a necessidade de desenvolver e utilizar métodos de formação neste contexto, que possam contribuir para uma reflexão sobre a formação de professores. Estas práticas de formação proporcionam um espaço para aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos, desenvolver competências pedagógicas e fomentar a reflexão crítica sobre a prática docente. Com isso, a formação dos professores está em constante aperfeiçoamento, tornando o ambiente educacional de mais qualidade.

Souza (2022) ressalta que a formação de professores surdos é essencial para a valorização da identidade surda, e na referência para os estudantes surdos da educação básica. Estes profissionais são modelos positivos para os estudantes, promovendo a autoestima e o orgulho da sua cultura e língua. A comunicação acessível proporcionada pela presença de professores surdos no ambiente educacional não só facilita o processo de ensino e aprendizagem, mas também fortalece os laços de confiança e compreensão mútua entre todos os envolvidos na comunidade escolar. Por fim, as oportunidades de aprendizagem significativas proporcionadas pelos professores surdos enriquecem o currículo escolar, alargando as perspectivas dos estudantes surdos e preparando-os para uma participação ativa e bem-sucedida na sociedade.

Souza (2022) destaca ainda a importância da formação de professores surdos para uma educação de qualidade, a crítica pode se concentrar na falta de discussão sobre a implementação prática e os desafios dessa abordagem. O autor não aborda questões como a disponibilidade de formação para todos os professores surdos, a integração efetiva desses profissionais em diferentes contextos educacionais e as barreiras institucionais que podem limitar o impacto dessa formação. Além disso, enquanto a valorização da identidade surda e a promoção da comunicação são aspectos positivos, é necessário também considerar como garantir que todos os aspectos do currículo sejam adequados para atender às necessidades

específicas dos estudantes surdos e como assegurar recursos adequados para uma educação equânime.

Conforme mencionado anteriormente, a formação de profissionais para atuação na educação bilíngue foi impulsionada pelo Decreto 5.626 (Brasil, 2005). Nota-se que a para a atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental o texto da lei orienta:

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Percebe-se, assim, um movimento indicando a prioridade de profissionais surdos nestes espaços, desde que com formação adequada. O Decreto aponta ainda que o Ministério da Educação deveria, a partir desta publicação, promover a criação de cursos de graduação específicos “para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua” conforme o Artigo 11 – I (Brasil, 2005).

Todavia, o texto do Decreto, embora favorável à educação bilíngue, apresenta um problema: sugere a formação de docentes para o ensino **de** Libras, e não **em** Libras. A redação do texto abre margem à compreensão de que o professor nestes espaços não atuará como professor regente, mas como professor de língua – no caso, da Libras. Esta é uma discussão que tem se ampliado nos últimos anos, e que merece a atenção de pesquisadores.

É neste contexto que começa a surgir a oferta de cursos de formação em Pedagogia Bilíngue.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: HISTÓRICO E DESAFIOS NA ATUALIDADE

2.1 A formação de professores no Brasil: breve contextualização

Antes de adentrar nas discussões acerca da formação de professores surdos, cabe neste momento uma breve contextualização da formação de professores de forma geral, em nível nacional, a fim de compreendermos os princípios, os desafios e os dilemas postos na atualidade da educação de surdos.

A formação de professores no Brasil é um tema complexo e o processo pode variar a depender do nível de ensino em que o professor deseja atuar, seja na educação básica ou em áreas específicas, como a educação infantil.

Além disso, a formação de professores também está diretamente relacionada à legislação educacional, que estabelece as diretrizes e regulamentações para a formação docente, e as políticas públicas, que têm o objetivo de garantir a qualidade e a equidade no sistema educacional.

Gatti (2010) analisa a formação de professores no Brasil, tratando de aspectos como a legislação vigente à época, as características socioeducativas dos alunos e as principais características dos cursos de formação dos professores. Gatti destaca que a formação de professores é caracterizada pela fragmentação do programa, onde as disciplinas são dispersas e muitas vezes pouco articuladas com a prática docente. A autora ressalta a falta de capacitação para o desenvolvimento de atividades educativas, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental e na primeira infância. Critica também a falta de uma base de formação comum nas instituições de ensino superior, sugerindo a necessidade de uma revolução nas estruturas institucionais e curriculares para integrar a formação de forma mais eficaz e focar na função social da educação. Porém, Gatti defende a urgente reestruturação da formação docente para garantir uma educação de qualidade e responder às exigências da prática pedagógica.

Segundo a autora Gatti (2010), os principais problemas identificados na formação de professores no Brasil incluem ambiguidades regulatórias, que tornam as diretrizes confusas e dificultam a implementação de uma formação consistente e de qualidade. Por outro lado, a fragmentação dos cursos, tanto entre as diferentes áreas como dentro de cada uma, impede a

criação de um programa integrado e coerente. A desproporção curricular é outro ponto crítico, pois a carga horária dedicada à formação específica para a docência é baixa, estando a maior parte do programa associada a disciplinas não diretamente relacionadas à prática docente. Por fim, muitos programas apresentam conteúdos pouco claros e redundantes, com conteúdos repetitivos, o que compromete a formação. Estas questões realçam a necessidade urgente de reestruturar a formação de professores para garantir uma educação de qualidade.

A autora destaca ainda que as características dos estudantes são essenciais para compreender o contexto da formação docente no Brasil. Em primeiro lugar, o perfil socioeconômico dos estudantes é muito diversificado, refletindo uma grande diversidade de origens e realidades. Esta diversidade pode afetar não só o acesso à formação, mas também as expectativas e motivações que cada aluno traz para o curso. Muitos graduados ingressam na formação de professores com a esperança de fazer a diferença na educação, motivados por um desejo genuíno de contribuir para a sociedade. Além disso, a formação cultural e educacional dos estudantes universitários desempenha um papel crucial na sua educação. As experiências educativas anteriores moldam as suas percepções de ensino e aprendizagem, tendo um impacto direto nas suas práticas futuras. Contudo, esses estudantes também enfrentam desafios importantes durante a sua formação, como a falta de apoio institucional e de recursos adequados, o que pode dificultar o seu desenvolvimento profissional.

Estas características dos estudantes não só afetam a sua carreira acadêmica, mas também têm implicações diretas na qualidade da educação que poderão ministrar no futuro. É, portanto, essencial considerar estes aspectos quando se considera a formação de professores, com o objectivo de uma abordagem mais integrada e que responda às necessidades e realidades dos futuros educadores.

Já Saviani (2011) destaca que a formação de professores no Brasil enfrenta uma série de dilemas que comprometem a qualidade da educação e a preparação dos professores para os desafios contemporâneos. Um dos principais problemas é a incerteza das políticas de formação. Durante os últimos dois séculos, as mudanças implementadas neste domínio foram interrompidas e sem padrões estáveis, resultando numa formação que muitas vezes não responde às reais necessidades das escolas e dos alunos. Essa falta de continuidade e clareza nas linhas de formação de professores cria um cenário de incerteza e fragilidade, o que dificulta a construção de bases sólidas para a educação.

Outro dilema importante diz respeito às condições de trabalho dos professores. A realidade que muitos educadores enfrentam é um ambiente de aprendizagem difícil, salários insatisfatórios e falta de recursos. Estas condições não só desencorajam os jovens de realizar

formações mais difíceis, mas também têm um impacto direto na qualidade da educação oferecida. Quando os professores atuam em situações desfavoráveis, a motivação e o comprometimento com a profissão tendem a diminuir, o que se reflete na aprendizagem dos alunos. Além disso, a qualidade dos estágios, que constituem uma parte essencial do processo de formação, também está em risco. A formação prática deveria ser realizada nas escolas, mas o funcionamento precário destas instituições resulta muitas vezes em experiências práticas que se tornam meramente formais. Isto significa que os futuros professores não têm a oportunidade de experimentar uma prática de ensino rica e significativa, o que limita a sua capacidade de se tornarem educadores comprometidos e aptos (Saviani, 2011).

O autor aponta, por fim, a desvalorização da profissão docente como um dilema que permeia todo o sistema educacional. A falta de reconhecimento social e a baixa remuneração associada à carreira docente contribuem para a dificuldade de atração e retenção de profissionais qualificados. Essa desvalorização não só prejudica a autoestima dos professores, mas também perpetua um círculo vicioso que prejudica a qualidade da educação no país.

Segundo o autor Saviani (2011), em sua análise sobre a formação de professores no Brasil, destaca a importância de integrar a formação docente às condições de trabalho. Ele argumenta que a qualidade da formação está diretamente ligada ao ambiente em que os educadores atuam, sendo essencial que tenham jornadas adequadas para a preparação de aulas e participação na gestão escolar. Saviani também critica a falta de investimento em educação, apontando que políticas que buscam reduzir custos comprometem a eficácia da formação. Ele defende a necessidade de revisar e reformular as políticas formativas, buscando continuidade e qualidade. Em resumo, suas propostas envolvem uma abordagem integrada que considera a formação, as condições de trabalho, a valorização da profissão e o investimento em recursos, visando promover uma educação de qualidade no Brasil.

Em continuidade à discussão, Gatti (2021) analisa as políticas e programas nacionais focados na formação de professores na Educação Básica no Brasil, principalmente nas últimas duas décadas. As metas de atualização dos professores, avanço na carreira e melhorias nas condições de trabalho são mencionadas, mas é ressaltado que, na realidade, houve interrupções e divisões na aplicação dessas políticas. A autora observa que a ausência de acompanhamento adequado e a divisão das ações causaram problemas na gestão das políticas educacionais. Além disso, menciona que muitos programas enfrentam dificuldades como a falta de liberação dos professores para os cursos e a complexidade em completar as formações devido às condições de trabalho.

Apesar das dificuldades, a autora apresenta exemplos de iniciativas criativas promovidas por grupos de professores e gestores que buscam novas maneiras de pensar e implementar a formação para o ensino. O texto encerra afirmando que, embora existam obstáculos consideráveis, há oportunidades para melhorias e inovações na formação de professores no Brasil. Apesar dos esforços para qualificar a formação docente, ainda há muito a ser feito para alcançar os resultados esperados.

Nota-se, a partir deste breve histórico, que a formação de professores traz tensões desde o início de sua história, além de aspectos relevantes que impactam fortemente a futura atuação docente, como desvalorização profissional, baixos salários e formação (por vezes) aquém do esperado.

Diante das mudanças e publicações de diversos documentos acerca da educação especial no contexto das escolas regulares, nas últimas décadas, a formação de professores sofreu impactos e precisou se reformular. A pesquisa proposta por Muttão e Lodi (2018) objetivou identificar e analisar teses e dissertações sobre a formação de professores para a educação de surdos, no período de 1995 a 2014.

A formação de professores para a educação de surdos no Brasil passou por grandes mudanças desde a década de 1970, quando começaram a ser oferecidos cursos específicos em Pedagogia, como a Educação de Deficientes da Audiocomunicação (EDAC). No início, essa formação focava o desenvolvimento da linguagem falada dos alunos surdos, priorizando terapias em vez de métodos educacionais inclusivos. Com as alterações nas políticas educacionais nas décadas de 1990 e 2000, houve uma maior junção da educação especial ao sistema regular, exigindo uma revisão na formação dos professores. Essa nova abordagem procura promover uma educação bilíngue, respeitando a Libras como forma de comunicação para alunos surdos.

No entanto, ainda há divergências sobre a melhor maneira de formar os professores. Segundo as autoras, alguns estudiosos defendem uma formação especializada voltada para a educação de surdos, enquanto outros acreditam que a formação deve ser mais abrangente, com conhecimento sobre educação especial. Além disso, a formação inicial de professores enfrenta dificuldades ligadas ao histórico de desinteresse pela educação, resultando em uma compreensão rasa das práticas pedagógicas necessárias para atender a diversidade dos alunos surdos.

As autoras destacam ainda que um dos principais achados da pesquisa relaciona-se à falta de preparação inicial oferecida aos professores. Muitos educadores se sentem incapazes de lidar com a diversidade nas salas de aula, especialmente quando se trata de alunos surdos,

que muitas vezes se comunicam em uma língua diferente dos seus professores. Essa falha na formação inicial prejudica a eficácia do ensino e a inclusão desses alunos. Além disso, as conversas sobre educação especial e a educação de surdos costumam acontecer de forma isolada, sem uma conexão com as outras áreas do currículo. Essa desconexão curricular limita a habilidade dos professores de criar métodos de ensino que atendam às necessidades específicas dos alunos surdos (Muttão; Lodi, 2018).

A busca por formação continuada também é vista como uma necessidade urgente. Muitos educadores entendem que, por causa das falhas na formação inicial, é essencial buscar atualizações e capacitação contínuas para atender melhor às necessidades da educação inclusiva.

Diante do exposto, percebe-se que a formação para atuação no contexto da educação de surdos também enfrenta obstáculos. Em 2005, com a publicação do Decreto 5.626 (Brasil, 2005), surgem novos profissionais, como o professor de Libras e o professor bilíngue. Ressalta-se que, em diversos momentos, o texto do Decreto destaca a prioridade de pessoas surdas para assumirem esses cargos. Deste modo, cabe neste momento explorar como vem acontecendo a formação de professores surdos no Brasil, para melhor compreender o contexto da educação bilíngue de surdos.

2.2. A formação de professores surdos

A entrada dos surdos no Ensino Superior é um tema relativamente recente; somente após a publicação do Decreto 5.626 (Brasil, 2005) pessoas surdas passaram a circular em espaços e contextos antes pouco conhecidos pela comunidade surda, tal como as universidades, devido à possibilidade da presença de profissionais TILS e da criação de cursos voltados para a educação de surdos.

A pesquisa desenvolvida por Delanhese e Storto (2024) traz um levantamento sobre a produção científica acerca da inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior, no portal de periódicos CAPES, entre os anos de 2010 e 2020. Alguns aspectos são apontados pelas autoras como desafios postos, como as dificuldades de integração à vida universitária (especialmente na convivência com a grande maioria ouvinte presente neste contexto), as barreiras quanto às atividades de leitura e escrita em língua portuguesa, bem como às avaliações pouco flexíveis. Indicam, ainda, a falta de adaptação e aceitação pelo corpo docente quanto a estratégias de ensino pautadas na visualidade e correção de atividades

envolvendo a escrita, bem como problemas formativos dos TILS, que comprometem a acessibilidade linguística. Por fim, expõem a formação docente como questão necessária para o acolhimento e permanência dos estudantes surdos na Universidade, com o objetivo de vencer a barreira atitudinal imposta pela diversidade linguística trazida por estes estudantes.

Segundo as autoras, os resultados mostram que, mesmo com os avanços nas políticas públicas, ainda há grandes dificuldades que impedem a permanência dos estudantes surdos no Ensino Superior, como a falta de intérpretes de Libras e a necessidade de adaptações que respeitem a cultura e a língua dos surdos. A pesquisa finaliza que é fundamental oferecer mais formação para os docentes e garantir um ambiente educacional mais adequado.

Nota-se que os obstáculos enfrentados por estudantes surdos no ensino superior são muitos; quando da criação do próprio Decreto 5.626 (Brasil, 2005) já se previa o enfrentamento de tais desafios e, possivelmente por esta razão, o texto já trazia como proposta a oferta de cursos voltados a educação bilíngue – Libras e língua portuguesa –, visando a entrada da comunidade surda neste espaço.

O texto do Decreto estabelece a formação necessária ao professor que atuará na educação de surdos, conforme aponta o capítulo III:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Conforme se observa, o parágrafo único ressalta que as pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação mencionados no caput. Essas normativas enfatizam a importância da formação específica para docentes de Libras em diferentes níveis educacionais, incentivando a oferta de cursos que promovam uma abordagem bilíngue e priorizando a participação de pessoas surdas nessas formações.

A formação de profissionais capacitados em Libras e Português como segunda língua (L2) pode ser compreendida como basilar para atender às necessidades da Educação Básica.

Estas qualificações são oferecidas como parte de um programa de ensino superior, tanto em nível de ensino como de licenciatura, e deveriam ser oferecidas de forma contínua a professores que já trabalham nos níveis de ensino básico e primário. Os programas de graduação incluem áreas como pedagogia bilíngue e formação de professores para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental. Além disso, existem os cursos de Licenciatura em Letras - Libras, que são responsáveis pela formação de professores de Libras para atuarem no ensino básico e médio.

Diante do exposto, passaremos a discutir o lugar dos surdos em tais cursos. Com a publicação do Decreto 5.626 (Brasil, 2005) surgem novas oportunidades de formação:

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua [...].

A formação em pedagogia com orientação para o ensino bilíngue torna-se uma possibilidade a partir daquele momento. Faz-se necessário, todavia, explorar como a comunidade científica compreende a oferta de tal formação bilíngue, para além de adaptações do português para a Libras; trazemos a seguir alguns autores que abordam o tema.

Campello (2007) inicialmente aborda o assunto como Pedagogia Visual, referindo-se a uma formação que engloba aspectos visuais e incorpora os avanços tecnológicos e os recursos visuais disponíveis na sociedade contemporânea. No entanto, é importante destacar que a Pedagogia Visual não se limita à formação em pedagogia bilíngue, sendo uma metodologia que abrange práticas educativas diversas, incluindo aquelas voltadas para o público surdo. A formação de professores que atuam com surdos deve priorizar a visualidade e a Libras, considerando sua natureza visuogestual, mas não se restringe exclusivamente à Pedagogia Visual.

Nesta direção, conforme expõem Lacerda, Santos e Caetano (2014, p. 186), é necessário considerar

[...] pensar em uma pedagogia que atenda as necessidades dos alunos surdos que se encontram imersos no mundo visual e apreendem, a partir dele, a maior parte das informações para a construção de seu conhecimento. Para os surdos os conceitos são organizados em língua de sinais, que por ser uma língua viso-gestual, pode ser comparada a um filme, já que o enunciador enuncia por meio de imagens, compondo cenas explorando a simultaneidade e a consecutividade de eventos. Assim, para favorecer a aprendizagem do aluno surdo não basta apenas apresentar

os conteúdos em Libras, é preciso explicar os conteúdos de sala de aula utilizando de toda a potencialidade visual que essa língua tem.

Percebe-se, nos apontamentos trazidos pelas autoras, que é necessária uma mudança de concepção acerca do ensino para surdos; é preciso repensar a oferta de ensino a partir da perspectiva surda, da visualidade, compreendendo que as formas de aprendizado são diversas daquelas vivenciadas por estudantes ouvintes.

As discussões acerca da oferta de cursos de pedagogia bilíngue emergem como resultado dessa compreensão, visando à formação de docentes surdos e ouvintes, com ênfase no ensino **da e por meio da** Libras. No entanto, é importante ressaltar que a necessidade de formação para a pedagogia bilíngue vai além da concepção da pedagogia visual, abrangendo uma gama mais ampla de considerações e demandas do campo educacional para surdos.

Skliar (2010) enfatiza a importância da abordagem bilíngue e bicultural na educação de surdos. O autor destaca que neste contexto é essencial que profissionais surdos façam parte da equipe escolar e participem do planejamento das atividades, para garantir o respeito às necessidades específicas dos surdos, que têm acesso ao mundo através da visão.

Já Quadros (2005) expõe que a educação bilíngue de surdos deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visual-espacial, a fim de garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na Língua Brasileira de Sinais. No entanto, ela ressaltar que simplesmente traduzir o currículo da escola regular para a língua de sinais não é suficiente. É necessário incorporar aspectos culturais das comunidades surdas, sua história e direitos no currículo, para que os estudantes surdos possam se identificar com a cultura de sua comunidade, e não apenas com a cultura dos ouvintes (Quadros, 2005; Skliar, 1999).

Segundo Skliar enfatizou, a formação pedagógica específica na área de educação de surdos é fundamental para que os professores compreendam e atendam plenamente às necessidades educacionais dos estudantes surdos. Essa formação inclui o aprendizado da língua de sinais, a compreensão da cultura surda, o uso de estratégias de ensino responsivas e a criação de um ambiente inclusivo (Skliar, 1999). O autor destaca que a formação pedagógica na educação de surdos não se limita aos aspectos técnicos, mas envolve também a reflexão crítica sobre os modelos pedagógicos e a importância da abordagem bilíngue. Skliar promove a ideia de que os professores precisam ser sensíveis às questões relacionadas à surdez, superar preconceitos e promover uma educação inclusiva e de qualidade para os estudantes surdos.

Agapito (2015) considera relevante a perspectiva de contemplar a formação de surdos como educadores, assegurando que a qualificação desses profissionais ocorra de maneira abrangente. Essa abordagem está alinhada aos princípios da educação bilíngue, cujo propósito é preparar os alunos surdos para o exercício crítico e reflexivo no contexto social e profissional (Agapito, 2015). Esta visão não se limita apenas ao desenvolvimento cognitivo dos surdos, mas também busca elevar o nível de conhecimento profissional desses indivíduos. A meta é impulsionar sua cidadania, permitindo que participem ativamente na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Assim, a formação de surdos como educadores é considerada uma estratégia para capacitar esses indivíduos, preparando-os para desempenhar um papel mais ativo e participativo na comunidade.

Reis e Lima (2022) apontam que a qualificação e formação de professores para a educação de surdos são fundamentais. Professores que atuam com estudantes surdos devem ser bem capacitados e possuir um conhecimento específico e abrangente, pois os surdos têm a capacidade de atingir altos níveis de conhecimento. A educação bilíngue de surdos exige que a interpretação seja precisa e direta, considerando que a surdez é uma diferença linguística e não uma deficiência cognitiva. Nesse contexto, a relação entre professores e estudantes surdos deve ser direta, e os professores precisam identificar as peculiaridades de cada estudante, ajustando recursos e métodos de ensino para atender às necessidades específicas de cada um. Lodi e Lacerda (2009) complementam que, embora os objetivos educacionais devam ser os mesmos para todos, os métodos para alcançá-los devem ser adequados à realidade de cada estudante.

Nota-se, assim, que a formação especializada de professores para a educação de surdos é essencial para uma educação de qualidade. No entanto, sabe-se que a realidade educacional enfrenta desafios, como a falta de formação específica contínua e a escassez de profissionais qualificados e recursos adequados. Para que a educação bilíngue seja efetiva, é necessário um investimento significativo na formação de professores, infraestrutura, e em políticas públicas que valorizem a diversidade linguística e cultural dos surdos.

O Decreto Nº 5.626/05 estabelece, conforme descrito por Lodi (2013, p. 57), que os professores formados para atuar em Libras com alunos surdos devem também possuir formação específica para o ensino da língua portuguesa como segunda língua. Essa exigência deve ser concretizada por meio da inclusão de uma disciplina curricular específica sobre essa temática nos cursos de formação de professores voltados para os anos iniciais de escolarização e nas licenciaturas em Letras – língua portuguesa (Brasil, 2005; Lodi, 2013). Essa disposição reconhece a importância de uma formação abrangente para os professores

que atuam no contexto da Libras e alunos surdos, não se limitando apenas à língua de sinais, mas também incluindo a necessidade de habilidades específicas no ensino da língua portuguesa como segunda língua.

No entanto, o Decreto não aborda as especificidades da formação de professores bilíngues para surdos. Cabe ressaltar que essas orientações são geralmente estabelecidas em documentos de diretrizes curriculares, que devem garantir que, na formação inicial, o professor adquira conhecimentos suficientes sobre a Libras, conforme mencionado por Cicilino, Giroto e Vitta (2018).

Albres (2014) cita que os surdos discutiram junto ao MEC sobre a formação do professor bilíngue, com o objetivo de capacitar professores surdos para assumir o ensino de Libras e outros componentes do currículo na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, em escolas bilíngues ou em classes bilíngues. Isso mostra a importância de uma pedagogia que valorize a língua de sinais e promova a educação bilíngue de surdos (Albres, 2014). A autora aponta ainda que os surdos buscam um espaço de formação que dê condições para a construção de "habilidades profissionais" e proporcione condições práticas para a formação de um professor qualificado, diferenciando-o dos simples usuários de Libras que podem utilizar a língua para se comunicar, mas não para ensiná-la. Isso indica a necessidade de uma formação especializada para os professores de Libras, que não se limite apenas ao conhecimento da língua de sinais, mas inclua também conhecimentos pedagógicos e didáticos específicos para o ensino da língua de sinais (Albres, 2014, p. 54).

Diante do exposto, reconhece-se a necessidade de uma formação especializada para o professor surdo, considerando sua história de marginalização frente aos processos educacionais, os obstáculos e a falta de acessibilidade presentes no ensino superior e também as dificuldades de entrada no mercado de trabalho, especialmente no contexto educacional.

Os cursos de Pedagogia Bilíngue, parecem ser um caminho promissor para formar professores surdos, visto que, cientes de sua condição e das especificidades de aprendizado necessárias, com boa formação podem contribuir significativamente para a educação de crianças surdas.

2.3 Como surgiram e o que dizem as pesquisas sobre os Cursos de Pedagogia bilíngue

Para melhor compreender o contexto de surgimento dos cursos de formação em Pedagogia Bilíngue e suas propostas, considerando o objeto de estudo desta tese, fizemos um

levantamento de produções científicas com essa temática junto a plataformas de busca e pesquisas acadêmicas. Apresentaremos e discutiremos a seguir o que tais pesquisas propõem.

De acordo com Franco (2009), o primeiro curso superior voltado para a educação de surdos no Brasil, o Curso Superior Normal Bilingue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), teve seu processo iniciado com o pedido de autorização ao Ministério da Educação, em 21 de outubro de 2004. O INES apresentou o pedido de criação de um curso de Pedagogia, que fazia parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quadriênio 2004-2008. Contudo, o Ministério da Educação indicou a necessidade de redimensionar o curso de Pedagogia para um Curso Superior Normal, de acordo com as diretrizes vigentes. Após essa adaptação, o curso foi autorizado a funcionar em 18 de agosto de 2005, com habilitação para a docência nos primeiros anos do ensino fundamental. O primeiro vestibular para ingresso no curso foi realizado em 2006, marcando oficialmente o início do Curso Superior Normal Bilingue do INES.

A proposta do curso foi inovadora, pois tinha como objetivo formar professores bilíngues, utilizando a Libras como língua de instrução (L1) e o português como segunda língua (L2). Essa abordagem buscava atender às necessidades específicas dos alunos surdos, promovendo uma educação que respeitasse suas características linguísticas e culturais, além de preparar os graduados para trabalhar em um ambiente educacional onde pessoas surdas e ouvintes pudessem conviver e aprender juntas (Franco, 2009). Além disso, o curso, embora não priorizasse o ingresso de estudantes surdos, exigia proficiência em Libras de ambos, marcando desde a entrada que a língua de instrução seria a Libras.

A criação desse curso representou um importante avanço na educação bilíngue de surdos no Brasil, refletindo uma mudança de paradigma em relação à valorização da cultura surda no sistema educacional. O diferencial do curso parece estar na forma de tratamento das diversidades, nos conteúdos específicos referentes às comunidades surdas, bem como no respeito à escrita do português como segunda língua pelos estudantes:

Outra especificidade importante do Curso é o fato de que aulas e demais atividades devem estar a cargo de docentes com suficiente informação sobre características linguísticas próprias do campo da surdez. Além disso, o projeto prevê flexibilidade na correção de provas e/ou trabalhos redigidos pelo discente surdo, quando serão considerados o aspecto semântico e a singularidade linguística manifesta no nível formal de sua escrita. Para os surdos que possuam resíduos auditivos e os queiram utilizar, estão previstos equipamentos de amplificação sonora de uso coletivo (Franco, 2009, p. 21).

Todavia, Franco (2009) aponta que o curso contava, em todas as suas etapas, “desde esse processo inicial e até o completo término das atividades didático-pedagógicas que lhe competem” (p.21), com a presença de profissionais tradutores e intérpretes de Libras capacitados. Este fato indica que embora o curso priorizasse a Libras como língua de instrução, nem todos os processos e atividades eram ofertados diretamente em Libras, haja vista a necessidade de intérpretes.

Machado, Teixeira e Galasso (2017) também trazem informações acerca dos primeiros cursos surgidos neste contexto. Os autores indicam que a criação do curso de Pedagogia bilíngue online para surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi um marco na política educacional brasileira. Em meio a um contexto de avanços legislativos como o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei de Libras, a criação do curso de Pedagogia representou uma resposta institucional às reivindicações históricas da comunidade surda por um modelo de ensino que respeitasse suas especificidades linguísticas e culturais (Franco, 2009; Sobreira, Cicone e Franco, 2006). O curso, concebido inovou ao colocar a Libras como a língua de instrução principal, com o português escrito sendo ensinado como segunda língua, reafirmando o direito à comunicação e à cultura própria dos surdos.

Todavia, os autores destacam que não se tratava apenas de possibilitar a circulação de duas línguas em um curso:

Alerta-se aqui, portanto, para o fato de que a organização de um curso de pedagogia bilíngue supõe muito mais do que a utilização de duas línguas. Trata-se de um posicionamento político-pedagógico que deve permear o planejamento, a organização pedagógica, a metodologia do/no ensino superior, o currículo e a avaliação do curso (Machado; Teixeira; Galasso, 2017, p.26).

O projeto pedagógico desse curso foi pensado de forma que alunos surdos (e ouvintes) pudessem se formar como educadores, para atuar tanto na comunidade surda quanto no contexto mais amplo da educação bilíngue. Além disso, o curso busca (va) formar um ambiente de aprendizado que respeitasse a singularidade da cultura surda e, ao mesmo tempo, garantisse a formação de professores ouvintes que tivessem um alto nível de fluência em Libras para atuarem de maneira adequada nesse contexto. Essa proposta bilíngue foi inspirada não apenas pela demanda de formação profissional, mas também pela necessidade de criar um espaço educacional onde surdos e ouvintes pudessem desenvolver um entendimento e uma convivência pautados pelo respeito às diferenças culturais e linguísticas (Franco, 2009; Quadros, 2006).

No entanto, a implementação desse curso enfrentou vários desafios, que incluíam tanto a adaptação de conteúdos acadêmicos quanto a formação de professores em Libras, uma exigência fundamental para que sua oferta se tornasse efetiva. A formação de intérpretes com competência em nível superior também se destacou como uma necessidade crítica, visto que esses profissionais seriam fundamentais para a comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos. Quadros (2006) observa que essa formação especializada não era amplamente disponível na época, o que demandava iniciativas de capacitação interna dentro do próprio INES, além da contratação de intérpretes em processo de formação, o que nem sempre atendia plenamente às exigências de um curso bilíngue.

A experiência do curso de Pedagogia bilíngue no INES também refletiu uma tentativa de superar modelos de ensino que, historicamente, marginalizaram a comunidade surda ao não considerar a Libras como uma língua de instrução legítima. Segundo Leite (2020), um dos grandes desafios no campo da educação bilíngue é justamente evitar que o bilinguismo seja visto como um simples método pedagógico, mas que seja compreendido como uma política cultural que valorize a diversidade e promova a autonomia linguística dos estudantes surdos. Nesse sentido, o projeto do curso de Pedagogia buscou criar um espaço que fosse, além de inclusivo, emancipatório, onde os surdos pudessem desenvolver sua identidade e seu potencial acadêmico em sua língua natural.

A proposta do INES também foi inovadora ao permitir o ingresso tanto de alunos surdos quanto ouvintes, desde que estes tivessem fluência em Libras, promovendo uma troca cultural rica entre os alunos. Essa estrutura, porém, gerou contradições, pois o número de candidatos ouvintes geralmente excedia o de candidatos surdos, o que poderia, potencialmente, criar um ambiente menos acessível para a comunidade surda (Franco, 2009). Além disso, o curso encontrou desafios na adaptação de material didático e no desenvolvimento de metodologias que atendiam às necessidades bilíngues de forma eficaz e, ao mesmo tempo, respeitassem a diversidade linguística dos estudantes. Ainda assim, o INES conseguiu estabelecer uma base pioneira para o ensino bilíngue de surdos no Brasil, servindo como exemplo para outras instituições que buscavam promover a inclusão efetiva da comunidade surda em todos os níveis educacionais.

De acordo com Rocha (2019), o vestibular para o curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi desenvolvido para contemplar as necessidades linguísticas dos candidatos surdos, visando um processo seletivo mais adequado a essa comunidade. Este vestibular é composto por provas que se diferenciam em relação aos exames convencionais, já que consideram a Libras como a língua de instrução principal e o

português escrito como segunda língua. As provas consistem em duas avaliações principais: uma redação e uma prova de proficiência em Libras, ambas com o valor máximo de 100 pontos.

A primeira parte do exame, a redação, tem uma contribuição de até 50 pontos e é avaliada por dois corretores independentes. A correção é feita com base na compreensão de que o português é uma segunda língua para os candidatos surdos, o que permite que as particularidades linguísticas desses alunos sejam respeitadas e compreendidas no momento da avaliação (Rocha, 2019). A segunda parte da prova é a avaliação em Libras, que também vale 50 pontos e tem o objetivo de medir a proficiência do candidato na língua de sinais. Essa avaliação é realizada em vídeo, onde o candidato deve apresentar suas ideias de forma coesa e coerente, demonstrando seu domínio e capacidade de expressão em Libras.

Essa abordagem avaliativa do INES reflete a preocupação com a criação de um ambiente adaptado às especificidades dos surdos, assegurando que a avaliação não se torne um obstáculo ao acesso à educação superior. Com essa metodologia, o INES busca garantir que os candidatos surdos tenham as mesmas oportunidades de ingresso, considerando seu perfil linguístico e cultural. O modelo de avaliação reforça o compromisso do curso de Pedagogia Bilíngue com a formação de pedagogos capazes de atuar em contextos bilíngues, promovendo uma educação que respeite as especificidades da comunidade surda e a importância da Libras em seu desenvolvimento educacional (Rocha, 2019).

Machado, Teixeira e Galasso (2017) enfatizam que o curso de Pedagogia Bilíngue, oferecido na modalidade de educação a distância (EaD) pelo INES, ressalta a centralidade da língua de sinais como um elemento essencial da identidade da comunidade surda. Essa abordagem possibilita que pessoas surdas desenvolvam habilidades linguísticas e comunicativas que as capacitam em diversos contextos. O curso adota uma perspectiva linguística aditiva, reconhecendo e valorizando a diversidade linguística do Brasil, ao mesmo tempo que promove a inclusão de diferentes idiomas, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Português.

O estudo de Leite (2016) teve como objetivo principal analisar os dispositivos legais que regulamentam a formação de professores de Libras para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.626/2005, além de discutir a implementação de uma pedagogia bilíngue voltada para sujeitos visuais. O artigo é fundamentado na necessidade de um sistema educacional que respeite a especificidade linguística dos alunos surdos, reconhecendo a Libras como primeira língua e promovendo o português escrito como segunda língua. Leite (2016) destaca a importância da pedagogia

bilíngue como uma prática que valoriza a cultura surda, promovendo a formação de pedagogos capazes de ensinar tanto a Libras quanto o português, conforme exigido pela legislação brasileira.

Leite (2016) observa que, embora as universidades e faculdades brasileiras tenham sido obrigadas a incluir a Libras em seus currículos, diante da publicação do Decreto 5.626, a carga horária oferecida nas licenciaturas ainda é insuficiente para a formação completa de um professor bilíngue. Em uma análise das universidades da região de Cuiabá, por exemplo, a autora aponta que as instituições oferecem apenas 60 horas de Libras, um tempo considerado inadequado para garantir a fluência necessária para o ensino adequado na educação infantil e nas séries iniciais. Embora o texto do Decreto oriente para a provisão de escolas com “professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos” (Brasil, 2005, s/p.), sabe-se que nos anos iniciais da criança surda, a língua é fundamental para sua constituição e desenvolvimento cognitivo – deste modo, apenas uma disciplina de carga horária de 60 horas não é suficiente ao professor para a condução de uma aula adequada a esses estudantes.

Entre os achados do estudo, Leite (2016) sugere que é necessário um maior compromisso das instituições de ensino superior para formar pedagogos bilíngues que possam atender às demandas específicas dos alunos surdos. O autor propõe a criação de cursos de especialização ou até mesmo de uma graduação específica em pedagogia bilíngue, visando uma formação mais sólida para professores que atuam com surdos. Além disso, Leite (2016) reforça a importância de que esses profissionais possuam competências tanto no ensino da Libras quanto no ensino do português como segunda língua, para que possam promover uma educação verdadeiramente bilíngue e elaborada para atender às necessidades linguísticas dos alunos surdos.

O artigo de Giroto, Cicilino e Poker (2018) explora os dilemas e desafios na formação de professores para a pedagogia bilíngue, especialmente no contexto da educação de surdos. O objetivo do estudo é investigar as inconsistências entre as concepções sobre educação bilíngue de surdos e as práticas de formação de docentes, confrontando as orientações legislativas e políticas públicas com a realidade educacional inclusiva. A pesquisa considera que a simples presença da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de pedagogia não é suficiente para efetivar uma educação bilíngue completa. O estudo também enfatiza que a política educacional inclusiva exige que a Libras seja compreendida não apenas como um recurso, mas como uma língua de instrução fundamental para a formação de professores que atuarão em contextos bilíngues.

Os autores apontam que, embora a legislação brasileira incentive a criação de cursos bilíngues para formar professores capacitados em Libras e português escrito, há um descompasso entre essas diretrizes e a prática dos cursos de pedagogia. Muitos cursos ainda tratam a Libras de forma superficial, sem fornecer a formação necessária para que futuros docentes possam atuar com eficiência em um ambiente bilíngue. Além disso, a carência de professores e intérpretes fluentes em Libras nos cursos de pedagogia agrava a precariedade na formação de profissionais para atender às necessidades educacionais dos surdos (Giroto; Cicilino; Poker, 2018).

Entre os achados do estudo, destaca-se a necessidade de um currículo mais robusto para a formação de professores bilíngues, que inclua não apenas o aprendizado da Libras, mas também a compreensão da cultura surda. Giroto, Cicilino e Poker (2018) ressaltam que a pedagogia bilíngue deve transcender a mera introdução da Libras no currículo, promovendo uma verdadeira inclusão que respeite as especificidades linguísticas e culturais dos alunos surdos. O artigo propõe que o curso de pedagogia bilíngue integre abordagens metodológicas e teóricas que valorizem a Libras como língua de instrução principal, enquanto o português é ensinado como segunda língua. Esse enfoque permite que o professor formado tenha uma visão adequada e seja capaz de promover uma educação bilíngue, para além disso, “[...] não basta apenas garantir a utilização da Libras como língua de instrução, mas também a formação teórico-metodológica necessária ao exercício da função de professor da educação infantil e de professor alfabetizador que atua nas séries iniciais do ensino fundamental I” (idem, p. 787).

Os autores ainda discutem os desafios estruturais e conceituais na formação docente para a educação bilíngue de surdos. Eles destacam que a formação do professor bilíngue requer uma revisão dos projetos pedagógicos dos cursos de pedagogia, incluindo o desenvolvimento de políticas específicas para a formação em Libras, além de incentivos à contratação de professores surdos. Esse contexto evidencia que, sem uma formação sólida e integrada, é difícil garantir que a educação bilíngue de surdos alcance o potencial inclusivo defendido pela legislação.

Diante deste contexto, trazemos à discussão o Curso de Pedagogia Bilíngue – foco desta tese - oferecido pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) no Campus Palhoça Bilíngue, por compreender que se trata de um curso pioneiro no Brasil e que oferta formação presencial. O trabalho de Brito (2021) apresenta uma análise detalhada do curso, com foco nos desafios enfrentados pelos alunos no aprendizado da Libras. O objetivo do estudo é investigar o processo de aquisição de Libras pelos formandos de 2021, avaliando tanto os

progressos quanto às dificuldades na formação de professores bilíngues aptos a dominar fluentemente a Libras. A pesquisa utiliza uma metodologia mista, combinando dados qualitativos e quantitativos coletados por meio de questionários aplicados aos alunos concluintes do curso. Os resultados apontam para uma necessidade de maior carga horária dedicada ao ensino de Libras, o que facilitaria o domínio da língua e a capacitação adequada para o ensino de alunos surdos (Brito, 2021).

O contexto da pesquisa insere-se em um cenário de políticas educacionais voltadas à educação bilíngue de surdos, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o uso e o ensino de Libras. Brito (2020) destaca que, apesar de a oferta do curso ser gratuita e de existirem bolsas de estudo, muitos alunos enfrentam dificuldades financeiras, especialmente aqueles vindos de outras regiões. Essas barreiras dificultam a permanência no curso, aumentando a taxa de evasão. Além disso, a insuficiência de apoio institucional para o desenvolvimento das competências linguísticas em Libras resulta em um percentual considerável de formandos que concluem o curso sem o domínio adequado da língua, comprometendo a eficácia do trabalho pedagógico com alunos surdos.

Entre os achados de Brito (2021), constata-se que os alunos relatam dificuldades no processo de aprendizagem de Libras, o que leva a um baixo índice de fluência ao final do curso. Isso reflete a falta de integração plena de Libras no currículo, o que limita o contato prático com a língua e compromete a formação bilíngue. O autor sugere que a ampliação da carga horária e a inclusão de mais atividades práticas podem melhorar a qualidade da formação, permitindo que os futuros pedagogos se sintam mais preparados para atuar em ambientes inclusivos e bilíngues. Ao final, o estudo de Brito (2021) reflete um panorama desafiador para a formação bilíngue no IFSC, com questões financeiras, estruturais e pedagógicas que afetam diretamente a qualidade do aprendizado de Libras pelos alunos. Essas dificuldades apontam para a necessidade de ajustes curriculares que contemplem mais horas e métodos práticos de aprendizado da Libras, permitindo que os pedagogos bilíngues estejam melhor preparados para atender às necessidades dos alunos surdos em um contexto de educação inclusiva.

Embora o referido estudo aponte os desafios e problemas na formação de pedagogos bilíngues, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) tem se destacado na formação desses profissionais. Por esta razão, traremos no próximo capítulo o histórico do Curso e sua composição.

CAPÍTULO 3

O CONTEXTO DO SURGIMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA BILÍNGUE E A PROPOSTA DO IFSC

A formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental é regulamentada por várias normas legais no Brasil. O Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, determina que a formação em nível superior para atuação multidisciplinar, voltada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, deve ser realizada apenas em cursos normais superiores (Brasil, 1999).

Ademais, o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, cria a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com o objetivo de organizar programas e ações em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, de acordo com o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2016).

Esses decretos complementam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, no seu artigo 62, estabelece que a formação de professores para atuar na educação básica deve ser feita em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação (Brasil, 1996). Essas normas têm como finalidade garantir a qualidade na formação de professores, assegurando que estejam preparados para atender às necessidades específicas da educação infantil e do ensino fundamental no país.

A Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. A mudança na LDB insere o ensino bilíngue para pessoas surdas nas escolas, tornando-o uma modalidade independente, estabelecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda.

Ressalta-se que antes mesmo da alteração da LDB, quando da publicação do Decreto 5.626 (Brasil, 2005), já haviam inúmeras discussões sobre a necessidade de criação de cursos que atendessem à demanda educacional das comunidades surdas. Assim, o curso de Pedagogia Bilíngue foi criado com esta finalidade, visando a capacitação de educadores para atuar em contextos bilíngues. A proposta integra a Libras como componente essencial na formação pedagógica, valorizando a cultura e identidade surda.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), referência na educação de surdos, foi pioneiro na adoção da abordagem bilíngue no Brasil e também na criação de cursos neste contexto, conforme aponta Costa (2019, p. 27):

Desta forma, os esforços realizados pelos gestores da Instituição atribuíram ao INES a responsabilidade de organizar o primeiro curso denominado então Curso Normal Superior, regulamentado em 2005, com a primeira turma do Curso Normal Superior iniciada em 2006. O curso oferecia duas turmas de 30 estudantes cada, nos turnos diurnos e noturnos. Ao final de 2006 uma Resolução CNE/CP nº 01/2006, em seu art. 11, permitiu a transformação do Curso Normal Superior em Cursos de Pedagogia, o que levou à fundação do curso de Licenciatura em Pedagogia. A partir de 2011 o INES (2015, p.29) passou a ofertar a primeira turma de Educação Superior em Pedagogia Bilíngue da América Latina na forma presencial. Em 2012 houve autorização para a oferta do curso de Pedagogia bilíngue, na modalidade à distância, com início da primeira turma em 2016, de acordo com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011).

Conforme os autores Silva e Silva (2022), o Curso Bilíngue de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), criado em 2006, é essencial para a preparação de professores qualificados para trabalhar na educação de crianças surdas. Este curso auxilia na formação de uma identidade profissional docente que reconhece e valoriza a cultura surda, além de oferecer aos futuros professores conhecimentos sobre as particularidades da educação de surdos.

O modelo do INES influenciou outras instituições, como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal de Goiás (IFG), que desenvolveram seus próprios cursos bilíngues. O IFSC, por exemplo, ajustou a formação às necessidades da comunidade surda local, com foco em metodologias participativas e materiais que respeitem a diversidade cultural da região Sul. O curso no IFSC promove a formação levando em conta as especificidades regionais e a realidade social dos surdos; abordaremos este tema mais adiante.

Os autores Machado, Teixeira e Galasso (2017) destacam que o curso de Pedagogia Bilíngue representa uma iniciativa inovadora do Governo Federal, associado ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, visando promover uma educação que valorize a diversidade e amplie a interação entre estudantes surdos e não-surdos. Este curso foi criado para capacitar professores bilíngues habilitados a atender às necessidades educacionais de surdos, incorporando a Libras e o português escrito em seu currículo, favorecendo uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural e linguística. Essa

capacitação é um passo fundamental para assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade que promova seu pleno desenvolvimento.

De acordo com Machado, Teixeira e Galasso (2017), a proposta do curso vai além da mera instrução em duas línguas; procura criar um ambiente educacional que favoreça a interação entre estudantes surdos e não-surdos. A metodologia utilizada é fundamentada na educação online colaborativa, permitindo a formação de um espaço de aprendizado dinâmico e inclusivo. Nesse ambiente, a Libras e a Língua Portuguesa são integradas de maneira a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo o valor do pensamento visual-espacial para os alunos surdos.

Ademais, o curso enfrenta desafios educacionais, políticos e tecnológicos, que são fundamentais para assegurar que a educação bilíngue seja eficaz e significativa. A formação de professores não se restringe ao domínio das línguas, mas abrange também a compreensão das questões culturais e sociais que envolvem a educação de surdos. Dessa forma, o curso visa desconstruir estereótipos e fomentar a autonomia dos alunos surdos, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

O Curso de Pedagogia Bilíngue no Instituto Federal de Santa Catarina, em Palhoça, surgiu neste mesmo contexto histórico. O Câmpus Palhoça Bilíngue do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) foi inaugurado em 2013, no bairro Pedra Branca, em Palhoça, Santa Catarina. É o primeiro campus da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil a oferecer formação profissional e tecnológica com enfoque bilíngue (Libras-Português). Seu objetivo é implementar no cenário brasileiro práticas de ensino, pesquisa e extensão que promovam uma interação efetiva entre surdos e ouvintes, tanto no âmbito educacional quanto no profissional. (IFSC, 2024)

A história do Câmpus Palhoça Bilíngue remonta ao final da década de 1980, quando, em 1988, o primeiro aluno surdo ingressou no que hoje é o IFSC Câmpus São José (então Unidade São José da Escola Técnica Federal de Santa Catarina). A partir desse marco, outros alunos surdos se matricularam, e o empenho dos professores em adaptar aulas e conteúdos levou à criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (Nepes), também no Câmpus São José. Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional em 2005, surgiu no Nepes a proposta de estabelecer uma unidade de ensino que combinasse formação profissional e educação bilíngue de surdos. Assim nasceu o Câmpus Palhoça Bilíngue. Antes de ter sua sede definitiva, entre 2010 e 2013, as atividades da unidade foram realizadas

em espaços cedidos pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), no bairro Ponte do Imaruim (IFSC, 2024)⁹.

Para compreender adequadamente o contexto no qual o Campus Palhoça e o Curso de Pedagogia Bilíngue estão inseridos, é necessário conhecer, ainda que de maneira breve, o panorama da educação de surdos no estado de Santa Catarina. Vale ressaltar, entretanto, que uma pesquisa realizada em plataformas acadêmicas sobre a situação atual da educação de surdos no estado resultou em apenas duas publicações, ambas com datas bastante antigas.

Quadros (2006), autora de um desses artigos, destaca que as iniciativas governamentais voltadas para a educação de pessoas surdas em Santa Catarina estavam à época em processo de execução, com ênfase na contratação de professores surdos e intérpretes de língua de sinais, mesmo lidando com dificuldades políticas e financeiras. Para suprir a escassez de profissionais capacitados, incentivava-se a capacitação de educadores da rede, para que eles pudessem atuar como professores bilíngues e intérpretes. Ademais, mostrava-se fundamental que houvesse um suporte contínuo e um diálogo ativo com os movimentos surdos, a fim de assegurar que as políticas fossem eficazes em atender suas demandas e fomentar um ambiente escolar bilíngue.

Ainda segundo a autora, foram abordados a estruturação e a implementação de políticas públicas dedicadas à educação de pessoas surdas no estado de Santa Catarina. A autora analisou a urgência de uma política linguística aditiva que respeitasse as especificidades da educação bilíngue e intercultural das comunidades surdas, realçando a função essencial da Libras na educação. Além disso, ela menciona os desafios enfrentados na implementação dessas políticas, como a falta de profissionais capacitados, a importância de formação continuada para os educadores e a necessidade de um diálogo construtivo com os movimentos da comunidade surda (Quadros, 2006).

A autora Barros (2022) apresenta a situação dos alunos surdos nas instituições de ensino como preocupante e clara. Apesar das políticas educacionais que assegurem os direitos destes estudantes, existe uma considerável diferença entre o que a legislação determina e a realidade nas escolas. Os alunos surdos continuam a ser excluídos e enfrentam diversos desafios, especialmente devido à falta de preparação adequada dos educadores e da comunidade escolar para atender às suas particularidades.

⁹ O documentário intitulado "*Esse é o meu sinal - Câmpus Palhoça Bilíngue!*" detalha a história do IFSC Campus Palhoça Bilíngue, com entrevistas a professores, funcionários, técnicos e ex-alunos. Acesso em: <https://youtu.be/hpgHjkYCGI0?si=4ssOXU55j8zbeFC>

Além disso, a autora Barros (2022) observa que, mesmo que a legislação determine que as escolas devem aceitar a matrícula de alunos surdos, na prática, muitos dos que são responsáveis pela aplicação da educação inclusiva não se sentem realmente comprometidos com essa tarefa. Isso leva a uma formação de qualidade insatisfatória para esses estudantes. A falta de profissionais qualificados, como intérpretes e professores especializados, junto com a ausência de um ambiente que reconheça a surdez como uma diferença tanto linguística quanto cultural, agrava a exclusão e marginalização desses alunos no contexto educativo.

De acordo com a Secretaria do estado de Santa Catarina, a Política de Educação Especial no Estado, instituída pela Resolução nº 100/2016, estrutura serviços especializados na Rede Pública Estadual destinados ao atendimento de alunos com deficiência, incluindo os surdos, com ênfase na criação de escolas e turmas bilíngues. Nessas instituições, assegura-se o acesso ao ensino com a Libras como língua principal e Português como língua secundária, com o suporte de profissionais como professores bilíngues, intérpretes de Libras e educadores especializados. Ademais, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementa o processo de aprendizagem no contraturno escolar, reforçando o compromisso do estado com a inclusão e o reconhecimento das particularidades linguísticas e culturais dos alunos surdos (Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, 2016).

Em uma busca aprofundada por artigos em plataformas de pesquisa, sobre a educação de surdos no Estado de Santa Catarina, encontrou-se apenas um artigo, datado de 2006, em que Quadros (2006) afirma que, apesar da legislação nacional e das lutas das comunidades surdas, poucas escolas haviam até então aderido às propostas bilíngues:

A escola que os surdos querem e a escola que o sistema "permite" ainda não são convergentes. Apesar do diálogo estabelecido entre o Estado e os grupos sociais surdos, a educação em Santa Catarina ainda reflete os princípios da educação inclusiva, traduzidos como a inclusão de surdos na rede regular que ensina em língua portuguesa. Esse é o grande entrave do processo inclusivo dos surdos na educação que reflete a incompatibilidade entre as propostas governamentais e os anseios dos surdos.(Quadros, 2006, p.157).

O governo de Santa Catarina sancionou a Lei 19.031/2024, que altera a Lei nº 17.292/2017, passando a vigorar com a seguinte redação. A proposta, de autoria do deputado Estêner Soratto (PL), assegura o direito à educação bilíngue para estudantes surdos na rede pública estadual. A legislação determina o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua no processo de ensino-aprendizagem, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior. Nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, a oferta deve ser realizada por

professores bilíngues, preferencialmente surdos. A lei fortalece os direitos da comunidade surda e promove a igualdade educacional no estado, resultado de diálogos com a Associação Lagunense de Pais e Amigos dos Surdos (Alpas) e o IFSC bilíngue (Brasil, 2024).

Apesar de a inclusão ser um avanço em termos de convivência e interação entre alunos surdos e ouvintes, ela não substitui a necessidade de um ensino bilíngue adequado. Em muitas escolas, o ensino não contempla plenamente as particularidades da comunidade surda, como o uso da Libras como primeira língua e a valorização do pensamento visual-espacial. Além disso, há uma carência de professores capacitados e materiais pedagógicos adaptados, o que compromete o aprendizado dos alunos surdos e sua autonomia educacional (Quadros, 2006).

Instituições como o IFSC - Campus Palhoça Bilíngue desempenham um papel importante na formação de educadores para atuar em contextos bilíngues e de educação de surdos, de forma geral. Contudo, a ausência de escolas bilíngues específicas no estado reflete a necessidade de políticas públicas mais robustas que ampliem as opções educacionais para essa comunidade.

A criação de escolas bilíngues para surdos em Santa Catarina seria um passo fundamental para oferecer uma educação que respeite a cultura e a identidade surda, ao mesmo tempo em que assegure o direito ao aprendizado em igualdade de condições. Enquanto isso, a comunidade surda e seus aliados seguem lutando por melhorias na formação docente, no acesso a tecnologias assistivas e na produção de materiais pedagógicos em Libras, com o objetivo de construir um sistema educacional mais eficiente.

3.1 Histórico¹⁰ e estrutura do IFSC - Campus Palhoça

A instituição em Palhoça foi fundada antes da construção do campus em Palhoça. Inicialmente, era um grupo de pesquisa que estudava a educação de surdos no campus de São José dos Pinhais - SC. A equipe se interessou pelo tema de como os surdos aprendem devido à presença de um estudante surdo que estava cursando um curso técnico. Isso despertou o interesse da equipe em realizar pesquisas e discussões (Jung, IFSC, 2023).

O estabelecimento do campus bilíngue do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) em Palhoça representa um avanço significativo na

¹⁰ Nesta pesquisa foram utilizados documentos do PPC do ano de 2016 da instituição IFSC - campus de Palhoça - bem como dados coletados durante o ano de 2023. Houve uma nova atualização do PPC em 2023 para o ano letivo seguinte. No entanto, foi utilizado o PPC de 2016, pois este estava em vigor no momento da coleta de dados.

valorização da educação de surdos no Brasil. Em decorrência dos estudos, compreendeu-se a importância de adaptar a educação às necessidades específicas do público surdo. Essa iniciativa não apenas ampliou as oportunidades educacionais para pessoas surdas, mas também promoveu uma abordagem mais inclusiva, respeitando as particularidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos (IFSC, 2023).

Naquela época, o governo incentivou cada campus a desenvolver cursos. Assim, a equipe de professores que trabalhavam na área da surdez propôs ao governo a criação de um novo curso de graduação. Como resultado, o governo sugeriu a criação de um novo campus em Palhoça. Inicialmente, o curso foi oferecido dentro de uma faculdade no município de Palhoça - SC enquanto o campus estava em construção. Após aproximadamente três anos, o campus de Palhoça foi inaugurado oficialmente em 26 de setembro de 2013. E o ano atual de 2023 marcou o décimo aniversário do campus de Palhoça (Jung, IFSC, 2023).

Bär (2019) descreveu que o apoio governamental incluiu a criação de cursos para formação de professores bilíngues, que consideram a Libras como primeira língua e o português como segunda. O PPC do IFSC, por exemplo, destaca a importância de uma formação que respeite as especificidades culturais e linguísticas dos estudantes surdos, valorizando a visualidade e metodologias apropriadas para o ensino dos surdos (Bär, 2019).

As ações governamentais foram essenciais para a implementação dos cursos voltados para a educação de surdos. Programas como "Viver sem Limites" e a criação de cursos de formação de professores bilíngues são exemplos de políticas públicas que buscam reduzir as barreiras enfrentadas por pessoas surdas no sistema educacional brasileiro. A ênfase no ensino de Libras como primeira língua e no português escrito como segunda mostra um compromisso com a valorização da identidade surda, que vai além da simples inserção dos surdos no ambiente escolar tradicional.

Durante esse período, houve a proposta de criar um curso de formação de professores com foco nas séries iniciais, EJA (Educação de Jovens e Adultos), entre outros. Foi criado o curso de Pedagogia Bilíngue. Ao mesmo tempo, durante aquela época, houve o projeto "Viver sem Limites" e a instituição IFSC recebeu financiamento do governo para auxiliar na implementação do curso de Pedagogia Bilíngue oferecido por essa instituição (Jung, IFSC, 2023).

No entanto, embora essas iniciativas sejam passos importantes, é essencial que sejam acompanhadas de recursos adequados e de um acompanhamento contínuo. A expansão dessas políticas para outros campi do IFSC e instituições similares seria um passo positivo para

assegurar que mais estudantes surdos possam se beneficiar de uma educação que realmente os acolha e valorize.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) - Campus Palhoça Bilíngue, se evidencia devido a sua particularidade formativa. Há 22 campi espalhados por todas as regiões de Santa Catarina. No entanto, a cidade de Palhoça é a única a oferecer a graduação em Pedagogia Bilíngue. O curso foi inaugurado em 2016 com o objetivo de formar profissionais fluentes em Libras para atuarem na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e como gestores educacionais. Este campus é a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a oferecer a modalidade bilíngue – Libras/Português – e representa uma política inovadora de ensino, pesquisa e extensão que visa promover uma interação efetiva entre surdos e ouvintes no âmbito educacional e profissional (IFSC, 2016). De acordo com exposto no projeto pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue no instituto de Palhoça:

Sendo assim, um curso de Pedagogia Bilíngue tem muito mais do que o desafio de qualificar o docente em língua de sinais, ele terá que descobrir e elaborar novas formas de pensar a pedagogia como fator educacional e formador de indivíduos. Através de fundamentos básicos no cotidiano escolar e também na reciprocidade do aprender com o processo bilíngue, pois de acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia Bilíngue de Palhoça, SC, a Pedagogia Bilíngue “envolve duas línguas completamente diferentes, a visual-espacial e a oral-auditiva” em sua modalidade escrita, sem deixar de levar em conta as questões culturais que as envolvem (IFSC, 2016, p.15).

A licenciatura em Pedagogia Bilíngue possibilita a formação do educador bilíngue, com foco na Libras e na Língua Portuguesa, para atuar na docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, na educação de Jovens e Adultos e além das áreas de coordenação, supervisão escolar, gestão da educação. A formação compreenderá os processos de ensino aprendizagem e o trabalho em espaços escolares (IFSC, 2016).

A experiência do IFSC em Palhoça também levanta questões sobre a necessidade de se considerar a educação inclusiva não apenas como um direito, mas como um elemento essencial para o enriquecimento do ambiente educacional como um todo. O intercâmbio entre surdos e ouvintes, promovido por um espaço bilíngue, oferece uma oportunidade única para que ambos os grupos aprendam com as diferenças, contribuindo para uma sociedade mais justa e empática. Por isso, é fundamental que tais iniciativas sejam sustentadas por um compromisso a longo prazo do poder público e instituições de ensino, garantindo que as

conquistas alcançadas não sejam apenas paliativas, mas transformadoras no âmbito educacional e social.

Figura 01 - Fotografia do IFSC *Câmpus Palhoça*



Fonte: Portal da instituição IFSC

Na Figura 01, a instituição do Campus Palhoça é apresentada como referência no ensino bilíngue na região, atraindo estudantes de várias cidades vizinhas.

No contexto da educação de surdos, Leite (2018) enfatiza a importância crucial da formação específica em pedagogia bilíngue para profissionais que desejam atuar nesta área. A autora ressalta que essa formação deve permitir ao profissional dominar tanto a língua de sinais (Libras) quanto o português, permitindo-lhe assim desempenhar um papel importante na educação pré-escolar e nos anos iniciais do ensino fundamental I. A proficiência em ambas as línguas é fundamental para estabelecer uma comunicação eficaz e garantir o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes surdos. Por outro lado, o autor enfatiza que “[...] professores formados na área de Licenciatura em Letras, com habilitação em Libras ou Letras-Libras (cursos oferecidos pela UFMT), não poderão atuar na área de educação infantil, bem como os primeiros anos do ensino fundamental”. (Leite, 2016, p. 96).

A autora Leite, defende que embora esses profissionais possuam conhecimentos valiosos em Libras, a formação específica em pedagogia bilíngue é essencial para a compreensão da educação dos surdos, da aquisição da língua e da cultura surda. Esta restrição visa garantir que os profissionais que trabalham com crianças surdas possuam as

competências e conhecimentos necessários para proporcionar uma educação eficaz e integral, tendo em conta as necessidades especiais da população estudantil. Portanto, é necessária uma formação especializada para garantir uma educação de qualidade às pessoas surdas no primeiro nível de ensino. (Leite, 2016).

No contexto da formação de professores para os anos iniciais, a legislação federal brasileira respalda e defende a formação em Pedagogia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. A LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo as normas para a formação de professores em todos os níveis de ensino (Brasil, 1996).

No que diz respeito à formação de professores para os anos iniciais, a LDB destaca a importância da formação em Pedagogia para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A Lei estabelece as competências e habilidades necessárias para o exercício da docência nesses níveis de ensino, garantindo a qualidade da educação oferecida aos estudantes (Brasil, 1996).

Portanto, além da necessidade de formação específica para professores surdos, a legislação educacional brasileira, em especial a LDB, assegura a importância da formação em Pedagogia para todos os profissionais que atuam nos anos iniciais da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

De acordo com Leite (2018) o profissional da educação que trabalha com os anos iniciais do ensino fundamental I deve ter uma formação voltada para as competências pedagógicas necessárias para o ensino. Além das atividades de sala de aula, esse profissional pode ter outras funções, como coordenação de escolas e elaboração de atividades didático-pedagógicas em redes de ensino privadas e públicas.

Leite (2018) frisa que, para atuar na educação de surdos, é recomendável que o profissional possua formação específica em Pedagogia Bilíngue e fluência em Libras e Língua Portuguesa, especialmente para a educação infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Embora essa formação não seja uma exigência específica na legislação, ela é valorizada e considerada essencial para proporcionar uma educação de qualidade aos estudantes surdos.

3.2 Metodologias e recursos utilizados no curso

O curso de Pedagogia Bilíngue, ofertado na modalidade presencial no IFSC, adota uma abordagem inovadora ao priorizar a Libras como a língua principal de instrução, em

conjunto com o português. Essa escolha é fundamental para assegurar uma educação inclusiva e acessível, que respeite a cultura e a identidade linguística dos estudantes surdos. A metodologia interativa e desafiadora do curso, baseada na formulação de questões, elaboração de hipóteses e realização de experimentos em situações práticas, estimula o pensamento crítico e a colaboração entre os estudantes, promovendo um aprendizado mais ativo e engajado através da colaboração na elaboração de projetos interdisciplinares (IFSC, 2016).

A integração de materiais didáticos online por meio da plataforma Moodle complementa as aulas presenciais, oferecendo recursos adicionais e acessibilidade aos estudantes. Durante a pandemia de COVID-19, essa abordagem híbrida tornou-se essencial para a continuidade do ensino, destacando a importância de garantir que os materiais online fossem de alta qualidade e adequados às necessidades dos estudantes. Especialmente no contexto da educação bilíngue de surdos, é fundamental que esses recursos sejam visualmente ricos e interativos para apoiar efetivamente o aprendizado em Libras.

O Laboratório de Pedagogia Bilíngue Libras/Português (Lapebi) é uma iniciativa notável que oferece um ambiente prático e interdisciplinar para os estudantes do curso de Pedagogia Bilíngue. Além de funcionar como espaço de estágio e prática, o Lapebi serve como um repositório de materiais didáticos e uma brinquedoteca, fomentando um ambiente bilíngue e colaborativo. A abertura do Lapebi para a comunidade surda, associações, familiares e outros membros da comunidade cria uma ponte importante entre o ambiente acadêmico e a vida cotidiana dos surdos, promovendo uma interação rica e significativa (IFSC, 2016).

No entanto, para que o curso atinja plenamente seus objetivos, é necessário um investimento contínuo em formação de professores especializados e na produção de materiais pedagógicos de qualidade, que considerem as especificidades do ensino em Libras e da educação de surdos. Além disso, a colaboração com a comunidade surda deve ser intensificada para assegurar que o curso permaneça relevante e atenda às necessidades reais dos estudantes e da comunidade, evitando uma abordagem meramente teórica e distanciada da prática cotidiana dos surdos.

3.3 Seleção para ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) determina a seleção para a licenciatura em Pedagogia

Bílingue por meio de um processo seletivo institucional, regido por edital público e em conformidade com as normas do Instituto Federal de Santa Catarina e a legislação aplicável aos cursos de licenciatura. Dessa forma, o ingresso no primeiro período do curso está vinculado aos estudantes portadores de certificados de conclusão do ensino médio ou equivalente, conforme estabelecido pela lei (IFSC, 2016).

De acordo Bär (2019), até a versão atual (2023) não há especificação de prioridade para a entrada de surdos. No entanto, ocorreram alterações significativas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), incluindo a transição da modalidade de ensino de Educação a Distância (EaD) para presencial. Por outro lado, a seleção do IFSC via SiSU não leva em consideração o sistema de reserva de vagas, que prevê um percentual de 30% de vagas destinadas a surdos. Dessa forma, os surdos competem diretamente pelas vagas destinadas a essa categoria nos cursos do IFSC. Além da ausência de reserva de vagas, o IFSC não estabelece distinções entre surdos e ouvintes na avaliação de conhecimentos. A Libras não é considerada entre os conteúdos curriculares avaliados em nenhuma das instituições (Bär, 2019).

Essa transição pode ter impactado a forma como a prioridade para a entrada de surdos foi abordada no PPC, uma vez que a mudança de modalidade de ensino pode ter exigido ajustes nas políticas de ingresso e seleção dos estudantes. A reorganização do curso para o formato presencial pode ter levado a uma revisão das estratégias de acesso e inclusão de estudantes surdos, o que pode explicar a ausência de especificações claras sobre a prioridade para a entrada desses estudantes na versão mais atual do PPC.

Segundo a autora Bär, anteriormente, o curso prioriza professores da Educação Infantil e anos iniciais sem diploma de licenciatura em pedagogia. Os surdos e profissionais com experiência em Libras tinham prioridade, sem serem excluídos. O processo seletivo incluía avaliação de conhecimentos, redação em português e prova específica de Libras. Para a primeira turma de 40 vagas, a seleção foi feita por meio de um exame vestibular conforme o Edital no 4 DEING¹¹ 2017/01 e pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Contudo, os critérios e a porcentagem de reserva de vagas para surdos não foram claramente indicados nos editais, e a prova não incluiu questões ou avaliação de conhecimentos em Libras. Candidatos surdos tiveram a opção de realizar a prova do vestibular traduzida para Libras em formato de vídeo (Bär, 2019).

¹¹ O documento é um edital de ingresso do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para cursos.

As opções de realizar a prova do vestibular para o curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue foram elaboradas pela instituição responsável pela oferta do curso, no caso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG) mencionado no documento fornecido. A instituição definiu os critérios e formatos de seleção para os candidatos interessados em ingressar no curso, incluindo a composição da prova, os tipos de questões, os critérios de avaliação e os recursos disponíveis para garantir a acessibilidade durante o processo seletivo, como o direito à hora adicional, acompanhamento de intérprete e correção diferenciada da prova de redação para os candidatos surdos (Bar, 2019).

3.4 Contexto e organização do curso de Pedagogia Bilíngue para Surdos

O Curso forma educadores bilíngues, com foco na Língua Brasileira de Sinais e na Língua Portuguesa, para atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e em cursos de Magistério, além das áreas de coordenação, orientação, supervisão escolar, treinamento e desenvolvimento profissional (IFSC, 2016).

O ingresso no curso se dá por meio da nota do ENEM e sua duração é de 4 anos, compreendendo 8 semestres. As aulas ocorrem no período noturno, de segunda a sexta-feira, sendo oferecidas 40 vagas em cada processo seletivo e totalizando uma carga horária total de 3.460 horas. O curso segue um sistema de matrícula com base em Interdisciplinar/Componentes Curriculares, que estão agrupados em oito Eixos Temáticos que orientarão o conteúdo das disciplinas interdisciplinares em cada semestre. O quadro 02 que apresenta a representação visual do Plano Pedagógico do Curso (PPC) do IFSC, conforme abaixo:

Quadro 02 - Estrutura do curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue - IFSC

Organização do Currículo do Curso	CH
Atividades Formativas	2.460
Prática como Componente Curricular (PCC)	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Total Grade Curricular	3.260
Atividades Complementares	200
Total Geral do Curso	3.460

3.5 Matriz curricular

A matriz curricular do curso de Pedagogia Bilíngue (Libras/ Português) do Instituto Federal de Santa Catarina, na modalidade presencial, está organizada em oito Eixos Temáticos, ou seja, em oito semestres, que orientarão o conteúdo das interdisciplinares em cada semestre. O quadro 03 representa o Plano Pedagógico do Curso (PPC) do IFSC.

Quadro 03 - Matriz Curricular do curso de Pedagogia Bilíngue

MATRIZ CURRICULAR			
EIXO 1 - (1 SEMESTRE)		EIXO 2 - (2 SEMESTRE)	
Seminário Integrador I - SEI I	40	Seminário Integrador II - SEI II	40
Introdução à pedagogia bilíngue	40	Aquisição da linguagem - AQL	60
Escola, Cultura e sociedade: abordagem sociocultural e antropológica - ECS	80	Desenvolvimento e aprendizagem na infância - DAI	60
Educação Bilíngue: aspectos históricos, políticos e culturais - EDB	80	Organização da educação infantil e dos Anos Iniciais - OED	60
Subjetividade, processos grupais e educação - SGE	80	Infâncias: o olhar das ciências humanas - ICH	40
Libras: Cultura, Identidade e Diferença - LCI	40	Fundamentos da alfabetização e letramento - FAL	80
Análise e Produção textual - APT I	40	Libras: Infâncias, aprendizagem e subjetividades - LIAS	60
Total	400	Total	400
EIXO 3 - (3 SEMESTRE)		EIXO 4 - (4 SEMESTRE)	
Seminário Integrador III - SEI III	40	Seminário Integrador IV - SEI IV	40
Literatura, infância e aprendizagem - LIA	60	Representação e leitura do mundo pela matemática - RMT	80
Ludicidade e educação - LED	60	Representação e leitura do mundo pelas Ciências Naturais - RCN	80
Didática e Teoria pedagógica - DTP	60	Representação e leitura do mundo pela Geografia - RGEO	60
Linguagens e educação: visualidade, corpo e arte - LED	40	Representação e leitura do mundo pela História - RHIST	60

Práticas de alfabetização e letramentos I - PAL I	80	Práticas de alfabetização e letramento II - PAL II	40
Libras: linguagens e visualidade - LLV	60	Libras: projetos interdisciplinares - LPI	40
Total	400	Total	400

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com informações sobre o PPC
(Plano Pedagógico do Curso) do IFSC, 2016, p. 32.

EIXO 5 - (5 SEMESTRE)		EIXO 6 - (6 SEMESTRE)	
Seminário Integrador V - SEI V	40	Seminário Integrador VI - SEI VI	40
Direitos Humanos e diversidade: marcações da identidade e diferença no espaço escolar - MID	80	Organização e gestão da educação - OGE	60
Educação de Jovens Adultos - EJA	80	Escola, Currículo e Projeto político pedagógico - ECP	60
Didática da educação infantil: planejamento, metodologias e avaliação - DEI	80	Políticas Públicas e educação bilíngue - PPE	40
Didática do Ensino Fundamental, Anos Iniciais: planejamento, metodologias e avaliação - DEF	80	Didática e avaliação educacional I - DAE I	60
Políticas e Práticas pedagógicas relacionadas à Educação Especial - POLEE	40	Libras: didáticas e metodologias educação infantil - LDMI	60
		Estágio curricular supervisionado: educação infantil - ECS I	140
Total	400	Total	480
EIXO 7 - (7 SEMESTRE)		EIXO 8 - (8 SEMESTRE)	
Seminário Integrador VII - SEI VII	40	Seminário Integrador VIII - SEI VIII	80
Estágio curricular supervisionado: Anos Iniciais - ECS II	140	Estágio curricular supervisionado: área específica - ECS III	120
Didática e avaliação educacional II	80	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	200
Análise e Produção Textual II - DAE II	60		
Libras: didáticas e metodologias para os anos iniciais do ensino fundamental - LDMF	80		
Total	400	Total	400

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com informações sobre o PPC
(Plano Pedagógico do Curso) do IFSC, 2016, p.32.

Posteriormente analisaremos e discutiremos a presença da Libras na matriz curricular; no geral, nota-se que a matriz curricular apresentada revela um curso bem estruturado que visa preparar pedagogos bilíngues capacitados para enfrentar os desafios da educação de surdos e para contribuir positivamente nas áreas de educação infantil, anos iniciais e educação de jovens e adultos.

3.6 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é uma parte obrigatória do curso que oferece aos estudantes a oportunidade de aprender através da participação em situações reais de trabalho e vida, alinhado com a relação teoria-prática do curso. Serve como um momento de sistematização do aprendizado de outras disciplinas, incentivando uma abordagem investigativa e reflexiva. A partir da segunda metade do curso, acompanhado dos eixos 6, 7 e 8, os estudantes participaram ativamente em escolas, com o objetivo de analisar e contribuir de forma proativa para a realidade observada. (PPC IFSC, 2016)

Além do estágio, existe no curso a oferta de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) com carga horária de 400h distribuídas ao longo do curso, considerado o Regulamento de Estágio Curricular¹². Cada estágio a ser realizado requer uma atuação em campos específicos, conforme o quadro 04 abaixo, o qual verifica esses tipos de atuação.

Quadro 04 - Tipos de Estágio Curricular Supervisionado

Estágio	Tipo de atuação	Áreas
Estágio Supervisionado I	Docência	Educação Infantil
Estágio Supervisionado II	Docência	Ensino Fundamental Anos Iniciais
Estágio Supervisionado III	Docência	Anos Iniciais - EJA; Curso de Formação Inicial em Português como L2; Atendimento Educacional Especializado com alunos surdos.
	Gestão Educacional	Contextos escolares; Contextos não escolares.

¹² Regulamento de Estágios Obrigatórios disponível em:
http://palhoca.ifsc.edu.br/images/artigos/anexos/pdf/pedagogia/regulamentacao_de_estagio_pedagogica_bilingue.pdf

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com informações sobre o Regulamento de Estágio Curricular do IFSC, 2019, p.14.

De acordo com o PPC, esses estágios proporcionam uma experiência prática abrangente, cobrindo diversas áreas da Pedagogia Bilíngue e preparando os estudantes para os desafios variados que podem enfrentar em sua futura atuação profissional.

3.7 Trabalho de Conclusão de Curso

Para obter o diploma de Pedagogia Bilíngue do IFSC, o aluno deve concluir um trabalho de conclusão do curso (TCC). A partir do 8º eixo, ele elabora o projeto de pesquisa do TCC e recebe orientações ao longo de todo o processo de produção. O TCC será entregue na disciplina interdisciplinar do Seminário Integrador (8 eixos), de acordo com o Manual de Monografia em Libras e em Língua Portuguesa, no período estabelecido pelo Calendário Acadêmico. Uma vez aprovado, o aluno terá um prazo de até 30 dias para entregar a versão final e o resumo em Libras. Se não concluir o TCC a tempo, poderá continuar trabalhando nele e se formar na próxima turma ou na formatura em gabinete. (PPC IFSC, 2016)

3.8 Perfil do egresso

No curso oferecido no IFSC, o perfil dos egressos busca que os profissionais formados estejam aptos a lecionar na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, bem como na Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar. Além disso, a formação inclui a capacidade de atuar em diversas áreas que requerem conhecimentos pedagógicos, como a gestão e organização de sistemas e instituições de ensino, assim como a elaboração e assessoramento de programas educacionais em âmbito público e privado. O pedagogo formado pelo IFSC estará preparado para trabalhar em ambientes bilíngues (Libras-Português) e em instituições de ensino regulares, destacando-se pela interdisciplinaridade e diferenciação. (IFSC, Notícia Aberta, jun/2022). A informação sobre o curso oferecido pelo IFSC, enfatiza suas áreas de competência e a preparação dos profissionais para o mercado educacional.

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem como o objetivo geral desta pesquisa analisar criticamente o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Santa Catarina, considerando suas propostas e práticas, a partir das percepções de gestores, professores e alunos. Os objetivos específicos deste trabalho consistem em: I - Compreender o funcionamento do curso superior de formação de professores bilíngues, e como ele se propõe bilíngue; II - Identificar como se dão as ações práticas, por meio de estágio; III - Identificar os desafios dos egressos no mercado de trabalho após formação em Pedagogia Bilíngues, em relação às políticas públicas. Utilizando uma abordagem analítica, documental, descritiva e exploratória, este estudo se fundamentará em uma revisão bibliográfica, além de incluir um estudo de caso junto aos atores deste cenário.

Para a realização desta pesquisa, optei por conduzir o estudo no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), mais especificamente no campus Palhoça Bilíngue, onde é oferecida, de forma exclusiva, a graduação em Pedagogia Bilíngue. A escolha do IFSC como objeto de análise se justifica pela sua proposta pioneira no estado de oferecer uma formação específica para professores bilíngues, algo ainda raro no cenário educacional catarinense e brasileiro.

Em contrapartida, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é amplamente reconhecida como referência na área de Letras-Libras, desde a graduação até o doutorado, concentrando seus esforços na formação de professores de Libras voltados para o ensino superior. No entanto, essa ênfase não abrange diretamente a preparação de professores bilíngues para a educação básica.

Além disso, Santa Catarina, embora seja um estado com forte atuação em inclusão e Atendimento Educacional Especializado (AEE), ainda raro não admite professores surdos em sua rede de ensino e carece de escolas bilíngues que contemplem as necessidades da comunidade surda. A pesquisa busca justamente explorar essa lacuna na abordagem bilíngue nas escolas, o que faz do IFSC um contexto particularmente relevante para o estudo.

A educação de surdos no Brasil tem enfrentado desafios históricos, especialmente no que se refere à formação de professores capacitados para atuar em contextos bilíngues, onde a Libras e o português coexistem de forma equilibrada. Embora o país tenha avançado em legislações que visam garantir a inclusão de pessoas surdas nas escolas regulares, há uma lacuna significativa na implementação de escolas bilíngues, que atendam às especificidades

linguísticas e culturais dos surdos. A formação de professores bilíngues, essenciais para esse modelo de educação, também enfrenta dificuldades, com poucas instituições oferecendo cursos específicos e ainda menos instituições contratando docentes surdos, mesmo em estados com forte tradição na área da surdez.

Nesse cenário, surgem instituições como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que desempenham papéis distintos na formação de profissionais na área de Libras e na promoção de estudos relacionados à educação de surdos. Cada uma com seus desafios e contribuições, essas instituições ajudam a ilustrar o contexto de oportunidades e barreiras na formação de professores para a educação bilíngue de surdos.

4.1 Descrição da pesquisa

A presente pesquisa é de natureza qualitativa recorrendo a um estudo de caso, focando no curso de Pedagogia Bilíngue oferecido na modalidade presencial pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), no campus Palhoça. A escolha pelo estudo de caso foi motivada pela sua capacidade de aproximar o fenômeno de seu contexto (Yin, 2001). No presente estudo, o fenômeno a ser investigado é um curso recente que oferece uma nova proposta formativa para professores bilíngues, voltado para a educação de surdos.

Tendo em vista o estudo das interações, envolvendo os sujeitos e os ambientes de aprendizagem, a escolha pela abordagem qualitativa se justifica por permitir “o exame mais aprofundado das interações entre os sujeitos e do modo como essas interações ocorrem em determinados contextos.” (Vóvio; Souza, 2005, p.49). A descrição a seguir fornece uma visão clara e detalhada da pesquisa, abordando o contexto, métodos, procedimentos, participantes, objetivos e resultados obtidos.

O local da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) - Campus Palhoça Bilíngue -, enfatizando a graduação em Pedagogia Bilíngue oferecida exclusivamente neste campus, destacando-se como a única instituição na região a oferecer este curso específico.

Para a coleta de dados, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado à instituição de ensino, foram utilizados métodos qualitativos, incluindo entrevistas semiestruturadas com professores, coordenador e estudantes do curso de Pedagogia Bilíngue. Além disso, foram realizadas observações em sala de aula para compreender melhor as práticas pedagógicas bilíngues em uso. Também

foram analisados documentos institucionais e curriculares relacionados ao curso, para entender e avaliar o funcionamento do curso superior de formação de professores bilíngues. Essa análise documental permitiu identificar as possibilidades de atuação dos profissionais em formação, bem como os conteúdos relacionados à formação geral e específica oferecida pelo curso.

Como participantes da pesquisa, foram incluídos coordenador, docentes do curso de Pedagogia Bilíngue e estudantes matriculados na graduação. Os professores foram selecionados com base em sua experiência e envolvimento com o curso; enquanto os estudantes foram selecionados em diferentes períodos do curso com o objetivo de viabilizar uma reflexão em diferentes estágios do curso.

As questões centrais que moveram o interesse desta pesquisa incluíram: Como as práticas pedagógicas bilíngues são implementadas no curso? Quais são os desafios enfrentados por professores e estudantes? E como as práticas bilíngues contribuem para o desenvolvimento das competências dos futuros educadores?

4.2 Visita ao local de pesquisa do curso de Pedagogia Bilíngue no IFSC

No dia 12 de junho de 2023, foi realizada uma visita presencial ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para conhecer o curso de Pedagogia Bilíngue oferecido pela instituição. O objetivo dessa visita foi obter informações detalhadas sobre o programa de estudos, conhecer as instalações e recursos disponíveis, além de conversar com a coordenação do curso, para futuramente ter acesso aos contatos dos participantes da pesquisa.

Durante a visita ao IFSC, fui recebida pela coordenação do curso de Pedagogia Bilíngue, que gentilmente me guiou por toda a instituição. Exploramos as salas de aula, laboratórios e o Laboratório de Pedagogia Bilíngue Libras/Português (Lapebi), que serve como apoio para práticas interdisciplinares. Observamos salas de gravação para práticas visuais e uma biblioteca bem estruturada, refletindo o comprometimento do IFSC com recursos de qualidade. Conversei com a coordenadora sobre a história da instituição e do curso, e também tive a oportunidade de dialogar com uma aluna surda formada, que elogiou a qualidade do corpo docente e a diversidade de disciplinas. A visita proporcionou uma visão completa do curso, destacando o compromisso da instituição em preparar pedagogos bilíngues de forma competente e inovadora.

4.3 Contextualização do estudo e instrumentos para a coleta de dados

A seleção dos participantes para estudo de caso ocorreu devido à sua atuação e/ou participação no curso de Pedagogia Bilíngue na instituição, que tem fornecido formação para professores bilíngues na proposta educacional do município de Palhoça há 10 (dez) anos. O estudo foi conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas *online*, via Google Meet e questionários do Google Forms, que serão explanados a seguir. A instituição, reconhecida por sua expressiva formação em Pedagogia Bilíngue, orientou a utilização dessas plataformas.

Inicialmente, a pedido da coordenadora do IFSC, foram elaborados questionários que pudessem trazer informações mais gerais dos estudantes e abranger um número maior de participantes. Foi elaborado, então, um questionário em Libras por meio do Google Forms, contendo informações sobre o perfil dos estudantes, conforme a figura 02 abaixo:

Figura 02 - Formulário do Google Forms: questionário bilíngue Libras/Português



The image shows a screenshot of a Google Forms interface. At the top, there are three tabs: 'Perguntas' (Questions), 'Respostas' (Responses) with a count of 20, and 'Configurações' (Settings). Below the tabs is a video player showing a person with dark hair wearing a red jacket, making hand gestures. Below the video, the question text is displayed: '8 - Qual é um dos principais motivos para você ter escolhido este curso? *'. The question is in Portuguese and includes a red asterisk indicating it is a required question.

Fonte: Google Forms produzido pela pesquisadora

Os formulários no Google Forms (a) foram respondidos por 20 estudantes, dos quais 5 eram surdos e 15 ouvintes. Os questionários estão anexos, pois este formulário não será objeto de análise da pesquisa, visto ter sido uma exigência da coordenação do Curso e não

uma proposta relacionada ao objetivo do estudo. Apenas dados referentes ao perfil dos participantes foram trazidos para o texto da tese.

Após receber as respostas do questionário pelo Google Forms, a coordenadora do curso indicou e solicitou os endereços de e-mails dos participantes para realizar as entrevistas semiestruturadas via Google Meet - ou seja, a pesquisadora não selecionou os participantes da pesquisa, apenas acatou as indicações da coordenadora do curso. Antes das entrevistas, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹³, orientando os entrevistados sobre o objetivo da pesquisa e seus direitos enquanto participantes. As entrevistas visavam compreender como os profissionais da educação bilíngue influenciam a formação do curso. Nos apêndices deste estudo, encontra-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o documento encaminhado ao comitê de ética e aprovado sob o protocolo 67068223.3.0000.5504.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas via Google Meet junto a 15 (quinze) participantes, sendo eles:

- 1 (um) coordenador do Curso
- 7 (sete) professores bilíngues que atuam no curso de Pedagogia Bilíngue
- 6 (seis) estudantes surdos
- 1 (um) estudante ouvinte

O critério para a escolha deste quantitativo de estudantes foi baseado na representatividade e diversidade dentro do curso, com uma intencionalidade de priorizar a experiência dos estudantes surdos, que são os principais beneficiários da pedagogia bilíngue. Esta abordagem visa aprimorar a interação e compreensão do objeto em foco, envolvendo os estudantes surdos, professores e coordenador do curso na instituição para surdos.

O período de coleta de dados se deu entre 15 de agosto de 2023 a 15 de setembro de 2023, de forma remota, por meio da plataforma Google Meet. As entrevistas tiveram, em média, duração entre vinte minutos a uma hora cada uma. As entrevistas foram gravadas e armazenadas com segurança na nuvem, no drive da pesquisadora, e foram utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa.

Ressalta-se que as entrevistas foram todas realizadas em Libras, respeitando a língua da pesquisadora e os princípios do curso, que destaca a relevância da língua de sinais no curso e para a formação dos estudantes.

¹³ É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada na fase final da pandemia de Covid-19. Alguns participantes já haviam retornado ao formato presencial, mas as entrevistas foram conduzidas de forma online.

4.4 Tratamento e apresentação dos dados

Após a coleta de dados e a realização das entrevistas, estas foram transcritas e traduzidas para o português escrito na íntegra¹⁴, preservando o discurso de cada entrevistado. Para a análise das entrevistas, foram selecionados trechos dos discursos dos profissionais que se destacaram nos discursos dos participantes, a partir do estudo prévio da matriz curricular do curso e dos estudos que embasam a tese. Alguns trechos das entrevistas serão apresentados e analisados com base nas referências teóricas deste estudo. Em seguida, foram criadas três categorias de análise, alinhadas aos objetivos específicos da pesquisa e com os temas que emergiram de forma mais significativa nos discursos dos profissionais.

Para garantir o anonimato dos participantes, decidimos usar apenas as iniciais em letras maiúsculas e números. Como exemplo, utilizaremos **P1** (Professor 1), **A1** (Aluno 1) para designar os participantes nas entrevistas no Google Meet. Além disso, em alguns trechos da entrevista a pesquisadora nesta pesquisa será representada por **Pesq.**

4.5 Características gerais dos participantes

A fim de investigar a compreensão dos pesquisados acerca da formação docente bilíngue e do perfil dos estudantes/futuros profissionais, foram realizadas entrevistas com os estudantes, professores e o coordenador do Curso.

Para contribuir com a pesquisa, 15 (quinze) participantes, entre estudantes, professores e um coordenador, foram entrevistados pelo Google Meet. Os quadros (05, 06 e 07) abaixo apresentam dados relevantes sobre os participantes, identificados por suas iniciais.

Quadro 05 - Caracterização dos Estudantes

¹⁴ O processo de transcrição e tradução das entrevistas foi realizado pela pesquisadora e pela orientadora da tese.

	Estudantes	Identificação	Ano de ingresso no IFSC	Observação
A1	Participante 1	Estudante Surda	2017	Curso em andamento
A2	Participante 2	Estudante Surda	2020	Curso em andamento
A3	Participante 3	Estudante Surda	2018 - 2022	Curso Concluído
A4	Participante 4	Estudante Surda	2023	Curso em andamento
A5	Participante 5	Estudante Surdo	2017 - 2021	Curso Concluído
A6	Participante 6	Estudante Surda	2018-2022	Curso Concluído
A7	Participante 7	Estudante Ouvinte	2018	Curso Concluído - falta entregar o TCC

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com os dados dos participantes pelo Google Meet.

O Quadro 05 representa os estudantes que foram entrevistados pelo Google Meet. A escolha dos contatos foi feita pela coordenadora, e os estudantes aceitaram participar desta pesquisa. A maioria dos participantes escolhidos para serem entrevistados são surdos, e há um ouvinte entre eles, seja por estarem cursando e/ou já terem concluído o curso de Pedagogia Bilíngue nesta instituição, o IFSC.

Quadro 06 - Caracterização dos Professores Bilíngues

	Docentes	Identificação	Ano de ingresso no IFSC	Titulação	Disciplinas que ministra	Formação em Libras¹⁵
P8	Participante 8	Prof. Ouvinte	2016	Mestrado	03 disciplinas	Fluente
P9	Participante 9	Prof. Ouvinte	2013	Doutorado	01 disciplina + Direção	Básico
P10	Participante 10	Prof. Surda	2006	Doutorado	01 disciplina	Fluente
P11	Participante 11	Prof. Ouvinte	2016	Doutorado	3 disciplinas	Fluente
P12	Participante 12	Prof. Surdo	2016	Mestrando	1 disciplina + extensão	Fluente
P13	Participante 13	Prof. Ouvinte	2013	Doutorado	Ens. Médio + 2 disciplinas	Básico
P14	Participante 14	Prof. Surdo	2006	Especialização	2 disciplinas	Fluente

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com os dados dos participantes.

Os professores que ministram o curso de Pedagogia Bilíngue possuem diplomas de graduação e pós-graduação relacionados à área do curso e compartilharam informações relevantes.

Nota-se que alguns professores ministram mais de duas disciplinas na instituição, como apresentado no quadro acima, e o participante P9 trabalha como diretor da instituição e ministra uma disciplina. O participante P13 ministra uma disciplina no ensino médio e outra disciplina no curso de Pedagogia Bilíngue, na mesma instituição.

Quadro 07 - Caracterização do Coordenador

	Coordenador	Identificação	Ano de ingresso no IFSC	Titulação	Disciplina	Formação em Libras
C15	Coordenadora 15	Prof. Ouvinte	2017	Mestrado	Coordenação + 3 disciplinas	Fluente

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com os dados dos participantes.

¹⁵ Os próprios participantes se definiram quanto à fluência em Libras, respondendo se são fluentes ou não.

A participante C15 é professora e ministra três disciplinas e é a gestora do curso, sendo responsável por organizar o currículo, desenvolver programas de estudo e administrar o curso de forma geral.

4.6 Futuras contribuições da pesquisa

A presente pesquisa pretende, ao analisar um curso que se destaca como pioneiro no país, contribuir para a difusão de boas práticas na formação de profissionais bilíngues, mas também colaborar para possíveis melhorias, no caso de identificar incongruências ou questões que necessitam de ajustes, do ponto de vista da pesquisadora.

Nesse sentido, ao término da pesquisa, assumimos o compromisso de levar uma devolutiva à coordenação do curso e aos participantes deste estudo, visando sempre a transparência e a ética em pesquisa com seres humanos.

CAPÍTULO 5

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

*"Educação bilíngue: semeando
conhecimento, colhendo sucesso; os resultados
que florescem através do compromisso com a
diversidade linguística e a igualdade de
oportunidades."
(Autor Desconhecido)*

Apresentamos neste capítulo análises da tese. A pesquisa expressa a necessidade de compreender melhor as práticas e desafios envolvidos na educação bilíngue, especialmente no contexto da formação de profissionais capacitados.

Ao abordar essas questões no campo, buscamos compreender as experiências e percepções dos profissionais e estudantes envolvidos, pois essas vivências são essenciais para o desenvolvimento de estratégias mais adequadas à educação de surdos. A motivação desta investigação reside na necessidade de garantir que a educação bilíngue atenda de maneira eficiente às demandas de todos os alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais equitativo e eficiente.

Para esta finalidade, conforme exposto, criamos três eixos de análises: A dimensão bilíngue do Curso; As práticas de estágio; O professor bilíngue: o egresso e o mercado de trabalho.

5.1 A dimensão bilíngue do Curso

Neste eixo de análises buscou-se compreender como o curso se mostra bilíngue; a partir da matriz curricular e de trechos das entrevistas realizadas, intentamos analisar de que formas o conceito e a prática bilíngue emergem neste contexto.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (IFSC, 2016), no item referente à matriz curricular, o aluno ingressante necessita como requisito ter o conhecimento prévio e domínio da Libras para acompanhar as aulas e conteúdos ministrados. Esse requisito, por si só, já representa um diferencial na formação do futuro pedagogo que pretende atuar na

educação de surdos - haja vista que outros cursos de Pedagogia contam apenas com uma disciplina básica/introdutória de Libras, conforme orienta o Decreto 5.626 (Brasil, 2005).

O ingresso no curso se dará por processo seletivo exclusivamente em Libras para todos os candidatos, regado por edital público e de acordo com a normatização do Instituto Federal de Santa Catarina e legislação pertinente para cursos de licenciatura. (IFSC, 2016, p.23).

Além disso, outros aspectos reforçam a centralidade do bilinguismo Libras/Português no curso, especialmente na estrutura curricular. O PPC do curso de Pedagogia Bilíngue do IFSC – Campus Palhoça Bilíngue (2016) enfatiza a formação de professores bilíngues com fluência em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e no português escrito: “Este curso propõe o seu desenvolvimento na modalidade presencial na perspectiva bilíngue (Libras/Português), sendo **a Libras a principal língua de instrução.**”(IFSC, 2016, p.25, grifo nosso).

Um dos diferenciais deste PPC é a introdução de disciplinas voltadas especificamente para o ensino e a especialização em Libras, evidenciando o compromisso com a formação bilíngue e a valorização da cultura surda. Para demonstrar essa prioridade, destacam-se as disciplinas Libras I, II, III, IV, V, VI e VII; Metodologias de Ensino Bilíngue; Estudos Surdos e Cultura Surda, além de Práticas Pedagógicas em Libras, que exploraremos a seguir. A presença dessas disciplinas na matriz curricular é fundamental, pois não apenas visa o aprimoramento do domínio da Libras, mas também o preparo dos futuros educadores para atuar em contextos bilíngues, promovendo uma educação de qualidade para estudantes surdos.

As disciplinas de Libras visam o contato contínuo do aluno com o aprendizado da língua, ao longo do curso, numa tentativa de que ao final do curso o aluno tenha adquirido proficiência. Já as demais disciplinas que envolvem a Libras no curso de Pedagogia Bilíngue do IFSC - Metodologias de Ensino Bilíngue; Estudos Surdos e Cultura Surda, além de Práticas Pedagógicas em Libras - são organizadas para abordar diversos aspectos teóricos e práticos da Língua de Sinais. No entanto, alguns nomes das disciplinas podem não refletir claramente a aplicação prática da Libras. O Quadro 08 abaixo apresenta os eixos das disciplinas, que incluem tanto o conhecimento teórico quanto prático, e pode precisar de uma análise mais detalhada para compreender como cada uma contribui para o desenvolvimento das competências práticas em Libras:

Quadro 08 - Vários eixos da Disciplina de Libras - IFSC

Eixo	Disciplina	CH
1	Libras: Cultura, Identidade e Diferença	40
2	Libras: Infâncias, Aprendizagem e subjetividades	40/20
3	Libras: Linguagens e Visualidade	40/20
4	Libras: Projeto Interdisciplinares	40/20
6	Libras: Didáticas e Metodologias Educação Infantil	40/20
7	Libras: Didáticas e Metodologias para os anos iniciais do Ensino Fundamental	40/20

Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir do PPC¹⁶ do IFSC, 2016.

Embora essas disciplinas abordem temas fundamentais para a formação de professores bilíngues, é importante verificar como elas se relacionam com a prática efetiva do ensino de Libras. Isso pode envolver a análise detalhada dos conteúdos e métodos abordados em cada disciplina, bem como a aplicação prática em estágios e atividades pedagógicas. Todavia, apenas pelo PPC não se pode obter estas informações.

Os eixos temáticos, que são os temas que organizam e orientam cada semestre, incluem a interdisciplinaridade da Libras aliada a outros contextos e disciplinas, com o objetivo de desenvolver a competência de mediação didático-pedagógica em Língua de Sinais para futuros profissionais. A ênfase não é no ensino instrumental da língua, mas sim no seu desenvolvimento para contextos pedagógicos. Essas disciplinas abordam a aprendizagem da Libras como L1 e L2 em ambientes educacionais, sendo obrigatórias para estudantes surdos e ouvintes. A organização curricular também destaca as implicações pedagógicas da aprendizagem e uso do português como L2, com foco no desenvolvimento da leitura, escrita, registro e avaliação dos estudantes do curso (PPC, 2016, p. 32).

A disciplina do eixo 1 do curso é dedicada exclusivamente à Libras, com o objetivo de fornecer ao aluno o conhecimento necessário para compreender a educação como um processo histórico, político e social. Esta disciplina serve como uma introdução, abordando aspectos como a história dos surdos, entre outros temas fundamentais. Os eixos 2, 3, 4, 6 e 7 das disciplinas de Libras, por sua vez, com ênfase nas especificidades dos alunos surdos e nas

¹⁶ O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2016 foi utilizado para esta análise devido à indisponibilidade da versão mais recente do PPC 2023 no site do IFSC. Recomenda-se verificar atualizações futuras para obter a versão mais atualizada do PPC.

perspectivas de uma educação bilíngue no ambiente escolar para crianças surdas, partindo da Libras.

Apesar do enfoque abrangente nas ementas das disciplinas, alguns estudantes podem não alcançar fluência na língua de sinais. Embora o curso inclua disciplinas de Libras em diferentes níveis, desde o básico até o avançado, não há uma exigência explícita para que os estudantes busquem cursos adicionais para melhorar sua fluência. Ao invés disso, o curso incentiva a participação em ambientes onde a língua de sinais é utilizada, como associações de surdos.

Apesar da proposta do curso parecer bastante adequada e ofertar a disciplina de Libras, e outras, que privilegiam a formação dos estudantes **em** Libras, nas entrevistas encontram-se aspectos de tensão quanto à esta temática, que serão expostos a seguir.

Pesq.: Quando você dá suas disciplinas, você ministra em Libras ou Português?

P8: Atualmente eu ministro mais as disciplinas de Aquisição de Linguagem, Alfabetização e Letramento, e também Didática, Teoria e Ensino, são mais essas três.

Pesq: Certo, três...

P8: Três, mas se tem surdos eu ministro em Libras, se não tem surdos não adianta ministrar a aula em Libras **porque os alunos ouvintes ainda não tem fluência**. Aqui tem poucos intérpretes, eu não posso pedir para colocar intérpretes se não tiver surdos. Mas eu percebo também, os alunos ouvintes me falam que eles adoram aulas em Libras, porque tem conteúdo de aula teórica que explico também, então eles aprendem os sinais, porque me veem sinalizando e copiam os sinais. Então é importante o professor do Curso de Pedagogia Bilíngue ter consciência, o professor ouvinte não é modelo, mas precisa representar o ser bilíngue, precisa mostrar o valor da Libras. Então o valor da Libras é ensinar Libras! Então é isso, se tem alunos surdos presentes na turma, eu sinalizo, se não tem, eu falo (P8 - Professora ouvinte, fluente em Libras. Grifos nossos).

A professora expõe duas questões relevantes neste trecho: a falta de conhecimento dos alunos ouvintes quanto à Libras, e a impossibilidade de solicitar intérpretes quando não há alunos surdos. Nota-se que a professora demonstra conhecimento sobre o valor da Libras na formação dos alunos, todavia há limitações que ela não consegue transpor, conforme continua em seu relato:

Pesq: Certo, você disse que quando há alunos surdos ministra aula em Libras, mas como, se os ouvintes não sabem Libras?

P1: Então, dá pra colocar intérprete, sempre tem intérpretes juntos. O professor bilíngue precisa sempre ter o intérprete junto porque eles são ouvintes e não sabem Libras. Então no Projeto do Curso, PPC, fala que **até o quarto semestre é preciso torcer para que o aluno ouvinte já seja fluente**

em Libras, para não precisar colocar intérprete. Não precisa colocar intérprete, mas é difícil porque vários alunos têm vergonha, tem limitações para aprender a língua, ou então o aluno elege outra disciplina e troca de semestre, mistura com outras turmas. Ah! Entram alunos que ainda não são fluentes, é difícil não ter intérprete, então quando há surdos na turma eu sinalizo e os alunos ouvintes têm o intérprete falando pra eles (P8 - Professora ouvinte. Grifos nossos).

A presença do intérprete é comum quando há alunos surdos matriculados na disciplina, conforme a professora expõe, mas quanto aos alunos ouvintes, a situação parece ser complexa. Espera-se que o aluno tenha adquirido fluência até o quarto semestre para que não precise de intérpretes - mas eles não adquirem fluência. É preciso pensar na formação dos futuros professores bilíngues ouvintes; se o curso visa a formação de profissionais que irão atuar com crianças surdas, a proficiência em Libras deveria ser uma prioridade, conforme citado anteriormente “Este curso propõe o seu desenvolvimento na modalidade presencial na perspectiva bilíngue (Libras/Português), sendo **a Libras a principal língua de instrução.**” (IFSC, 2016, p.25, grifo nosso). Sabe-se que é necessário tempo de exposição à língua para a aquisição da fluência na língua, todavia há outros relatos que indicam que mesmo ao final do curso, alguns alunos não têm domínio da Libras:

Compreendemos que para ser professor bilíngue não basta ser surdo - há diversas outras competências formativas necessárias ao professor que pretende atuar com crianças surdas, todavia o domínio da Libras é essencial para a formação do docente.

Nora (2017) em sua pesquisa acerca de um Curso de formação em pedagogia destinada ao trabalho de educação bilíngue de surdos, destaca estas mesmas questões apresentadas, indo ao encontro dos dados aqui expostos. A autora aponta em diversos momentos a falta de fluência de alunos ouvintes, bem como de alguns professores ouvintes, fator que impacta diretamente na proposta e nas relações de um curso que se propõe bilíngue, mas onde somente um outro ator desse cenário é de fato bilíngue - o aluno e/ou professor surdo e o professor ouvinte que se dispõe a ministrar as aulas em Libras. A autora aponta que, neste caso, ainda não se pode afirmar a existência do bilinguismo, pois para isso seria necessário que ambas as línguas tivessem o mesmo nível de relevância no ambiente proposto. Ainda nessa pesquisa, Nora traz o relato de um de seus participantes, que compara a atuação do intérprete no Curso superior de pedagogia ao que ocorre nas salas de aula inclusivas - portanto, nem mesmo na formação destinada a futuros professores de crianças surdas os profissionais surdos têm acesso ao conteúdo necessário em sua própria língua.

Em outra entrevista a uma aluna ouvinte (A7) concluinte do Curso, quando questionado sobre seu conhecimento acerca da Libras, observamos o seguinte diálogo:

Pesq.: Você é fluente em Libras?

A7: Eu sou confuso, atrapalhado. Tenho vocabulário, tenho contato com surdos, mas tenho dificuldade (sem explicação). Para mim é difícil sinalizar, porque eu falo, eu penso, reflito várias coisas, mas eu consigo me comunicar. Consigo me comunicar, mas para mim, particularmente, é difícil. (A7 - Estudante ouvinte concluinte).

Nota-se aqui que o referido estudante, apesar de estar em processo de finalização do Curso, admite suas dificuldades com a língua de sinais e a falta de fluência. Sem que isso pareça uma crítica pessoal, é necessário que o Curso invista mais naquilo que é crucial ao profissional: a língua que será a principal nos processos educacionais e os conhecimentos específicos. Conforme apontam Reis e Lima (2022) é necessário, para trabalhar com a educação de surdos, qualificação e formação adequadas, abrangentes, considerando que uma de suas tarefas é proporcionar ao aluno surdo o avanço em seus níveis de conhecimento - todavia, sem a língua que é a base para todo o aprendizado, isto se torna inviável.

Em entrevista com dois estudantes surdos (A3 e A4), buscou-se compreender suas perspectivas acerca do uso das línguas e da acessibilidade pelos professores.

Pesq.: Em suas várias disciplinas, os professores ensinam em Libras ou em português, como é?

A4: Agora neste momento estou fazendo o eixo 2, tenho 7 disciplinas. Depende, têm professores que aceitam o uso direto da Libras, às vezes se o conteúdo é mais detalhado o professor usa a oralidade e o intérprete de Libras. Em algumas disciplinas ministradas em Libras, são professores ouvintes, usam Libras e oralidade, mas preferem usar a Libras pois assim o aluno ouvinte consegue adquirir fluência na língua, se comunicar com os sinais (A4 - Estudante surda).

Pesq.: Você participa de várias disciplinas. Como você observa, os professores ensinam em Libras ou português oral?

A3: Alguns professores sabem Libras, outros tem a maioria, por exemplo, professor de filosofia, geografia e o terceiro (tentando lembrar)...falam mais, falam mais e vem o tradutor.

Pesq.: O intérprete?

A3: Tem intérprete, a maioria dos professores sabem Libras, mas depende de eles se sentirem confortáveis, às vezes falam, às vezes usam Libras. Tem alguns professores surdos, e tem alguns ouvintes que sabem Libras, mas dois professores ouvintes não sabem Libras, esses dois falam. (A3 - Estudante surda)

Nota-se aqui diferentes pontos de vista acerca dos professores que são ouvintes e têm pouco domínio da Libras, daqueles que têm um conhecimento mais aprofundado - o fato é que o conhecimento ou não da língua pode impactar diretamente nas relações e na própria

formação do aluno/ futuro professor. Leite (2018) destaca a importância crucial da formação especializada em pedagogia bilíngue para aqueles que desejam trabalhar nesta área. A autora ressalta que essa preparação deve capacitar o profissional a se tornar proficiente tanto na língua de sinais (Libras) quanto em português, possibilitando-lhe assim exercer um papel significativo na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental I. Assim, conclui-se que a proficiência em Libras não é apenas um fator que diferencia, mas uma necessidade essencial para assegurar uma prática pedagógica eficaz e que atenda às demandas dos alunos surdos.

Por outro lado, é preciso considerar que o Curso visa a formação de profissionais pedagogos, que podem ou não atuar com alunos surdos - a ideia é que tenham a possibilidade, mas que recebam também a formação comum aos demais cursos de pedagogia.

Dentro do que orientam as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, os profissionais do curso receberão qualificação profissional para a atuação tanto em escolas e classes bilíngues, escolas-pólo com ênfase na educação de surdos e em turmas regulares de ensino (IFSC, 2016).

Deste modo, os estudantes do Curso, surdos e ouvintes, também precisam se conscientizar acerca desta formação mais ampla, considerando que seu diploma será de Pedagogo, e na ausência de um trabalho específico com alunos surdos, poderão atuar em salas de aula regulares, visto se tratar de profissionais bilíngues, conforme a proposta.

Durante a entrevista em Libras com uma estudante surda (A1), destacou-se a explicação da estudante sobre a preparação do plano de aula referente à aula do eixo 3 do curso de Pedagogia Bilíngue. Nesse contexto, o que chamou a atenção foi o uso de uma música infantil durante a prática:

A1: Alguns professores usam mais português, parece que gostam mais do português e esquecem do surdo. Por exemplo, na sala de aula eu expliquei algo para a professora e ela travou: “Não entendi nada, ah desculpe, eu não adaptei a aula!” Eu preciso perguntar, eu preciso querer... Por exemplo, em uma disciplina passada, do eixo 3, houve uma discussão, a professora queria ensinar uma música, algo normal na cultura dele. Eu perguntei: “Como assim? Como ensinar música para crianças?” Eu, no passado, não tinha músicas em Libras! Ela disse: “Ah, desculpe! Precisa adaptar para pedagogia bilíngue.” Eu entendo, mas o plano de ensino tem opções A e B, a opção B você pode escolher o que sentir melhor para ensinar crianças surdas. Ok, eu fiz um plano de ensino organizando música para surdos em Libras, por exemplo. Você conhece a Xuxa?

Pesq.: (Balança cabeça afirmativa) Conheço.

A1: Todos conhecem a música dos 5 patinhos, conseguem ensinar de forma simples e tranquila para ouvintes, não têm alunos surdos, eu posso estimular os ouvintes a aprenderem Libras. conhecerem Libras, pois eles nunca viram

a música em Libras. Eu fecho a boca e sinalizo, explico que a boca é igual às mãos, falamos com as mãos. Como? Esperam eu ensinar, eu começo quando apertar o botão da música (som), então começo a sinalizar para eles, todas as crianças aprendem a música dos 5 patinhos sinalizando. A professora então disse: Que lindo! Nossa, eu nunca vi, então é assim que ensina os surdos?" É assim, é possível adaptar a Libras para os ouvintes também, é fácil adaptar (estudante surda - A1).

Nesse trecho da entrevista, o depoimento da estudante surda (A1) salienta uma situação em que a professora demonstrava desconsiderar a estudante surda na sala de aula. Quando foi requisitada a elaboração de um plano de ensino com o tema de música infantil, a estudante surda questionou como a atividade seria adaptada para Libras, já que ela mesma era surda. A professora inicialmente não demonstrou dar importância ao argumento da estudante surda, mas, pediu "desculpas", e organizou um plano alternativo (Plano B) que incluía a adaptação da atividade para Libras. A estudante surda apresentou uma música infantil "5 patinhos" para crianças ouvintes e uma criança surda de uma determinada instituição escolar. A estudante apresentou a música em Libras, e a atividade foi bem recebida por todas as crianças. A professora da instituição expressou interesse e comentou que nunca tinha visto uma adaptação de música infantil para Libras, e a estudante surda ficou satisfeita com o resultado.

Esse acontecimento levanta a questão se a falta de adaptação no plano de ensino reflete uma carência de informação por parte da professora sobre como adaptar atividades para estudantes surdos ou se foi uma falha na elaboração do plano de ensino. É relevante considerar se, apesar de a professora atuar em uma instituição com curso de Pedagogia Bilíngue, há uma necessidade de maior formação ou recursos para lidar com as necessidades específicas dos alunos surdos.

Notam-se dois aspectos relevantes neste pequeno trecho da entrevista: a presença da música e o desconhecimento das práticas com surdos pela professora. Embora a música possa, inicialmente, gerar um desconforto à estudante surda, ela conseguiu adaptar a prática pensando em uma formação destinada à educação de alunos ouvintes também. O mesmo já não ocorreu com a professora da disciplina, que demonstra não conhecer como se dão as práticas educacionais junto a alunos surdos.

Deste modo, o Curso, embora apresente diversos indícios de que tem trabalhado com uma formação aos estudantes que visa o respeito à condição bilíngue dos surdos, alguns aspectos ainda necessitam de atenção especial e, talvez, uma reformulação da proposta.

As disciplinas parecem atender ao propósito do trabalho na/com a Libras, e o projeto pedagógico mostra-se bem estruturado. Todavia, a formação de alguns professores e a forma como conduzem suas aulas - ou como compreendem o conceito de bilíngue - precisam ser revistas. Ressalta-se que para proporcionar uma educação bilíngue, de fato, não basta ofertar disciplinas em Libras e em língua portuguesa, mas repensar a educação de surdos sob a ótica da língua de sinais, da visualidade, do modo como se constitui a cognição da pessoa surda - e assim, produzir (e não adaptar) propostas, atividades, métodos e conteúdos. Não se trata de apenas visar o ensino da Libras e do português escrito, mas considerar os muitos outros conhecimentos em jogo no contexto educacional.

A coordenadora do Curso informou, no momento da entrevista, que já existe um novo PPC, reformulado; todavia até o momento da apresentação desta tese o documento ainda não havia sido disponibilizado publicamente e não estava em vigor para os estudantes do Curso. De todo modo, é importante ressaltar a necessidade de ajustes nas propostas, visando, prioritariamente, a prática em língua de sinais por professores e alunos ouvintes, para que estes últimos, quando formados, tenham fluência e competência na Libras para reger uma sala de aula com surdos.

5.2 As práticas de estágio

Ao longo da coleta de dados, chamou-nos a atenção a questão do Estágio Curricular, por razões inúmeras que serão aqui apresentadas. De acordo com o PPC do Curso o Estágio Curricular é obrigatório, e “compõe-se em um conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho no meio profissional” (IFSC, 2016, p.95).

A partir do 6º semestre, inicia-se o Estágio Curricular Supervisionado, dividido em três etapas: Estágio Curricular Supervisionado I – Docência na Educação Infantil (ECS I), Estágio Curricular Supervisionado II – Docência no Ensino Fundamental, Anos Iniciais (ECS II) e Estágio Curricular Supervisionado III – Área Específica (ECS III), com carga horária que varia de 120 a 140 horas. (IFSC, 2016, p. 32).

Quadro 09 - Tipos de Estágio Curricular Supervisionado

Estágio	Tipo de atuação	Áreas
Estágio Supervisionado I	Docência	Educação Infantil

Estágio Supervisionado II	Docência	Ensino Fundamental Anos Iniciais
Estágio Supervisionado III	Docência	Anos Iniciais - EJA; Curso de Formação Inicial em Portugues como L2; Atendimento Educacional Especializado com alunos surdos.
	Gestão Educacional	Contextos escolares; Contextos não escolares.

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com informações sobre o Regulamento de Estágio Curricular do IFSC, 2019, p.14.

De acordo com o PPC, esses estágios proporcionam uma experiência prática abrangente, cobrindo diversas áreas da Pedagogia Bilíngue e preparando os estudantes para os desafios variados que podem enfrentar em sua futura atuação profissional. Com relação às formas de realização do Estágio, considerando que o Curso de propõe bilíngue e com enfoque na educação de surdos, encontra-se a seguinte informação:

Nas áreas de formação docente para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser desenvolvido em um total de 280 h/a. A carga horária de campo será cumprida preferencialmente em instituição que atenda pessoas surdas, seja esta uma escola especial ou inclusiva. Se não houver escolas na região que atendam pessoas surdas, o estágio poderá ser realizado em outras escolas, porém a partir de um projeto de estágio que enfatize a Educação Bilíngue (Libras-Português).(IFSC, 2016, p. 96).

A disciplina do estágio supervisionado oferece oportunidade para os estudantes aplicarem de forma prática o que aprenderam no curso. Durante a entrevista com uma professora que atuava na direção, foram fornecidas informações sobre a organização das etapas do estágio, conforme o quadro 09 anterior. Na primeira etapa, os alunos trabalham com a educação infantil; na segunda, com o ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Na terceira etapa, os alunos podem escolher entre diferentes áreas, como gestão, EJA, escolas bilíngues, fundações ou outros espaços educacionais. Porém, não há escola bilíngue nesta região de Santa Catarina.

Pesq.: Onde você solicita o estágio? Em escolas de surdos ou escolas inclusivas?

P9: As duas. Qual é o problema? Aqui em Santa Catarina não existe escola bilíngue, não tem, por isso o aluno surdo é incluído. Como organizo o estágio? Primeiro na educação infantil, o segundo, do primeiro ao quinto ano e no terceiro estágio o aluno pode escolher gestão, ou EJA, ou escola bilíngue, ou fundação, ou vários lugares. Porque o Curso de Pedagogia

permite ao profissional trabalhar em várias áreas. Então, o surdo, a maior parte das vezes, a criança surda está na escola inclusiva. (P9 - professora ouvinte).

Neste trecho nota-se um problema: embora a formação para os alunos considere questões relacionadas à surdez e a língua de sinais, e aderindo à educação bilíngue, a política do Estado não oferece campo para atuação dos alunos/estagiários/futuros professores em acordo com a proposta do Curso. Deste modo, pressupõe-se que, para além do fato de as experiências em campo de estágios não serem aquelas que em teoria são apresentadas, o campo de trabalho também não se mostra aberto a este novo profissional.

De acordo com Saviani (2011), a formação dos professores deve ser vinculada às condições de trabalho, visto que a qualidade corresponde ao contexto em que os professores exercem suas funções. Nesse aspecto, o estágio supervisionado é fundamental na preparação dos docentes, pois oferece aos estudantes a oportunidade de conectar teoria e prática, além de compreender melhor a realidade da profissão. A experiência prática no campo favorece o aprimoramento de habilidades pedagógicas, a reflexão sobre os desafios do dia-a-dia e a formação de uma identidade profissional mais consistente. Contudo, para que essa vivência seja realmente enriquecedora, é fundamental que os estagiários contem com condições adequadas de trabalho e supervisão, assegurando assim uma aprendizagem significativa que atenda às necessidades da educação.

Outra estudante também apresenta sua perspectiva acerca do estágio:

Pesq: Você já fez o estágio. Como foi sua experiência?

A2: Então, meu primeiro estágio foi na educação infantil, havia duas crianças surdas, realizei ensino e observação, o professor me orientou. O segundo estágio foi na EJA com adultos que não sabiam ler e escrever. Todos se interessaram em aprender Libras, em entender, por exemplo, o que era CODA, como era a relação entre mãe, pai ou filho surdo, se futuramente a família vai entender Libras ou não, lá foi muito interessante o aprendizado da Libras. Agora o terceiro estágio é em gestão/coordenação junto com a Ana Paula (sinal). (A2 - estudante surda)

Pesq: Certo... como você imagina seu futuro? Como professora, pedagoga, coordenadora, como?

A2: (Polegar positivo) Eu gosto muito mais da área de coordenação porque, por exemplo, se eu sou admitida em uma nova escola poderia orientar professores a utilizarem Libras com as crianças surdas, e atender a todos em qualquer momento. Gosto também do trabalho na EJA com surdos.

Em entrevista com a coordenadora do Curso, ela relatou sobre estágio e planejamento. A coordenadora destacou a necessidade de um planejamento bilíngue para atender tanto

crianças surdas quanto ouvintes, além da importância da motivação na relação entre os grupos.

C15: Estágio em duplas, certo. Se a dupla participar, fizer estágio em uma turma que tenha surdo, obrigatoriamente precisa fazer um planejamento bilíngue para todos. Como vão atender surdo e criança ouvinte, como motivar a relação entre eles...

Pesq: Certo.

C15: O professor que orienta o estágio vai apoiar porque, por exemplo, se a dupla decidir que vai estagiar no segundo ano, procura uma escola e combinam, então voltam aqui. Aqui o professor orientador vai discutir, dar sugestões sobre propor um projeto. A dupla volta à escola e conversa com o professor responsável, vê as ideias e sugestões e anota. Então até entrar na sala de aula tem esse vai e volta, discussões, anotações, organização do projeto. Se a dupla faz estágio e não há surdos na turma, é obrigatório fazer uma proposta de divulgação da Libras, por exemplo, uma atividade para motivar ou compartilhar o conhecimento sobre Libras e surdez, essas coisas... é sempre legal, porque o projeto tem interação com a área bilíngue. Se não tiver surdo é melhor uma proposta dentro do plano obrigatório, tem que incluir Libras ou uma palestra, ou oficina, ou jogos e brincadeiras, ter algumas ideias sobre a Libras dentro do plano, entendeu? (C15 - coordenadora).

Conforme a explicação da coordenadora na entrevista, se houver um aluno surdo na turma é obrigatório preparar o planejamento bilíngue para que todos alunos participem do estágio, sendo necessário ter uma dupla para participar do estágio, a fim de motivar a relação entre as crianças ouvintes e as crianças surdas. Porém, se não houver alunos surdos na turma, é obrigatório que a proposta de estágio inclua atividades voltadas à Libras, como palestras, oficinas, jogos ou outras atividades interativas que incentivem o aprendizado e a valorização da língua de sinais.

Compreendemos que, embora a proposta bilíngue do Curso seja a formação de professores para atendimento a estudantes surdos, nem todos têm a oportunidade de estagiar e experienciar o ensino para crianças surdas - seja pelo fato de não haver escolas bilíngues, seja pelo fato de nem todas as escolas da região terem alunos surdos matriculados. O PPC, conforme citado no início desta discussão, apresenta que “Se não houver escolas na região que atendam pessoas surdas, o estágio poderá ser realizado em outras escolas, porém a partir de um projeto de estágio que enfatize a Educação Bilíngue (Libras-Português). (IFSC, 2016, p. 96).” Deste modo, a própria coordenação ajusta as condições para que o aluno tenha um estágio adequado e possa colocar seus conhecimentos em prática.

Todavia, afirmar que tais projetos enfatizam a educação bilíngue pode mascarar uma questão mais profunda, conceitual: a de que basta que a Libras “apareça” de alguma forma na escola para que a educação se torne bilíngue. A proposta da coordenação de levar informações e divulgar a língua de sinais em locais onde não há crianças surdas é muito pertinente, e conscientiza a comunidade escolar acerca da surdez e da Libras, todavia não se trata de uma proposta bilíngue de fato.

Deste modo, conforme apontou Nora (2016), é preciso romper com a ideia de que o bilinguismo refere-se à condição da pessoa surda no uso de duas línguas e compreender que a educação bilíngue de surdos não se limita à presença de duas línguas no espaço escolar, de forma separada - ou ainda, que basta ensinar algo de Libras para que o ambiente se torne bilíngue. Mais adiante, no eixo 3 de análises, vamos discutir as questões políticas que podem impactar na maneira como os estágios são conduzidos.

O estágio tem um regulamento próprio, que orienta as ações (IFSC, 2019); o mesmo estabelece que a realização de três estágios é obrigatória: “O aluno/a estagiário/a deverá cumprir com êxito todas as etapas e ações de estágio, de acordo com o Plano de Ensino das Unidades Curriculares de Estágio Supervisionado em cada semestre e do Roteiro de Avaliação do Supervisor” (IFSC, 2019, p. 17). No entanto, nos momentos após a pandemia, a retomada das atividades presenciais foi impactada, e alguns estudantes não conseguiram realizar o primeiro estágio de forma prática, tendo apenas elaborado um relatório com base nas orientações recebidas. Compreende-se que foi uma situação atípica, mas julgamos relevante trazer o relato de uma estudante:

Pesq: Você já fez estágio? Como foi sua experiência?

A1: Sim, meu primeiro estágio foi durante a pandemia e eu não participei presencialmente, foi difícil. Como eu ia sentir, como aprender junto com a criança? Não fiz estágio I e estágio II presencial. Eu pedi para a coordenadora para fazer estágio presencialmente, ver outro amigo ou colega atuando, mas o professor só autorizou o estágio de observação. Não fiz adaptação nenhuma, não atuei, só observei para entender como era. (A1 - estudante surda).

A estudante surda (A1) relatou que preferia realizar o estágio presencialmente, no entanto, do primeiro estágio, durante a pandemia, enfrentou dificuldades, pois não podia realizar atividades práticas que envolvessem o toque com as crianças, como ajudar na aprendizagem, e que sentiu falta de prática para ministrar a aula do primeiro estágio. No segundo estágio, a coordenadora do curso teve a ideia de convidar outro professor que

permitiu que a estudante surda participasse na sala de aula apenas como observadora, ainda assim aprendendo a adaptar as atividades.

A estudante surda (A1) relata que ainda aguarda a oportunidade de realizar a segunda etapa do Ensino Fundamental, referente ao eixo 7. No entanto, com o retorno das atividades presenciais na instituição de ensino, conseguiu apenas adaptar um plano de aula baseado em uma música infantil de outra disciplina. Esse ponto já havia sido discutido anteriormente no eixo 1 e impactou sua vivência no estágio.

A dificuldade em elaborar um plano de aula próprio e a necessidade de modificar um já existente indicam que a formação não supre completamente a demanda por prática docente. Esse contexto reforça a importância das experiências presenciais na construção do conhecimento pedagógico, sobretudo em cursos voltados para a formação de professores. Além disso, é necessário explorar como essa limitação afetou sua autoconfiança e seu desenvolvimento profissional.

Outra estudante surda (A6) relata que não conseguiu realizar estágio em uma escola, pois a prefeitura não aceitava sua participação. O processo de flexibilização entre a prefeitura e o IFSC foi complicado, e a pandemia dificultou ainda mais a situação.

Pesq: Você já fez estágio, como foi sua experiência?

A6: Fiz estágio sim. Primeiramente fizemos o que? Só, por exemplo, uma pessoa da escola explicou como era a criança, fiz anotações, mas não fui lá, a escola da prefeitura não aceitou. Estou esperando o andamento, o IFSC já esteve lá conversando, mas a escola ainda não aceitou. Estou esperando o processo, então só consegui dar o material, fazer uma atividade em Libras e entregar para o professor. Ele recebeu a atividade e ensinou a criança. Antes do período da Covid a escola aceitava, era aberta, depois infelizmente se desculpavam e não permitiram mais a entrada, disseram que era impossível. Ah, a estratégia foi fazer igual, parece... igual expliquei antes como fiz, o professor explicava o que precisava mudar, o que era possível fazer como atividade virtual, e ajustar um pouco, assim eu fiz o material e dei pra ele. (A6 - estudante surda).

Nota-se que como alternativa foi proposta a criação de atividades feitas pela estudante surda para que a professora da escola as ministrasse. Inicialmente, a aluna conseguiu apenas observar um pouco, mas com limitações e a prefeitura não aceitou sua participação. No entanto, não foi possível realizar o estágio presencialmente, pois a pandemia começou.

A estudante surda (A6) relata que conseguiu realizar seu estágio pelo IFSC, no Laboratório de Pedagogia Bilíngue Libras/Português (Lapebi), que serve como apoio para práticas interdisciplinares.

A6: Sobre L-A-B-T-A (soletrou) significa um atendimento voltado para o uso de tecnologia, por exemplo, ele auxilia diversas deficiências tanto pessoas surdas quanto ouvintes relacionadas ao cérebro (Neuropsicopedagogia), ajudando na adaptação didática. Outro exemplo, no caso de materiais, pode-se utilizar estratégias como prender uma colher para facilitar a alimentação, da mesma forma, pode apoiar pessoas surdas em atividades difíceis, como aprendizado do português, combinando sinais com cores diferentes para auxiliar a compreensão. O trabalho entre professores e profissionais de apoio me orientou e ofereceu suporte adequado. Já tenho três anos de experiência nessa área e gosto muito. Porém, com a COVID-19, infelizmente, o trabalho presencial precisou ser interrompido devido às restrições, e foi necessário respeitar as regras. Depois, foi possível retomar o estágio, participando sempre de projetos de extensão, com o uso de máscaras, e no ensino para bombeiros, ajudando virtualmente com sinais. Mesmo com o uso de máscaras, foi possível brincar e ensinar crianças, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, língua de sinais, especialmente para aquelas com deficiência intelectual. Meu estágio chegou ao fim, e meu foco está voltado para o TCC.

Percebe-se que, para driblar os obstáculos impostos pela pandemia - e também pela rede municipal, que não autorizou a realização do estágio -, a coordenação do Curso criou um caminho alternativo para que a aluna não deixasse de cursar o estágio na prática. Isto revela o compromisso da instituição com a formação dos estudantes, todavia mostra as fragilidades de uma região (cidade/Estado) que ainda não compreende a importância deste Curso.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à realização do estágio com a presença de intérpretes. Durante o estágio, a estudante surda (A3) necessitava de assistência para realizar suas atividades práticas, conforme evidenciado em trecho da entrevista.

A3: Fomos em três colegas fazer estágio, nosso grupo pensou que ia ver como o professor ensinava, mas não havia intérprete (Expressão de insatisfeito). Observamos mas não entendemos de forma clara a atuação, então fomos embora. Depois iniciou a pandemia e tivemos alguns limites para fazer o relatório do estágio. (A3 - estudante surda).

Antes da pandemia, como a estudante surda (A3) relatou, não havia um intérprete de Libras disponível. Assim, ela e suas colegas surdas apenas observaram na sala de aula infantil para crianças ouvintes, sem compreender o que acontecia, e decidiram ir embora.

Após a pandemia, a estudante surda (A3) precisou elaborar o relatório do estágio. No entanto, a coordenadora mencionou que ocorreram várias situações em que não se sabia o motivo da ausência do intérprete, e até o momento, não há uma resposta para a falta desse profissional intérprete de Libras no acompanhamento dos estudantes surdos durante o estágio.

Vale ressaltar que quem faz os acordos com instituições para a realização de estágio docente é a gestão da própria universidade, ou seja, a coordenação de curso. Assim, deveria

haver uma preocupação em fornecer acessibilidade nos momentos de estágio externo para os estudantes surdos.

Neste eixo de análise, buscou-se observar como se configuram os estágios no Curso de Pedagogia Bilíngue, considerando tratar-se de uma prática diferenciada e pouco discutida. A partir da proposta e dos relatos apresentados, foi possível identificar a importância da prática pedagógica na formação docente, a qual trouxe desafios tanto para alguns estudantes surdos quanto para a coordenação do curso.

Para os alunos, o desafio inicial foi a inserção no campo de estágio, que muitas vezes carecia da acessibilidade e da disponibilidade de professores preparados para acolher os estagiários em sua diferença linguística. Por outro lado, diante desses obstáculos, a coordenação adotou estratégias para envolver efetivamente os alunos na prática pedagógica, criando espaços e condições que possibilitaram a experiência de ensino, ainda que em ambiente controlado, como em laboratórios.

No que se refere aos campos de estágio, observou-se a necessidade de um maior diálogo entre a universidade/curso e as redes municipais e estaduais de ensino. Considerando que Santa Catarina é referência em pesquisas no campo da surdez, é urgente que os pesquisadores da área discutam e reivindiquem políticas linguísticas e educacionais para surdos mais efetivos na região.

5.3 O professor bilíngue: o egresso e o mercado de trabalho

Neste eixo de análises pretendemos abordar o aluno egresso; isto porque, diante de um curso com formação e proposta diferenciadas dos demais cursos de Pedagogia, compreender como se dá a inserção dos profissionais no mercado de trabalho mostra-se fundamental.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras-Português) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) define que o egresso estará apto a exercer a docência na perspectiva bilíngue, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a cultura surda e a epistemologia visual como elementos fundamentais na formação e atuação social das pessoas surdas. Durante o curso, o estudante desenvolverá competências para compreender os contextos históricos, socioculturais e científicos dos processos educativos, além de dominar conteúdos de diversas áreas do conhecimento e suas respectivas metodologias de ensino, permitindo-lhe planejar e conduzir práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras. (IFSC, 2016)

O mercado de trabalho para o profissional formado no curso de Pedagogia Bilíngue (Libras-Português) inclui instituições públicas e privadas de ensino, organizações não governamentais, órgãos públicos e privados de educação não formal, áreas de gestão de pessoas e educação corporativa, órgãos e instituições de pesquisa, consultorias e assessoramento e instituições de atendimento especializado à pessoa surda (IFSC, 2022).

Nas entrevistas realizadas com alunos egressos questionamos sobre a vida profissional e o mercado de trabalho como Pedagogos Bilíngues.

A6: Fui chamada para substituir uma professora que entrou em licença-maternidade. Estou ensinando crianças pequenas, de 3 a 6 anos, que estão aprendendo Libras. Todas as crianças são ouvintes, exceto uma, que é surda. Essa criança surda também tem outra deficiência (não especificada), o que torna seu desenvolvimento mais desafiador e exige atendimento e apoio. Apesar dos desafios, estou feliz. É um trabalho difícil, mas estou me adaptando. Fico angustiada ao pensar se as atividades estão boas ou não, mas os professores experientes e o intérprete me reforçam a importância da paciência. Ainda assim, fico reflexivo sobre minha prática: percebo o que pode ser melhorado, o que funciona bem e o que não funciona. Ajustar o planejamento e mudo o que for necessário para ensinar melhor. Mesmo me sentindo angustiada às vezes, essa experiência me estimula a planejar melhor, ajustar estratégias e seguir em frente. Estou gostando, mas o período é curto, apenas quatro meses. Depois disso, pretendo tentar outro concurso. (A6 - Estudante surda).

Apesar dos desafios em uma escola que se mostra inclusiva, e não bilíngue, onde só há um aluno surdo, a estudante se mostra competente em desenvolver sua função, o que lhe permitirá ganhar experiência e prática.

A estudante surda (A6) manifesta o desejo de trabalhar na sala de aula para servir como modelo de professor surdo, demonstrando à criança surda suas capacidades e proporcionando o entendimento da cultura surda e da comunidade surda. Recentemente, ela realizou seu sonho ao atuar como professora substituta temporária na educação infantil, em uma creche, com um contrato de trabalho de aproximadamente quatro meses, que foi concluído no final do ano de 2023. Ela foi designada para substituir uma professora surda em licença-maternidade¹⁷.

É importante que as crianças surdas interajam com um professor surdo ou bilíngue, e não apenas com um intérprete de Libras para mediar a educação em sala de aula em situações de inclusão - até mesmo porque a criança surda na Educação Infantil, não deve ter acesso aos conhecimentos por meio de tradução/interpretação, por estar em processo de aquisição de

¹⁷ A professora surda foi afastada por licença-maternidade na creche. Ela ministra aulas de Libras para crianças ouvintes e um aluno surdo, acompanhada por um intérprete de Libras.

língua, mas por um professor bilíngue, conforme aponta a legislação (Brasil, 2005). Dependendo apenas do intérprete de Libras, sem um professor surdo ensinando as crianças surdas, pode levar a resultados de aprendizagem insatisfatórios. Essa abordagem prepara os professores para ensinar em ambas as línguas - a língua de sinais e o português na modalidade escrita - fomentando estratégias que favoreçam as nuances culturais e identitárias dos estudantes surdos. O objetivo é garantir que a educação oferecida seja acessível, equitativa e promova um ambiente de aprendizagem verdadeiramente acessível para todos os estudantes.

O Decreto menciona três profissionais específicos: o professor ou instrutor de Libras preferencialmente surdo, o professor bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e o intérprete educacional de Libras (IE). O professor surdo desempenha um papel fundamental no ensino da Libras e de modelo surdo linguístico, especialmente para alunos em fase de aquisição de linguagem. O intérprete de Libras deve atuar para facilitar a participação do professor surdo em diversas atividades, como reuniões pedagógicas e interações com outros funcionários e pais (BRASIL, 2005; Lacerda, 2009; Bonfim, 2020), e não para interpretar em sala de aula para esta faixa etária.

Entrevistamos também uma estudante ouvinte que já concluiu o curso, mas ainda precisa entregar o TCC. Portanto, a resposta dela sobre o que gostaria de trabalhar após se formar, se em uma escola de surdos ou em escolas inclusivas, segue no trecho abaixo.

Pesq.: Ah! Depois de se formar em Pedagogia Bilíngue, o que você deseja? Quer trabalhar em escolas de surdos ou escolas inclusivas?

A7: Meu sonho, se eu conseguir, com certeza meu objetivo futuro é trabalhar em uma escola de surdos, porque a escola inclusiva é como uma utopia, um sonho, ainda não acontece de verdade. Eu percebo que ainda não é concreta a experiência de inclusão dos alunos na escola. Me parece que ele não é excluído dentro da escola, eu percebo, mas ainda tem muita discussão sobre escola de surdos. No Curso tem alguns professores que apoiam a escola inclusiva e alguns que dizem que isso não funciona... (Expressão confusa). (A7 - Estudante ouvinte).

A entrevistada estudante ouvinte (A7) afirma que seu desejo de trabalhar em uma instituição voltada para surdos seria "um sonho", o que demonstra um grande interesse em se dedicar a um espaço que atenda de maneira mais adequada às necessidades específicas dos alunos surdos. Ela revela uma perspectiva negativa acerca da realidade das escolas inclusivas, que considera uma "utopia". A entrevistada discute as dificuldades para a verdadeira integração dos alunos surdos nessas instituições, percebendo que, na prática, a inclusão ainda

não se concretiza. Ela compartilha que, em sua vivência com alunos surdos, "ele não faz parte da escola", destacando a ausência de uma inclusão como se propõe.

Muttão e Lodi (2018) discutem a problemática relacionada à inclusão, evidenciando as razões pelas quais não se realiza de maneira satisfatória, especialmente no que se refere aos alunos surdos. As autoras enfatizam que um dos principais obstáculos é a falta de preparo inicial dos educadores, que muitas vezes se sentem desqualificados para ensinar alunos surdos em virtude da barreira da língua. Além disso, elas observam que a educação especial e a educação de surdos frequentemente são abordadas de maneira separada no currículo, sem uma vinculação com outras disciplinas de ensino. Essa abordagem dificulta que os docentes elaborem estratégias pedagógicas eficazes para atender às demandas dos alunos surdos, ocasionando em uma exclusão dentro do sistema inclusivo, conforme se observou no relato da estudante.

Sobre a questão da inserção de professores surdos no mercado de trabalho e os desafios enfrentados, a coordenadora do Curso mencionou a percepção de que os egressos surdos enfrentam mais dificuldades para conseguir espaço no mercado de trabalho, especialmente na docência.

Pesq: O que você pensa sobre o surdo, depois de formado, em Santa Catarina tem mais escolas inclusivas... como o surdo trabalha nesses espaços?

C15: Então... é verdade, percebo que já se formaram surdos, depois mais dois, e agora vai se formar o quarto surdo. O que percebemos é que para os surdos é mais difícil encontrar espaço para trabalhar, talvez por causa da inclusão. A secretaria de educação não percebe a presença dos surdos nas seleções. Eu, na minha opinião, acredito que ainda existe preconceito contra os surdos, que são muitas vezes comparados com os profissionais ouvintes bilíngues, então os ouvintes acabam sendo escolhidos, entende? “Vamos colocar esse porque sabe Libras, mas fala e se comunica, e conseguimos entender”.

De acordo com o relato da coordenadora, a inclusão ainda não é plenamente compreendida e aceita, o que pode refletir barreiras estruturais e preconceitos. Ela sugere que ainda não há um entendimento claro sobre o papel dos professores surdos na educação. Além disso, ainda há preconceito contra surdos no processo seletivo da Secretaria de Educação, o que pode influenciar na contratação desses profissionais. Observa-se também que, muitas vezes, profissionais ouvintes bilíngues são preferidos em relação aos surdos, já que sabem Libras mas não teriam problemas em se comunicar com os demais profissionais ouvintes.

A coordenadora do IFSC relata que há profusos trabalhos que evidenciam a convivência entre os estudantes surdos e ouvintes em sua turma, sendo fundamental para abordar as diferenças linguísticas. Todavia, em relação ao curso de Pedagogia Bilíngue, é fundamental buscar oportunidades no mercado de trabalho que vão além da educação inclusiva. Isso ocorre porque o estado de Santa Catarina é fortemente voltado para a inclusão e não dispõe de escolas bilíngues. No entanto, existem alternativas, como o Atendimento Educacional Especializado¹⁸ (AEE) e a presença de um segundo professor como apoio ao professor regente nas salas de aula com alunos surdos.

A formação parece seguir a perspectiva inclusiva predominante no município, priorizando práticas como o AEE e o apoio pedagógico, em vez de adotar os princípios da educação bilíngue de surdos propostos por estudos e movimentos surdos. A ausência de escolas bilíngues em Santa Catarina limita a atuação de profissionais bilíngues, resultando em uma formação que se ajusta mais às práticas inclusivas do que às diretrizes bilíngues surdas.

A última entrevista apresenta a percepção da professora surda que trabalha no IFSC, em relação aos estudantes surdos formados e como eles irão atuar no mercado de trabalho. Ela observa que há uma polêmica, pois, em concursos, a maioria dos professores ouvintes assume as vagas, enquanto os surdos não conseguem ingressar ou têm mais dificuldades. Em seguida o trecho abaixo, ela constata preocupação com a concorrência entre ouvintes e surdos nos processos seletivos após concluir a formação de Pedagogia Bilíngue.

Pesq.: Você sabe de alunos surdos formados em Pedagogia Bilíngue, que tiveram dificuldades em assumir cargos devido à formação específica - bilíngue e não apenas pedagogia, sabe?

P10: (Balança cabeça entendendo e polegar positivo) Aqui em Santa Catarina o IFSC/Pedagogia Bilíngue tem um acordo com a prefeitura e o Estado, e a maioria dos editais já considera a Pedagogia Bilíngue, isso é legal, positivo. Mas o aluno surdo estuda, se forma e não consegue a vaga, porque compete com uma maioria ouvinte. Esses ouvintes sempre têm vantagens, mais experiência, mais conhecimentos e conseguem as vagas. É raro um surdo conseguir, então é complicado, o surdo precisa se esforçar em dobro para conseguir passar nas várias provas. Também percebo que poucos surdos querem estudar Pedagogia Bilíngue, muito poucos. Têm mais surdos cursando Letras-Libras, pois têm mais afinidade com aquisição da Libras, podem não querer ser professores e preferir trabalhar com a língua de sinais. Então se houvesse na Pedagogia Bilíngue um grupo só de surdos, seria melhor, mas não é possível. Poucos surdos têm formação, poucos

¹⁸ Conforme dispõe o Artigo 2º, parágrafo 1º, do Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011), “atendimento educacional especializado [é] compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos alunos às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de alunos com altas habilidades ou superdotação”.

conseguem essas vagas de trabalho. O diploma é aceito, mas eles não conseguem passar na prova. Então é complicado, essas provas são em português, não têm uma prova prática, como uma aula didática em Libras. Falta isso. (P10 - professora surda)

A professora relata que alguns candidatos surdos conseguem ser admitidos para a vaga de Professor Bilíngue, sendo a maioria com formação em Letras/Libras para o cargo de Professor de Libras. No entanto, é observado que os candidatos ouvintes são os que têm êxito na concorrência para o cargo de Professor Bilíngue. Diante do exposto, trazemos à discussão alguns processos seletivos que geraram polêmica, indo ao encontro do relato da professora.

O Processo Seletivo Simplificado Emergencial 007/2022 para a substituição de Professor de Libras e outros cargos foi aberto pela Prefeitura de Florianópolis. O Edital nº 010 de 2021 (Figura 03) apresenta o perfil e requisitos necessários para concorrer ao cargo:

Figura 03 - Edital nº 010¹⁹ do processo da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

PROFESSOR DE LIBRAS (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS)	Graduação nos cursos de Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou Licenciatura em Pedagogia Bilíngue; Graduação nos cursos de Licenciaturas e pós-graduação com, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, em LIBRAS ou Educação de Surdos; Graduação nos cursos de Licenciaturas, com curso complementar em LIBRAS Avançado (bacharel, educação profissional ou extensão universitária) com, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas. Formação no Ensino Médio em Magistério, com curso complementar em LIBRAS Avançado (bacharel, educação profissional ou extensão universitária) com, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas. Estudante da 5ª fase em diante do curso de Licenciatura em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.
---	--

Fonte: Edital publicado pela Prefeitura de Florianópolis - SC, 2021.

Neste edital nº 010/2021 da Prefeitura, o processo seletivo era baseado apenas na classificação, considerando maior titulação e tempo de serviço. Não havia especificação para a realização de prova escrita ou prática. Veja a figura 04 abaixo.

Figura 04 - Processo de Classificação

¹⁹ Link para acesso ao edital:
https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_05_2022_17.33.03.1b7c7d4e015b339924a62ba4e19d37f8.pdf

CLASSIFICAÇÃO:

Os inscritos serão classificados pela seguinte ordem de prioridade: maior titulação na formação mínima exigida e tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, a somatória será realizada pela soma do tempo de serviço nos últimos **dois anos**, conforme consta no módulo do Sistema de Recursos Humanos, analisado pela comissão do Processo Seletivo. Como critério de desempate o que tiver maior idade. O resultado da classificação será publicado no site da Diretoria de Gestão Escolar – DGE, a partir das 19 horas do dia 01/06/2022 no link abaixo:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=processo+seletivo+de+substitutos>,

Fonte: Edital publicado pela Prefeitura de Florianópolis - SC, 2021.

Houve também o Edital nº 35, de 09 de novembro de 2023 (Figura 05), que refere-se ao processo seletivo temporário para professores do IFSC.

Segundo a figura 05 do edital da instituição IFSC, campus Florianópolis, há diversas vagas para cada unidade. Observa-se que apenas o cargo de Pedagogia Bilíngue está mencionado.

Figura 05 - Edital nº 35 do processo seletivo do IFSC, de Palhoça - SC.

Câmpus Palhoça Bilingue/SC

Área de Atuação	Vagas			Carga Horária semanal	Requisitos de Formação	Tema e nível da prova de desempenho didático
	AC	PCD	NE			
Desenho e Animação para a Educação Bilíngue	01			40	Graduação em Animação; ou Graduação em Design; ou Graduação em Artes; ou Graduação em Publicidade; ou Graduação em Cinema; ou Graduação em Produção Multimídia.	Tema: O uso da fotografia no design de comunicação visual. (Aula direcionada ao público em nível médio).
Produção Audiovisual e Educação Bilíngue	01			40	Graduação Em Comunicação Social; ou Cinema; ou realização Audiovisual; ou Edição de Vídeos.	Tema: Produção de vídeos. Edição e finalização de vídeos. (Aula direcionada ao público em nível superior).
Pedagogia Bilíngue	01		02	40	Graduação em Pedagogia; ou Graduação em Pedagogia Bilíngue.	Tema: O papel da brincadeira no desenvolvimento de crianças surdas e ouvintes. (Aula direcionada ao público em nível superior).
Comunicação Digital e Educação Bilíngue		01		40	Graduação em Comunicação Social; ou Publicidade e Propaganda; ou Comunicação e Marketing; ou Marketing; ou Comunicação Digital; ou Cinema e Audiovisual; ou Produção Multimídia; ou Jornalismo.	Tema: Comunicação digital e redes sociais: relação com os públicos surdo e ouvinte. (Aula direcionada ao público em

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria
Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis /SC | CEP: 88.075-010
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60

Fonte: Edital do IFSC, 2023.

Observa-se que, em ambos os Editais apresentados, não há uma vaga específica para atuação como Pedagogo Bilíngue (Libras/Português). O primeiro edital menciona apenas o cargo de Professor Libras, e o segundo de Professor Bilíngue com atuação direcionada para o público do ensino superior (como se observou na imagem); os requisitos, embora tragam a Pedagogia Bilíngue como uma possibilidade, incluem formação em Letras-Libras e/ou Pedagogia.

Diante do exposto, percebe-se que há uma confusão quanto ao perfil e ao tipo de atuação que se deseja. No primeiro caso a formação em Pedagogia Bilíngue como requisito parece inapropriada a depender do nível/etapa educacional, visto que a vaga é para Professor de Libras, ou seja, para o ensino de Libras. Conforme aponta o Decreto 5.626 (Brasil, 2005, s/p.), Art. 4º,

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Todavia, se o cargo for para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental, aí sim, a formação exigida deveria ser em Pedagogia Bilíngue, mas para o cargo de professor regente de sala de aula, e não professor de Libras. Nesse contexto, torna-se evidente como o Decreto, ao regulamentar as funções desses profissionais, gerou também um impasse quanto à inserção desses docentes no espaço educacional, dada a sobreposição de requisitos e a falta de clareza quanto às atribuições específicas de cada cargo.

Além disso, os editais não especificam um perfil de candidato, o que, à primeira vista, pode parecer uma abertura para diferentes formações. No entanto, a ausência de uma vaga exclusiva para Pedagogo Bilíngue pode indicar tanto a falta de reconhecimento desse profissional com um cargo diferenciado quanto a inexistência de uma demanda específica. Isso sugere que a área ainda possui um espaço restrito no mercado de trabalho.

O problema maior surge no momento da contratação: a prefeitura acaba escolhendo candidatos ouvintes, muitas vezes, devido à exigência da comunicação oral, um currículo mais extenso e a experiência. Além disso, o edital da prefeitura não prevê prova prática, apenas prova escrita e análise de titulação, como relatado pela professora surda (P10).

Essa ausência impacta diretamente os candidatos surdos, que enfrentam barreiras para concorrer às seleções, uma vez que o edital não contempla suas especificidades linguísticas e profissionais. Seria importante aprofundar a reflexão sobre os impactos dessa exclusão tanto para os profissionais formados nessa área quanto para o avanço da educação bilíngue.

Sobre o segundo edital mencionado, o nº 35 do processo seletivo do IFSC, o processo seletivo ocorreu em duas etapas: avaliação curricular e prova de desempenho didático com arguição.

Nesse caso, as pessoas surdas formam-se em Pedagogia Bilíngue e não conseguem concorrer devido à não aceitação por serem surdas. Ou seja, frequentemente, os ouvintes têm mais experiência/pontuação no currículo acadêmico e/ou em outros aspectos, o que resulta em uma disparidade de oportunidades. Essa disparidade evidencia um desafio significativo na busca por igualdade de oportunidades no campo acadêmico. A não aceitação de pessoas surdas na concorrência, mesmo após formação em Pedagogia Bilíngue, destaca a existência de preconceitos e barreiras que afetam diretamente a inclusão no ambiente educacional.

Para assegurar a participação efetiva dos profissionais surdos na educação de surdos, é fundamental adotar estratégias que envolvam a implementação de políticas públicas inclusivas, a valorização da experiência vivida pelos indivíduos surdos, o desenvolvimento de programas de apoio adequados, a sensibilização das instituições de ensino e a criação de redes de suporte. Essas ações são essenciais para promover oportunidades que reconheçam e valorizem as habilidades e competências dos profissionais surdos, contribuindo para o fortalecimento da educação de surdos e para a garantia de um ambiente educacional mais representativo.

Além disso, a prevalência de ouvintes com maior destaque em currículos acadêmicos, como o Lattes, perpetua a ideia de que a competência está vinculada à audição. Essa visão limitada não apenas marginaliza os surdos, mas também negligencia a riqueza de perspectivas e habilidades que a diversidade pode oferecer ao campo da Pedagogia Bilíngue.

É essencial promover uma reflexão crítica sobre esses padrões discriminatórios e buscar estratégias eficazes para combater o preconceito e garantir que as oportunidades acadêmicas sejam acessíveis a todos, independentemente de sua condição auditiva. A promoção da inclusão real não só enriquecerá a diversidade no ambiente educacional, mas também contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Relembrando, conforme já foi discutido no eixo de análises 2 sobre o estágio: a estudante surda (A6) não conseguiu estagiar na prefeitura antes da pandemia. Talvez isso tenha ocorrido devido à falta de aceitação no processo seletivo para outros candidatos surdos. Na entrevista, não foi mencionado o motivo pelo qual ela não foi aceita para estagiar.

Decorrido algum tempo após a realização da entrevista, a pesquisadora identificou o Edital nº 3111/2023²⁰, referente ao processo seletivo ACT 2024/2025 (Admissão de Professores em Caráter Temporário), com o objetivo de selecionar candidatos para os cargos de Professor Bilingue e Professor de Libras no estado de Santa Catarina. O edital nº 2362/2023 foi publicado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina para o processo seletivo da Educação Básica. Conforme os requisitos ilustrados na figura 06 abaixo, o processo seletivo apresenta critérios específicos para dois cargos distintos: Professor Bilingue - Libras e Professor de Libras/AEE - Instrutor.

Figura 06 - Requisito para cargo de Profissional

Áreas de conhecimento de referência
Professor Bilingue - Libras
Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilingue; - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; - Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com curso de Pós-Graduação em Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com curso de Pós-Graduação em Libras; Curso Normal Superior com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial.
OBSERVAÇÃO: ESTE PROFESSOR PRECISA SER OUVINTE



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/SC
PROCESSO SELETIVO – EDUCAÇÃO BÁSICA**

Áreas de conhecimento de referência
Professor de Libras/AEE - Instrutor - Itinerante
Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com curso de Pós-graduação em Libras. Diploma e Histórico Escolar de conclusão do curso de licenciatura plena em Pedagogia Bilingue.
OBSERVAÇÃO: ESTE PROFESSOR PODERÁ SER SURDO.

Fonte: Edital nº 3111/2023, p. 48, acessado em 20/12/2023

Observa-se no edital 3111/2023, que os requisitos já estão especificados para o cargo. Para o cargo de professor bilíngue – Libras, é **exigido** que o candidato seja ouvinte. Já para o cargo de professor de Libras/AEE (Atendimento Educacional Especializado), Instrutor, o candidato **pode** ser surdo. Caso não haja candidatos surdos, um ouvinte pode assumir o cargo.

O edital estabelece a avaliação da prova prática de Libras conforme os critérios apresentados na figura 07 abaixo.

Figura 07 - Critérios para a Prova de Libras

²⁰ Link para o edital: <https://concursos.acao.org.br/site/>

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA DE LIBRAS

1. A prova prática de Intérprete de Libras e Professor Bilíngue - Libras valerá de 0,00 (zero vírgula zero zero) a 10,00 (dez vírgula zero zero), assim distribuídos entre os critérios:
 - a. Fluência na Libras: domínio dos parâmetros fonológicos da Libras, como configuração da mão, movimento, locação, orientação da mão e expressões não-manuais; domínio da morfologia da Libras, como uso correto do espaço de acordo com a flexão de pessoa, número, grau, etc; domínio da sintaxe espacial da Libras, como o uso correto de verbos com concordância, verbos manuais, etc; uso de classificadores. - Nota máxima 2,50 (dois vírgula cinco zero).
 - b. Estrutura textual: equivalência textual entre português e libras, e níveis de vocabulário e de gramática de acordo com o texto fonte - nota máxima 2,50 (dois vírgula cinco zero).
 - c. Fluência em português: vocabulário em português, observação da norma culta e gramática - nota máxima 2,50 (dois vírgula cinco zero).
 - d. Estrutura textual: equivalência textual entre libras e português, e níveis de vocabulário e de gramática de acordo com o texto fonte - nota máxima 2,50 (dois vírgula cinco zero).
2. A prova prática para Professor de Libras/AEE - Instrutor - Itinerante valerá de 0,00 (zero vírgula zero zero) a 10,00 (dez vírgula zero zero), assim distribuídos entre os critérios:
 - a. Fluência na Libras: domínio dos parâmetros fonológicos da Libras, como configuração da mão, movimento, locação, orientação da mão e expressões não-manuais; domínio da morfologia da Libras, como uso correto do espaço de acordo com a flexão de pessoa, número, grau, etc; domínio da sintaxe espacial da Libras, como o uso correto de verbos com concordância, verbos manuais, etc; uso de classificadores. - Nota máxima 5,00 (cinco vírgula zero zero).
 - b. Metodologia para o ensino da Libras: apresentação do plano de aula; conhecimento do conteúdo; adequação do conteúdo, das atividades e objetivos ao público-alvo escolhido pelo candidato. - Nota máxima 5,00 (cinco vírgula zero zero).

Fonte: Edital publicado pela Secretaria de Estado da Educação/ SC, p.9, 2021.

Com base no que se observou em relação às polêmicas sobre a não aceitação de candidatos surdos, conforme o Edital nº 3111/2023, trata do processo seletivo ACT (Admissão de Professores em Caráter Temporário), a terceira etapa, referente à prova prática de Libras, parece ser apenas um compromisso superficial da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Digo isso porque, no contexto do curso de Pedagogia Bilíngue, que discute a educação de surdos, essas questões são frequentemente tratadas como polêmicas.

Ocorreu uma situação grave e controversa a uma alteração no edital. Inicialmente, ele previa a possibilidade de participação tanto de ouvintes quanto de surdos. Candidatos surdos foram aprovados na primeira e na segunda etapa, mas, na terceira, houve uma retificação do edital, tornando a vaga obrigatoriamente para ouvintes. Essa mudança impôs a exigência de

interpretação entre Português e Libras na prova prática, ou seja, os candidatos deveriam interpretar da oralidade para Libras e vice-versa. Isso inviabilizou a participação de candidatos surdos, pois eles não podem ouvir para interpretar a fala.

Após essa alteração, a comunidade surda mobilizou-se para contestar a decisão do edital nº 3111/2023, buscando diálogo com o governo estadual, deputados estaduais e a Secretaria de Educação para cancelar o concurso ou ajustar o edital, permitindo a participação de surdos em um novo processo seletivo. No entanto, essa tentativa não teve sucesso.

Conforme o texto publicado na página da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina, figura 08 abaixo, o site foi removido e está inválido para o acesso²¹.

Figura 08 - Print do site pela Secretaria de Educação - SC



Fonte: Acervo pessoal

A exigência de que o cargo de professor bilíngue – Libras seja ocupado por um ouvinte, em vez de permitir que um surdo com formação em Pedagogia Bilíngue assuma essa posição, revela uma limitação na valorização do surdo como educador, ou ainda, o desvio da função do professor para atuar como intérprete. Essa visão desconsidera a importância da

²¹ Link da página removida: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31951-comunicado-oficial-2>

experiência e da vivência do surdo tanto no ensino em Libras quanto na promoção da inclusão. A exclusão de candidatos surdos pode refletir preconceitos estruturais, dificultando o reconhecimento de seu potencial como educadores. Esse assunto exige uma reavaliação, pois tanto a formação bilíngue quanto a vivência surda são fundamentais para a qualidade do ensino.

Mais um edital, o nº 003/2023²², referente ao processo seletivo para professor de Educação Especial pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), no município de São José - SC. O documento destaca as atribuições e os requisitos necessários para os cargos de Professor Bilíngue e Professor de Libras, porém, direcionados especificamente a candidatos ouvintes. Recomenda-se observar a figura 09 para verificar as informações relacionadas à escolaridade.

Figura 09 - Função dentro do cargo de Profissional

Funções e Exigências de Escolaridade

5.1 Quadros de Funções e Exigências de Escolaridade:

Tabela 5.1 Coordenadorias Regionais de Educação - instituições de educação especial conveniadas

Função	Escolaridade mínima exigida	Lotação
Educação Especial – Deficiência Auditiva – Professor Bilíngue	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial com Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial e com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez. Observação: Este professor deverá ser preferencialmente ouvinte e ter domínio e fluência em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (comprovado por banca examinadora).	Lages
Educação Especial – Deficiência Auditiva – Professor de Libras	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue; ou Diploma e histórico escolar de conclusão de curso de Licenciatura Plena em Letras- libras; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial e com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez. Observação: Este Professor deverá ser preferencialmente surdo (conforme Diretrizes da Educação Especial do Estado de SC) e ter domínio e fluência em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (comprovado por banca examinadora).	Lages

Fonte: Edital publicado pela FCEE - SC, p.4, 2023.

²² Link para acesso ao edital: https://2023fcee.fepese.org.br/?go=download&arquivo=PS_FCEE_003_2023.pdf&inline=1

Como a banca de seleção será conduzida em Libras, parece que o cargo de "Professor Bilíngue" está sendo interpretado como uma função de intérprete de Libras, o que pode justificar a exigência de que os candidatos sejam ouvintes. Essa distinção deveria ser claramente especificada no edital, especialmente porque, para o cargo de Professor de Libras, a preferência é por candidatos surdos.

O processo seletivo ocorre em três etapas: prova escrita, análise de titulação e tempo de serviço, e, por último, a prova prática. Na leitura do edital, observa-se uma diferenciação entre candidatos ouvintes e surdos. Surge, então, uma dúvida: embora candidatos surdos possam optar pelo cargo de Professor Bilíngue, o edital indica que essa vaga é destinada a ouvintes. No entanto, um surdo pode se candidatar a essa posição desde que possua diploma em Pedagogia Bilíngue.

A questão central é esclarecer se a Secretaria de Educação está equivocada ao não aceitar a inscrição de surdos para esse cargo ou se os candidatos surdos estão equivocados ao se inscreverem para a vaga de Professor Bilíngue.

A sugestão é considerar a possibilidade de permitir que ambos, surdos e ouvintes, possam se candidatar, uma vez que não há diferença para quem domina fluentemente a comunicação em Libras, porém a prioridade seria para surdos. Isso garantiria igualdade de oportunidades para todos os candidatos, independentemente da condição auditiva, desde que atendam aos requisitos e qualificações necessários para o cargo.

Ressaltamos que o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei de Libras, estabelece como prioridade a inclusão de pessoas surdas tanto no desempenho da função de professores no âmbito da Libras quanto na admissão como estudantes nos cursos de formação de professores em educação bilíngue, nas licenciaturas em Letras-Libras e em cursos de Pedagogia ou similares, como os cursos normais de nível médio (Brasil, 2005). No entanto, de que adianta adotar tais medidas se, ao divulgarem seus editais, municípios e estados estabelecem requisitos que atendem apenas às suas próprias necessidades, sem considerar as diretrizes e especificidades estabelecidas nas leis e decretos?

Após a qualificação, enquanto escrevia e finalizava esta tese, deparei-me com uma ótima notícia: a conquista da primeira Escola Bilíngue para Surdos na cidade de Laguna, em Santa Catarina. Em 12 de dezembro de 2024, a Prefeitura de Laguna assinou a Ordem de Serviço para a construção dessa escola, um marco importante para a educação de surdos no estado. A parceria com o Polo de Educação a Distância e o IFSC Palhoça – Polo Bilíngue viabiliza o curso de formação para profissionais que atuarão na área da educação bilíngue,

capacitando professores para atuar na futura escola, que atenderá crianças e jovens surdos da região.

Além de formar professores surdos, o projeto também qualificará ouvintes como tradutores, intérpretes e educadores bilíngues, ampliando o acesso a uma educação mais inclusiva. Com essa iniciativa, Laguna se consolida como referência em Educação Bilíngue em Santa Catarina (Prefeitura de Laguna, 2024²³).

Esse projeto sinaliza um novo começo, promovendo o reconhecimento da educação bilíngue como um direito fundamental da comunidade surda. A construção da primeira Escola Bilíngue para Surdos de Santa Catarina representa um avanço significativo e reforça a importância da educação para surdos no estado. No entanto, é essencial acompanhar a implementação do projeto para garantir sua efetividade e a participação ativa da comunidade surda. Laguna se torna referência em Educação Bilíngue, mas o desafio agora é expandir essa iniciativa para outras regiões do estado.

Além disso, o projeto demonstra um avanço na valorização da Libras e na profissionalização de educadores bilíngues, tradutores e intérpretes, fortalecendo um ensino mais acessível e equitativo. Resta a questão: essa iniciativa se tornará um modelo a ser seguido ou permanecerá um caso isolado? O futuro da educação bilíngue de surdos em Santa Catarina dependerá do comprometimento contínuo do poder público e da sociedade na defesa dessa proposta inovadora.

²³ Link para acesso à notícia:

<https://laguna.sc.gov.br/prefeitura-de-laguna-assina-ordem-de-servico-para-construcao-da-primeira-escola-bilingue-para-surdos-de-santa-catarina/#:~:text=Prefeitura%20de%20Laguna%20assina%20Ordem,Santa%20Catarina%20%2D%20Prefeitura%20de%20Laguna>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi analisar criticamente o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Santa Catarina, considerando suas propostas e práticas, a partir das percepções de gestores, professores e alunos. Diante da análise do projeto pedagógico do Curso, bem como das entrevistas realizadas, pode-se compreender o funcionamento do curso superior de formação de professores bilíngues, e como ele se propõe bilíngue, bem como identificar como se dão as ações práticas, por meio de estágio e também os desafios dos egressos no mercado de trabalho após formação em Pedagogia Bilíngues, em relação às políticas públicas.

Com o avanço da pesquisa desenvolvida no Câmpus do IFSC, percebeu-se que o curso de Pedagogia Bilíngue é de suma importância para compreender o currículo de formação de professores bilíngues e para a capacitação de docentes aptos a atuar em um ambiente educacional bilíngue. É fundamental que haja diversos eixos temáticos para acompanhar a educação dos surdos e a formação do pedagogo bilíngue.

No entanto, a pesquisa revelou que poucos estudantes demonstram interesse em aprofundar seus conhecimentos na Língua Brasileira de Sinais (Libras), e há um predomínio de oportunidades de emprego voltadas para ouvintes. Além disso, a ausência de proficiência em Libras entre alguns docentes e a insuficiente presença de intérpretes durante os estágios contribuem para a insatisfação dos estudantes surdos. Isso ocorre porque o Estado prioriza fortemente a inclusão, deixando a educação bilíngue em segundo plano.

Na instituição, os dados nos permitem afirmar que os professores parecem ter boa formação e didática adequada, em sua maioria, porém percebe-se que poucos dominam ou têm conhecimento da Libras. Para alguns professores, a presença do intérprete em sala de aula é vista como suficiente para atender as necessidades específicas dos surdos presentes. Seria ideal que todos os professores fossem bilíngues para servirem de modelo e mostrarem aos estudantes ouvintes um futuro em que possam se envolver mais no interesse de se tornarem professores bilíngues, pedagogos ou gestores bilíngues.

Barros (2018) destaca que para o professor, o principal desafio reside na comunicação e no domínio da Libras, uma vez que as demandas já atribuídas ao seu papel docente muitas vezes não permitem tempo para reflexão ou busca de aprendizado dessa língua. Por outro lado, a instituição de ensino enfrenta o desafio de garantir o respeito linguístico e a

capacitação dos profissionais para trabalhar em uma realidade em que duas línguas coexistem no mesmo contexto espaço-tempo.

Sobre o estágio supervisionado, percebeu-se que os estudantes surdos demonstram estar insatisfeitos, principalmente devido à falta de acompanhamento de intérpretes. Além disso, é necessário adotar uma abordagem mais prática para discutir os desafios enfrentados durante o estágio e nas aulas, garantido que os estudantes tenham o suporte necessário para sua formação.

Outro aspecto preocupante é a dificuldade em supervisionar o estágio e a resistência de algumas escolas em aceitar estudantes surdos como estagiários. Conforme os resultados apresentados, houve casos em que estudantes não puderam realizar o estágio antes da pandemia. Essa situação destaca a urgência de políticas e práticas institucionais que garantam o direito dos estudantes surdos ao aprendizado prática, promovendo uma experiência mais justa e inclusiva.

De maneira geral, o ambiente na instituição é bastante acolhedor, com laboratórios disponíveis para os estudantes realizarem seus trabalhos e gravações em Libras ou traduções para a língua português, além da criação de materiais didáticos. Uma desvantagem é que muitos funcionários e profissionais, incluindo alunos ouvintes, não dominam a Libras. No entanto, essa não é uma falha exclusiva do IFSC, sendo também observada em outras instituições.

Após a formação em Pedagogia Bilíngue, alguns estudantes surdos enfrentam dificuldades para conseguir emprego como professores bilíngues, pois alguns editais exigem proficiência na língua portuguesa oral quanto em Libras. Além disso, a maioria das oportunidades nesse campo é destinada a ouvintes, como mencionado na análise do edital para os cargos de professor bilíngue e professor de Libras.

O desafio importante reside na formação dos profissionais e na falta de valorização por parte da Secretaria de Educação de Santa Catarina, que não reconhece educadores surdos na rede de ensino como professores bilíngues. Essa limitação acentua a disparidade das oportunidades e restringe a participação de professores surdos na educação bilíngue, prejudicando a implementação de propostas adequadas e a representatividade no ambiente escolar.

A autora Pinto (2024) destaca que é essencial implementar e fiscalizar políticas públicas que garantam uma educação de qualidade para surdos, assegurando estruturas adequadas na Educação Infantil e nos anos iniciais. Isso inclui o uso da língua de sinais como

língua de instrução desde cedo, permitindo o pleno desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas.

Por fim, reconhece-se que a proposta do Curso mostra-se de fato bastante adequada, todavia algumas medidas podem ser tomadas no sentido de trazer melhorias à formação dos futuros professores, especialmente os surdos. Outro aspecto que necessita de providências urgentes, conforme indicado ao longo da tese, é um resgate das relações entre Instituto (e instituições de ensino, de forma geral) e municípios e estado. O Instituto tem assegurado formação de qualidade, todavia as políticas públicas e educacionais da região não reconhecem o papel do Pedagogo Bilíngue, tampouco a educação bilíngue de surdos. Assim, são necessárias mobilização e cobranças por parte da comunidade acadêmica e da comunidade surda, visando a oferta e garantia da educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino, conforme propõe a legislação atual.

Espera-se, com esta tese, a proposição de soluções possíveis para esses desafios, garantindo uma formação mais integrada e que seja modelo a outros cursos que futuramente se proponham a formar Pedagogos Bilíngues.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, F. Mo. **Formação de professores surdos que atuam no município de Imperatriz-MA**. Dissertação de Mestrado, 2015, UNIVATES.

ALBRES, N. **Relações dialógicas entre professores Surdos sobre o ensino de Libras**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. UFSCAR. 2014.

BAKER, C. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism** (Quinta edição). Capítulo 9 – 12. Multilingual Matters: New York, 2011.

BÄR, E. C. **Licenciaturas em Pedagogia Bilíngue (Libras/Português): Aspectos políticos, Linguísticos e Pedagógicos e as apropriações das bases teórico-conceituais da Pedagogia**. Tese de Doutorado, Unicamp, SP, 2019.

BARROS, A. L. de E. C. de. Políticas de educação inclusiva para surdos: documentos oficiais, modelos de educação e marginalidade. **Work. Pap. Linguíst.**, v. 23, n. 2, p. 29-42, 2022.

BONFIM, T. C.. **Das políticas educacionais inclusivas bilíngues para surdos às políticas bilíngues de/com surdos: um estudo de caso**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

BRASIL. Decreto Federal n.5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Decreto Federal nº 8.752, de 9 de maio de 2016. **Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999. **Formação em nível superior de professores para atuar na educação básica**, <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3276-6-dezembro-1999-369894-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20em,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que **dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, nº 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. **Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 146, p. 1, 4 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96#art-62>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L13005.htm. Acesso em: 21 fev de 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 14.191, de 5 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L14191.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRITO, A. F. A Libras e a Pedagogia Bilíngue no IFSC - Câmpus Palhoça Bilíngue. 2021. 199 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia Bilíngue) – Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Palhoça Bilíngue, Palhoça, SC, 2021.

CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In: Quadros, R. M. de.; Pelin, G. (orgs). Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 100 - 131.

CAPPELLINI, M. T.; SANTOS, L. F. dos. As interações comunicativas entre familiares ouvintes e sujeitos surdos: possibilidades de ressignificações. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-23, 2020.

CAVALCANTI M. Estudos sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. **DELTA**. 1999;15(N Esp.):385-417

CICILINO, J. E. M.; GIROTO, C. R. M.; VITTA, F. C. F. Formação de Professores para a educação bilíngue de surdos na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 794-809, dez., 2018. ISSN: 1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11913

COSTA, V. G. da. Levantamento e análise das propostas político pedagógicas dos cursos de pedagogia bilíngue. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Especial. 38f. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

CUMMINS, J. The intersection of cognitive and sociocultural factors in the development of reading comprehension among immigrant students. **Reading and Writing**. Volume 25, Issue 8, 2011.

DALL'ALBA, C. Movimentos surdos: efeitos da trajetória histórica do documento Educação que nós surdos queremos. **Revista Espaço**, n. 57, p. 193, jan./jun. 2022. Rio de Janeiro: INES.

DELANHESE, B.; STORTO, L. J. Educação de surdos no ensino superior na perspectiva inclusiva. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. e9/1–28, 2024. DOI: 10.5902/1984686X70314. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/70314>. Acesso em: 8 jan. 2025.

FENEIS. **História da FENEIS**. Disponível em: <https://www.feneis.org.br>. Acesso em: 9 nov. 2024.

FRANCO, M.. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 15–30, jan. 2009.

FRANCO, M. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.15, n.1, p.15-30, jan.-abr. 2009.

GARRUTTI-LOURENÇO, É. A. **Bilinguismo para surdos e inclusão escolar: a busca por um caminho articulado**. In: MARTINS, Edna; CANDIDO, Renata Marcílio (org.). Na trilha da inclusão: deficiência, diferença e desigualdade na escola. São Paulo: Alameda, 2017. p. 57-84.

GATTI, B. A.. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, out. 2010.

GATTI, B. A. Formação de Professores no Brasil: políticas e programas. **Paradigma**, v. 42, 2021.

GIROTO, C.R.M.; CICILINO, J. E. M.; POKER, R. B. Pedagogia bilíngue: dilemas e desafios na formação de professores. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 778-793, 2018.

HIRATA, T. C. dos S.; DUTRA, A.; STORTO, L. J. Inclusão de aluna surda no ensino profissionalizante em escola pública da cidade de Londrina. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 205–225, 2013. DOI: 10.14244/19827199499. Disponível em: <https://reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/499>. Acesso em: 21 fev. 2025.

IFG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue**. Goiás, 2018

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina. **Documentário conta a história do Câmpus Palhoça Bilíngue**. 10 nov. 2024. Disponível em: <https://www.librasol.com.br/noticias2/page/2/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

IFSC, **Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras-Portugues)**. Palhoça - SC, 2019, p. 17.

IFSC, sobre o campus. <https://www.ifsc.edu.br/en/web/campus-palhoca-bilingue/o-campus>. Acesso em 26/12/2024.

IFSC. **Curso de Pedagogia Bilíngue recebe conceito máximo em avaliação do MEC**.

Notícia aberta, jun. 2022. Disponível em:

https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/10976455/curso-de-pedagogia-bil%C3%A9ngue-recebe-conceito-m%C3%A1ximo-em-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-mec. Acesso em: 26 jan. 2024.

IFSC. **Documentário "Esse é o meu sinal" - Câmpus Palhoça Bilíngue**. Disponível em:

<https://www.palhocense.com.br/noticias/ifsc-campus-palhoca-bilingue-faz-sete-anos>. Acesso em: 26 dez. 2024.

IFSC. **Documento conta a história do Campus Palhoça Bilíngue**. Disponível em:

<https://www.librasol.com.br/documentario-conta-a-historia-do-campus-palhoca-bilingue/>. Acessado em: 12 dez. 2024.

IFSC. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue**. Palhoça - SC, 2016.

INES. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Ministério da Educação. Brasília, 2015.

INES. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Rio de Janeiro-RJ, 2017.

JUNG, A. P. **Relato sobre a Fundação IFSC**. 12 de junho de 2023. Relato pessoal. Florianópolis, SC.

KRAEMER, G. M.; LOPES, L. B.; ZILIO, V. M. Formação docente e educação de surdos no Brasil: desafios para uma proposta educacional bilíngue. **Revista Educação Especial** | v. 33 | 2020 – Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

KUBASKI, C.; MORAES, V. P. **O Bilinguismo Como Proposta Educacional Para Crianças Surdas**. UFSM, 2009

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; LODI, A. C. B.; GURGEL, T. M. A. **Educação inclusiva bilíngue para alunos surdos**: pesquisa e ação em uma rede pública de ensino. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; MARTINS, V. R. O. (Org.). *Escola e Diferença: Caminhos para a Educação Bilíngue de Surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. v. 1, p. 13-28.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. (Org.) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 186.

LACERDA, C.B. F., ALBRES, N. A.; DRAGO, S.L.S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**. 39(1), 65-80. 2013.

LEITE, M. Pedagogia bilíngue – Libras/Língua Portuguesa: currículo e formação docente. **Revista Diálogos (RevDia)**, Dossiê temático “Educação, Inclusão e Libras”, v. 6, n. 1, jan.-abr., 2018. [http:// periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia]

LEITE, M. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais: a Pedagogia numa perspectiva bilíngue. **Revista Diálogos**. V. 4, N.1, 2016.

LEITE, R. L. B. **Educação bilíngue para surdos**: entre contextos, concepções e práticas. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.

Lillo-Martin, D., & Chen Pichler, D. (Eds.). (2016). **The Oxford Handbook of Deaf Studies, Language, and Education**. Oxford University Press.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LODI, A.C.B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.39, p. 49-63, 2013.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, E. E.; TEIXEIRA, D. E.; GALASSO, B. J. B.. Concepção do Primeiro Curso Online de Pedagogia em uma Perspectiva Bilíngue Libras-Português1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 1, p. 21–36, jan. 2017.

MEGALE, M. T. **Educação bilíngue para surdos**: uma proposta de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, G. M. L.; PLETSCHE, M. D.; SILVA, F. T. Atendimento educacional especializado: por entre políticas, práticas e currículo – um espaço tempo de inclusão? **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 3, p. 441-452, 2011.

MENDES, E. G.. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. **Educação especial inclusiva**: conceituações, medicalização e políticas, p. 60-83, 2017.

MUTTÃO, M. D. R.; LODI, A. C. B.. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 49–56, 2018.

NORA, M. C. (2017). A educação de surdos na perspectiva inclusiva: aspectos históricos, pedagógicos e desafios contemporâneos. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v.14, p.35, p. 57-73.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

PINTO, M. M.; SANTOS, L. F. dos. A contribuição das brincadeiras para o aprendizado de Libras por crianças surdas. **The ESpecialist**, 41(1), 2020.
<https://doi.org/10.23925/2318-7115.2020v41i1a3>

PINTO, M. M. **Estudo comparado das propostas educacionais para surdos no Brasil e no Uruguai**. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

QUADROS, R. M. **A inclusão escolar da pessoa surda e a formação de professores**. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. K. (Orgs.). *Inclusão escolar e o ensino de Libras*. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 45-64.

QUADROS, R. M. **A educação de surdos na perspectiva da educação inclusiva no Brasil**. Revista Espaço, v. 29, p. 1-10, 2008.

QUADROS, R. M. DE .. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cadernos CEDES**, v. 26, n. 69, p. 141–161, maio de 2006.

QUADROS, R. M. **O ‘Bi’ em bilinguismo na educação de surdos**. In: FERNANDES, E. (org.) *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2005, 26-36.

QUADROS, R. M. Políticas linguísticas: o impacto do Decreto 5.626 para os surdos brasileiros. **Espaço – Informativo Técnico Científico do INES**, n. 25/26, p. 15-25, 2006.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, F; LIMA, M. D., Educação bilíngue de surdos na LDB: uma nova conquista do movimento surdo. **ETD - Educ. Temat. Digit.** [online]. 2022, vol.24, n.4, pp.761-780. ISSN 1676-2592. Campinas - SP.

REIS, F. **Pedagogia dos surdos e Professor Surdo**: A política e a poética da transgressão pedagógica. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: http://www.ges.ced.ufsc.br/Dissertacao_Flaviane.pdf. Acesso em: 10/07/2023.

REIS, F. **Professor surdo**: a política e a poética da transgressão pedagógica. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2006. Disponível em: http://www.ges.ced.ufsc.br/Dissertacao_Flaviane.pdf. Acesso em: 10/07/2023.

ROCHA, L. R. M.; OLIVEIRA, J. P. **Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência**. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e19961, p. 1-16, 2022.

ROCHA, L. R. M. da. **O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em universidades federais**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

ROSSI, T.R.F. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, Maio/Ago. 2005.

SANTA CATARINA. Lei nº 19.031, de 2024. **Dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência no estado de Santa Catarina**. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 2024. Disponível em: https://leis.alexc.sc.gov.br/html/2024/19031_2024_lei.html. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 100, de 23 de novembro de 2016**. Política de Educação Especial no Estado de Santa Catarina. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 24 nov. 2016. Disponível em: <link>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SAVIANI, D. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Póesis Pedagógica, Catalão**, v. 9, n. 1, p. 07-19, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v9i1.15667. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poesis/article/view/15667>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SILVA, A. R. Formação de professores para a educação de surdos: desafios e perspectivas. **Revista Educação Especial**, 32(62), 273-287. 2019.

SILVA, F. M. Movimentos sociais e a luta pela educação bilíngue para surdos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 51-70, 2013.

SILVA, A. G.; SILVA, F. E. P. **Práticas e Experiências Bilíngues no Cotidiano da Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: INES, 2022. 170 p.; il. color.; ebook.

SILVA, G. O. da; SILVA, Y. R. de O. C. da. O curso bilíngue de pedagogia do instituto nacional de educação de surdos e a formação de professores. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 31, n. 3, p. 519-531, 2022.

SKLIAR, C. **A localização política da educação bilíngue para surdos**. In: SKLIAR, C. (org.) *Atualidades da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999. p. 7-14.

SKLIAR, C. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In: SKLIAR, C. *Educação e Exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.

SOBREIRA, H; CICONNE, M. FRANCO, M. **Projeto do Curso Bilíngüe de Pedagogia**, dez. 2006. Mimeo.

SOLER, A.; MARTINS, I. Língua portuguesa como língua adicional para surdos e o seu aprender em articulação com a Libras como língua matriz. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-21, 2022.

SOUZA, A. A. N. A formação do professor surdo de Letras Libras: desafios e possibilidades. In: **ANAIS do XIII Seminário Nacional de Formação dos Profissionais da Educação**. Rio de Janeiro: UERJ, 2022.

STORTO, L. J.; ROCHA, L.R.M. da; CRUZ, G.de C. Ensino bilíngue e inclusão de estudantes surdos no ensino regular: análise de uma carta aberta dos primeiros doutores surdos brasileiros em Educação e Linguística. **The Specialist**, v. 40, p. 1-20, 2019.

STUMPF, Marianne. Práticas de bilinguismo: relato de experiência. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, jun/2006, p.290-299.

THOMA, A. S.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos do Brasil. **Cadernos de Educação/Faculdade de Educação - UFPel**, Pelotas, RS, v.19, n. 36, p. 107 - 131, maio-ago. 2010.

VITOR, S. L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M. de (org.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. 304 p.

VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; RODRIGUES, J. R.; CARVALHO, D. J. Reflexões sobre educação de surdos em nossa contemporaneidade: a Libras como língua da escola. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 24, n. 4, p. 742-760, 2022.

VÓVIO, C. L.; SOUZA, A.L.S. **Desafios metodológicos em pesquisas sobre letramento**. In: KLEIMAN, A.B.; MATÊNCIO, M. de L. M. Letramento e formação do professor: Práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas: Mercado das Letras, 2005 p. 41-64.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIOS

Questionário para entrevistas - Google Meet

Para a Coordenação do curso de Pedagogia bilíngue:

1. Para você, o que é Pedagogia bilíngue?
2. Quais aspectos diferenciam a Pedagogia bilíngue da Pedagogia tradicional?
3. Quais disciplinas são específicas da Pedagogia bilíngue e que não constam em outros cursos de pedagogia?
4. Qual o perfil do docente do curso? Há algum diferencial desejável?
5. Qual a formação necessária (ou quais os requisitos) para ser docente do curso de Pedagogia bilíngue?
6. Qual o perfil dos discentes do curso?
7. Há algum requisito exigido do discente no ingresso ao Curso?
8. Qual a duração do curso?
9. Como se dão os estágios neste curso? Em que espaços são oferecidos os estágios?
10. Em que espaços o aluno formado poderá atuar após a realização deste curso?
11. Sabe dizer se os concursos públicos atualmente abarcam esta formação específica em Pedagogia Bilíngue?
12. Quais são os principais objetivos do curso de Pedagogia Bilíngue oferecido pelo IFSC?
13. Quais são as parcerias ou colaborações externas que o curso tem com escolas bilíngues ou instituições relacionadas?
14. Como é avaliado o progresso dos alunos em relação às suas habilidades bilíngues e pedagógicas?
15. Quais recursos e tecnologias são utilizados para aprimorar a experiência de aprendizado no curso?

Para os docentes do curso Pedagogia bilíngue:

1. Qual a sua formação?
2. Como você diferencia este curso dos demais de Pedagogia?
3. Qual/ quais disciplinas você leciona? Em Libras ou Português?
4. Qual o número de alunos? Turmas? Quantos surdos e quantos ouvintes?
5. Como é realizado o estágio? Em escolas especiais para surdos ou escolas inclusivas?
6. Quais são os principais objetivos educacionais do programa de Pedagogia Bilíngue oferecido pelo IFSC?
7. Quais são as possibilidades de pesquisa e projetos de extensão relacionados à pedagogia bilíngue que os alunos podem se envolver?
8. Como o IFSC mantém os professores e alunos atualizados sobre as últimas tendências e avanços na pedagogia bilíngue?
9. Quais recursos e tecnologias estão disponíveis para apoiar o ensino e a aprendizagem no campo da pedagogia bilíngue?

10. Na sua opinião, qual é a importância da Pedagogia Bilíngue na formação educacional das crianças?
11. Você acompanha a ementa curricular para dar aula ou adicionar mais conteúdos?
12. Você tem alguma sugestão de melhoria ou comentário adicional sobre a Pedagogia Bilíngue?

Para os alunos do curso de Pedagogia bilíngue:

1. Como você diferencia este curso dos demais cursos de Pedagogia?
2. Por que você optou por este curso?
3. Há algum requisito exigido do discente no ingresso ao Curso?
4. Você é fluente em Libras?
5. As disciplinas do curso são ofertadas em que língua? Português ou Libras? Em que condições?
6. Você já realizou estágio? Se sim, poderia relatar como foi a experiência? Em que espaços realizou estágio?
7. Quais disciplinas você identifica mais os aspectos pedagógicos bilíngues do Curso?
8. Qual a sua expectativa em relação a trabalhos futuros?
9. Depois de formado você pretende atuar com surdos e/ou ouvintes? Por quê?
10. Como o curso tem ajudado a desenvolver suas habilidades de ensino em ambientes bilíngues?
11. Quais recursos ou ferramentas tecnológicas são utilizados no curso para facilitar a aprendizagem e o ensino de língua?
12. Quais oportunidades de estágio ou prática de ensino foram oferecidas a você para aplicar o que aprendeu no curso na prática?
13. Quais são os principais desafios que você enfrentou ao estudar pedagogia bilíngue e como você os superou?
14. Como é a interação com os professores e outros alunos do curso? Você compartilha experiência e ideias sobre o ensino bilíngue?
15. Você tem alguma sugestão de melhoria ou comentário adicional sobre a Pedagogia Bilíngue?

APÊNDICE B

COLETAS DE DADOS GOOGLE FORMS

Apresento o quadro dos participantes, incluindo estudantes ouvintes e surdos. A pedido da coordenadora do IFSC, foram elaborados questionários (link abaixo) com o objetivo de obter informações gerais sobre os estudantes e alcançar um número maior de participantes. Os formulários no Google Forms foram respondidos por 20 estudantes, dos quais 5 eram surdos e 15 ouvintes. No entanto, esses questionários não serão objeto de análise da pesquisa, pois sua aplicação foi uma exigência da coordenação do curso. Apenas os dados referentes ao perfil dos participantes foram incorporados ao texto da tese.

Questionário - Google Forms

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfdDyC1kWxHfOp4RpcWxK5LI0HEkuYIrmjNR9CS93RR5OkRQ/viewform>

Quadro 01 - Caracterização dos participantes estudantes ouvintes e surdos.

Vinte (20) estudantes responderam ao questionário no Google Forms, sendo que estão concluindo ou em andamento no curso de Pedagogia Bilíngue.

Estudantes	Identificação	Sexo	Ano de ingresso no IFSC	Observação	Cor ou raça/etnia
F1	Ouvinte	F	2019	Concluiu	-
F2	Ouvinte	M	2017	Concluiu	Negro
F3	Ouvinte	F	2022	Andamento	Branco
F4	Ouvinte	F	2022	Andamento	Branco
F5	Ouvinte	F	2023	Andamento	-
F6	Ouvinte	F	2023	Andamento	Pardo
F7	Ouvinte	F	2019	Concluiu, falta TCC ²⁴	-

²⁴ O estudante já concluiu o curso de Pedagogia Bilíngue, mas ainda precisa entregar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para finalizar e poder receber o diploma.

F8	Surdo	F	2018	Concluiu	-
F9	Ouvinte	F	2019	Concluiu	Branco
F10	Ouvinte	F	2021	Andamento	-
F11	Ouvinte	M	2023	Andamento	Branco
F12	Ouvinte	F	2023	Andamento	Amarelo
F13	Ouvinte	F	2021	Andamento	Pardo
F14	Surdo	F	2017	Andamento	-
F15	Surdo	F	2020	Andamento	Branco
F16	Surdo	F	2020	Andamento	-
F17	Surdo	F	2018	Concluiu	Branco
F18	Ouvinte	F	2017	Concluiu	-
F19	Ouvinte	F	2020	Andamento	-
F20	Ouvinte	F	2017	Concluiu, falta TCC	Negro

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com os dados dos participantes pelo Google Forms.

Sendo assim, os estudantes do curso de Pedagogia Bilíngue do IFSC são os participantes F8, F14, F15, F16 e F17, que são surdos. Dentre eles, F8 e F17 concluíram o curso, enquanto F14, F15 e F16 ainda estão estudando. A maioria dos estudantes são ouvintes (F1, F2, F3, F4, F5, F6, F7, F9, F10, F11, F12, F13, F18, F19 e F20) que ainda estão estudando, e apenas 06 ouvintes (F1, F2, F7, F9, F18 e F20) concluíram o curso. Portanto, há estudantes brancos, negros, pardos e de outras etnias que participaram desta pesquisa, e também alguns que preferiram não se identificar.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO NO CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA BILÍNGUE PARA SURDOS NO IFSC - CAMPUS PALHOÇA: estudo de caso

Pesquisador: DEBORA GONCALVES RIBEIRO DIAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67068223.3.0000.5504

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.956.853

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2074480.pdf, de 02/02/2023) e/ou do Projeto Detalhado (Projeto_Doutorado_CEP.pdf, de 02/02/2023):

Resumo:

Este projeto propõe uma reflexão acerca da Educação Bilingue para Surdos no Ensino Superior presencial, na graduação do curso de Pedagogia Bilingue, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) - campus Palhoça, e sua contribuição para a formação de professores bilingues capazes atuar junto a estudantes surdos na educação básica. A escolha dessa instituição se deu pelo fato de ser um dos únicos cursos de Pedagogia Bilingue presencial no país e, portanto, que mais formam professores surdos. O objetivo geral deste estudo é: Analisar a Educação Bilingue para Surdos no Ensino Superior em Modalidade presencial em um Instituto Federal. Os objetivos específicos desta pesquisa são: I - Compreender o funcionamento do curso superior de formação de professores bilingues em especial para a formação de professores bilingues surdos; II - Identificar o profissional formado por esse curso por meio do levantamento das matrizes curriculares que aborda o projeto pedagógico do curso por meio de tratamento documental; III - Levantar o perfil do profissional que atua como docente no curso.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental, descritiva e exploratória de cunho bibliográfico, com estudo de caso junto aos estudantes surdos, em que os dados para análise dos recursos disponibilizados em Libras e Língua Portuguesa serão coletados por meio de entrevista com o coordenador do curso, professores e com estudantes surdos.

Hipótese:

O objeto deste estudo trata-se de um Curso recente e com proposta de formação de um novo profissional para atuação na educação bilíngue de surdos: o pedagogo bilíngue. A hipótese é que, por se tratar de um curso relativamente novo, muitas ações podem estar atreladas aos cursos de pedagogia em geral, mas outras, acredita-se, são específicas para atendimento a este público e podem formar um profissional diferenciado em muitos aspectos.

Metodologia Proposta:

Será realizada uma análise da matriz curricular do Curso, a partir de seu projeto pedagógico; além disso, a pesquisa terá como participantes alunos (estudantes e egressos), os professores e coordenador do curso de Licenciatura bilíngue da referida universidade. Para conhecer e compreender o funcionamento do curso superior de formação de professores bilíngue será analisada a matriz curricular que aborda o projeto pedagógico do curso, em especial as ementas das disciplinas. Essa análise documental permitirá verificar quais as possibilidades de atuação do profissional em formação, bem como os conteúdos de formação geral e os de formação específica. A fim de investigar a compreensão dos pesquisados acerca da formação docente bilíngue, serão realizadas entrevistas com os estudantes, em Libras, as quais serão filmadas para análise posterior. Os dados das entrevistas e da análise documental serão confrontados com referencial teórico da área.

Critério de Inclusão:

Ser professor do referido curso ou; ser coordenador do referido curso ou; ser aluno do referido curso; saber Libras.

Tamanho da Amostra no Brasil: 10 (5 alunos, 4 professores e 1 coordenador)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a Educação Bilíngue para Surdos no Ensino Superior em Modalidade presencial em um

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685	E-mail: cephumanos@ufscar.br

Instituto Federal.

Objetivo Secundário:

I - Compreender o funcionamento do curso superior de formação de professores bilíngues em especial para a formação de professores bilíngues surdos; II - Identificar o profissional formado por esse curso por meio do levantamento das matrizes curriculares que aborda o projeto pedagógico do curso por meio de tratamento documental; III - Levantar o perfil do profissional que atua como docente no curso.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação dos sujeitos é voluntária e não acarretará gastos financeiros ou riscos de ordem psicológica, física, moral, acadêmica ou de outra natureza. Todavia, durante a realização das entrevistas junto aos participantes, se as perguntas trouxerem emoções fortes ou desconforto, poderemos interrompê-la a qualquer momento que desejar. Bem como, garantir a não utilização das informações obtidas para seu prejuízo ou de sua comunidade (neste caso, das pessoas surdas).

Benefícios:

As pessoas surdas e ouvintes participantes desta pesquisa, terão benefícios indiretos, haja vista, suas percepções, poderão se tornar um conhecimento generalizável a toda a comunidade brasileira e estrangeira, podendo futuramente, beneficiar-se (diretamente) de novos modelos de inclusão (permanência) após os resultados por meio da presente pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Atender as orientações da Conep sobre PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL. Este documento pode ser acessado na página do CEP UFSCar: <http://www.cefhumanos@ufscar.br>

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cefhumanos@ufscar.br

propq.ufscar.br/etica/cep

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2074480.pdf	02/02/2023 15:16:22		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado_CEP.pdf	02/02/2023 15:15:55	Lara Ferreira dos Santos	Aceito
Outros	Declaracao_IFSC.pdf	02/02/2023 14:55:28	DEBORA GONCALVES RIBEIRO DIAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_CEPH.pdf	23/01/2023 10:53:01	DEBORA GONCALVES RIBEIRO DIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ESTUDANTES.pdf	18/01/2023 11:55:46	DEBORA GONCALVES RIBEIRO DIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_PROF.pdf	18/01/2023 11:55:37	DEBORA GONCALVES RIBEIRO DIAS	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 5.956.853

Ausência	TCLE_PROF.pdf	18/01/2023 11:55:37	DEBORA GONCALVES RIBEIRO DIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_COORD.pdf	18/01/2023 11:55:26	DEBORA GONCALVES RIBEIRO DIAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 22 de Março de 2023

Assinado por:
Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br